Agro Pecuária Quagliato S/A

CNPJ 53.408.878/0001-27
Relatório da Diretoria
Quirinópolis - SP, 27 de julho de 2018.

Senhores Acionistas: De acordo com as exigências legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de março de 2018 e 2017. A Diretoria agradece a todos os seus colaboradores e coloca-se à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos.

Balanços Patrimoniais - Em milhares de Reais

	31.03.18	31.03.17
Ativo		
Circulante	**11.388**	**13.261**
Caixa e Equivalentes	8.172	5.692
Contas a Receber	3.215	7.531
Outras Contas a Receber	1	38
Não Circulante	**303.081**	**303.081**
Imobilizado	303.081	303.081
Total do Ativo	**314.469**	**316.342**
Passivo	**31.03.18**	**31.03.17**
Circulante	**126**	**390**
Obrigações Trabalhistas e Sociais	18	18
Obrigações Fiscais a Recolher	108	372
Não Circulante	**87.326**	**87.326**
Passivo fiscal diferido	87.326	87.326
Patrimônio Líquido	**227.017**	**228.626**
Capital	44.000	44.000
Reserva Legal	3.539	2.570
Reserva de Lucros a Destinar	9.963	12.541
Ajuste de Avaliação Patrimonial	169.515	169.515
Total do Passivo	**314.469**	**316.342**

Demonstrações de Resultados - Em milhares de Reais

	31.03.18	31.03.17
Receita operacional líquida	**19.736**	**25.378**
Lucro Bruto	**19.736**	**25.378**
Administrativas e gerais	(445)	(690)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	236	84
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas impostos	**19.527**	**24.772**
Receitas Financeiras	908	896
Despesas Financeiras	0	0
Financeiras líquidas	**908**	**896**
Resultado antes dos impostos	**20.435**	**25.668**
Imposto de renda e cont. social - corrente	(1.044)	(1.132)
Lucro líquido do exercício	**19.391**	**24.536**

Demonstrações de Resultados Abrangentes - Em milhares de Reais

	31.03.18	31.03.17
Lucro líquido do exercício	19.391	24.536
Resultado abrangente do exercício	**19.391**	**24.536**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Em milhares de Reais

	Capital Social	Reserva Legal	Lucros Acumulados	Reserva de Lucros a Destinar	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total
Saldos em 31 de março de 2016	**44.000**	**1.343**	**-**	**4.232**	**169.515**	**219.090**
Distribuição de dividendos conforme:						
AGO 26 de julho de 2016	-	-	(5.000)	-	-	(5.000)
ARD 07 de novembro de 2016	-	-	(10.000)	-	-	(10.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	24.536	-	-	24.536
Destinações do lucro líquido:						
Reserva Legal	-	1.227	(1.227)	-	-	-
Reserva de Lucros a destinar	-	-	(8.309)	8.309	-	-
Saldos em 31 de março de 2017	**44.000**	**2.570**	**-**	**12.541**	**169.515**	**228.626**
Distribuição de dividendos conforme:						
AGO 31 de julho de 2017	-	-	-	(12.000)	-	(12.000)
ARD 20 de outubro de 2018	-	-	(9.000)	-	-	(9.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	19.391	-	-	19.391
Destinações do lucro líquido:						
Reserva Legal	-	969	(969)	-	-	-
Reserva de Lucros a destinar	-	-	(9.422)	9.422	-	-
Saldos em 31 de março de 2018	**44.000**	**3.539**	**-**	**9.963**	**169.515**	**227.017**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Em milhares de Reais

	31.03.18	31.03.17
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	19.391	24.536
Ajustes para:		
Despesas de imposto de renda e contribuição social	1.044	1.132
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) ou diminuição dos ativos		
Contas a receber	4.316	(5.543)
Outras contas a receber	38	65
Aumento ou (diminuição) dos passivos		
Obrigações trabalhistas e sociais	-	2
Obrigações fiscais	(265)	318
Caixa gerado nas atividades operacionais	**24.524**	**20.510**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.044)	(1.132)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	**23.480**	**19.378**
Aquisição de imobilizado	-	(1.417)
Caixa gerado nas atividades investimento	**-**	**(1.417)**
Fluxo de Caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de dividendos	(21.000)	(15.000)
Fluxo de Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(21.000)**	**(15.000)**
Aumento líquido caixa e equivalentes de caixa	**2.480**	**2.961**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5.692	2.731
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	8.172	5.692

Diretoria

João Luiz Quagliato Neto
Diretor

Francisco Eroides Quagliato Filho
Diretor

Roque Quagliato
Diretor

Orlando Quagliato Neto
Diretor

Valter dos Santos Carvalho - Contador - CRC 1SP193.680/O-7

As demonstrações financeiras com as notas explicativas na íntegra encontram-se à disposição dos senhores acionistas na sede da sociedade.

Citação - Prazo 20 dias - Proc. 1079148-49.2014.8.26.0100. O Dr. João de Oliveira Rodrigues Filho, Juiz de Direito da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais - Foro Central Cível. Faz Saber a Agile Assessoria Imobiliária Ltda, CNPJ.07.302.699/0001-93, que Condomínio Edifício Centro Médico Angélica, ajuizou um Pedido de Falência, por ser credor de R$ 184.437,63 (agosto/2014), representado pelos documentos em anexos aos autos. Estando o representante legal da ré em lugar ignorado foi deferida a citação por edital, para que em 10 dias, a fluir após os 20 dias supra, corriqueiro depositar o valor total do crédito, devidamente atualizado e acrescidos de honorários advocatícios (art. 98, § único da Lei 11.101/05), sob pena de Decretação de Falência. Será o edital, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 05 de julho de 2018. B31/07 e 01/08

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1018946-04.2017.8.26.0003 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional III - Jabaquara, Estado de São Paulo, Dr(a). Jomar Juarez Amorim, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Naturale Distribuidora de Perfumaria e Cosméticos Eireli, CNPJ 17.069.897/0001-02, na pessoa de seu representante legal, que Banco Santander Brasil S/A, ajuizou uma Ação Monitória, objetivando o recebimento de R$ 102.915,63 (31.10.2017), acrescidos de juros e correção monetária, referente ao saldo devedor da Proposta de Abertura de Conta, Limite de Crédito e Contratação a Produtos e Serviços Bancários - Pessoa Jurídica Business - Operação nº 4788130036367000173, bem como ao pagamento de custas, honorários e demais cominações. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, pague o valor supra devidamente corrigido, e honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa (Art. 701 do NCPC), que à tornará isenta das custas ou embargue, sob pena de constituir-se de pleno direito o título executivo judicial, presumindo-se verdadeiros os fatos, sendo nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, inciso IV, do CPC). Será o presente edital, afixado e publicado. São Paulo, aos 28 de maio de 2018. B31/07 e 01/08

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1018093-53.2016.8.26.0003 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional III - Jabaquara, Estado de São Paulo, Dr(a). Jomar Juarez Amorim, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Monaco Comércio de Descartáveis e Materiais de Limpeza Ltda – Me, CNPJ 73.157.869/0001-18, na pessoa de seu representante legal e a Odair Lopes Moreira, CPF 674.642.978-49, que Banco Santander (Brasil) S/A, ajuizou uma ação de Execução de Título Extrajudicial, para cobrança de R$ 374.422,92 (set/2016), referente ao saldo devedor da Cédula de Crédito Bancário - Confissão e Renegociação de Dívida nº 003306000000167000 (cadastrada internamente sob o nº 099600000153030024). Estando os executados em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 03 dias, paguem o débito atualizado ou em 15 dias, embargarem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, atualizadas, prazos estes que começarão a fluir após os 20 dias supra, sob pena não o fazendo, ser convertido em penhora o arresto efetuado sobre o apartamento nº 181, localizado no 18º andar e vaga de garagem nº 3Y3A/B/C, localizada no 1º subsolo, ambos do Edifício Spazio Mobile, situado na Rua Bamboré, 295, 18º Subdistrito-Ipiranga, matrículas nºs 142091 e 142.117, respectivamente, do 6º CRI/SP, e para os quais igualmente intimada fica a esposa do 2º executado Sra. Salete Broetto Pilastro Monico, CPF 006.218.058-40, presumindo-se aceitos os fatos, sendo nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, inciso IV, do CPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 23 de maio de 2018. B31/07 e 01/08

41ª VARA CÍVEL DA CAPITAL – FORO CENTRAL

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0193889-95.2009.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 41ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Regis de Castilho Barbosa Filho, na forma da Lei, etc... **FAZ SABER a MARIA MANUELA DE MATOS SANTOS PÁDUA**, CPF 104.023.558-92, que lhe foi proposta uma ação de Prestação de Contas, por parte de **CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO-CABESP**, objetivando condenar o réu ao pagamento de R$ 5.107,06, devidamente corrigido até a data do efetivo pagamento, acrescido de custas, honorários e demais cominações legais. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, a ré será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 05 de abril de 2018.

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 1007343-22.2017.8.26.0008. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional VI – Penha de França, Estado de São Paulo, Dr(a). Guilherme Silveira Teixeira, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a Sidney Ramos de Brito, CPF 338.825.498-25, que lhe foi proposta uma ação de Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária por parte de Itaú Unibanco Veículos Administradora de Consórcios Ltda, atual denominação de Fiat Administradora de Consórcios Ltda, relativa ao veículo marca Hyundai/HB20 (FL), prata, ano 2012, placa GHB2078, chassi **9BHBF51DADP013671**, apreendido em 20.07.2017, haja vista o inadimplemento do contrato de financiamento nº 62500-105089874. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para que, no prazo de 05 dias, pague a integralidade da dívida pendente, podendo, no prazo de 15 dias, oferecer resposta, ambos a fluir após o decurso do prazo de 20 dias deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 23 de julho de 2018.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0010297-67.2017.8.26.0003 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional III - Jabaquara, Estado de São Paulo, Dr(a). Cristiane Vieira, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) VÁGNER AURÉLIO MOREIRA DOS SANTOS, CPF 292.890.158-29 que nos autos do Cumprimento de Sentença, requerido por Fundação Armando Álvares Penteado, nos termos do artigo 513, § 2º, IV do CPC, intimado fica para no prazo de 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, efetuar o pagamento da importância de R$ 19.965,41 (abril/2018), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (art. 523 e §§ do CPC). Fica ciente ainda, que nos termos do art. 525 do CPC, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. 31/07 e 01/08

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
SÃO PAULO/SP

Pelo presente EDITAL, nos termos do art. 19 da Lei 8004/90 e art. 15 da RD 08/70, tendo em vista a ausência de notificação pessoal pelo oficial do cartório nos termos da certidão apresentada, fica(m) notificado(s) o(s) mutuário(s) abaixo, para ciência de que estamos autorizados na forma dos artigos 19 e 21 da Lei nº 8004 de 14/03/1990 e do Decreto-Lei nº 70, de 21/11/1966 e das normas complementares do S.F.H., a promover a execução extrajudicial da(s) HIPOTECA(S) que oneram os imóveis descritos a seguir.

Ficam cientificados, outrossim, de que tem o prazo de 20(vinte) dias, contados de 30/07/2018, para, querendo, purgar(em) o debito e evitarem a execução, o que poderá ser feito no endereço de cobrança descrito abaixo:

SED:1D31B - CONTRATO: 820330010117-2 - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA - 1603 PARQUE SAO JORGE

ENDEREÇO DO IMÓVEL: RUA ESCORPIAO, Nº 550, APARTAMENTO Nº 23, DO TIPO D, LOCALIZADO NO 1º ANDAR OU 2º PAVIMENTO, BLOCO 44, PARQUE RESIDENCIAL SANTA BARBARA, DISTRITO DE ITAQUERA, SAO PAULO/SP, CABENDO-LHE O DIREITO A GUARDA DE UM VEICULO DE PASSEIO, NO ESTACIONAMENTO DESCOBERTO LOCALIZADO NO ANDAR TERREO OU 1º PAVIMENTO DO CONJUNTO.

WILSON SANCHEZ, BRASILEIRO(A), METROVIÁRIO, CPF: 730349883700, CI: 19.565.806-SSP/SP CASADO(A) COM KATIA CRISTINA PINTO SANCHEZ, BRASILEIRO(A), BANCÁRIA, CPF: 090368648110, CI: 15.585.611-X-SSP/SP

FIDUCIAL DIST. TITULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA
Endereço de Cobrança:
AGENCIA DA CAIXA ECONOMICA FEDERAL ONDE PAGAVA AS PRESTACOES

30 - 31 - 01/08/2018

EDITAL DE PROCLAMAS

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
30º SUBDISTRITO IBIRAPUERA
OFICIAL - RODRIGO DINAMARCO
Faz saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos por lei.

FABIANO SERRA BORSATTO, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO CONTADOR, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (15/10/1978), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE HARLEI BORSATTO E DE MARIZA APARECIDA SERRA BORSATTO. **MARIANA MAMO MOREIRA DA SILVA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO DENTISTA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (07/02/1976), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE PAULO CELSO MAMO MOREIRA DA SILVA E DE VERA LÚCIA PEREZ MAMO MOREIRA DA SILVA.

THIAGO AOYAMA GOMES DE SOUZA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ADMINISTRADOR, NASCIDO EM CAMPINAS, SP NO DIA (14/06/1986), RESIDENTE E DOMICILIADO EM CAMPINAS, SP, FILHO DE CARLOS ALBERTO GOMES DE SOUZA E SUMIKO AOYAMA DE SOUZA. **MAIRA CASARTELLI,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO BANCÁRIA, NASCIDA EM RIO DE JANEIRO, RJ NO DIA (03/07/1981), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE UBIRATAN CASARTELLI E DE MARISA HELENA CESTARI CASARTELLI.

DIEGO LUCCHESI DE MACEDO FERNANDES, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO PUBLICITÁRIO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (15/02/1986), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOSÉ OLDEMIRO DE MACEDO FERNANDES E DE GISLAYNE DE MORAES LUCCHESI E MACEDO FERNANDES. **LAURA CARDOSO BITTENCOURT,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO PUBLICITÁRIA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (12/12/1986), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOÃO DANIEL BITTENCOURT E DE MARIA LUCIA CARDOSO BITTENCOURT.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da Lei. Editais afixados em cartório.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1017230-38.2014.8.26.0005. Classe: Assunto: Monitória - Contratos Bancários. Requerente: Itaú Unibanco S/A. Requerido: FABIO SOARES BEZERRA UTILIDADES – ME e outro. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1017230-38.2014.8.26.0005. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional V - São Miguel Paulista, Estado de São Paulo, Dr(a). Lucilia Alcione Prata, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) 1- FABIO SOARES BEZERRA, Brasileiro, CPF 011.198.623-02, de cor Branco, Rua Mateus Barbosa de Rezende, 2900, Parque Santa Rita, CEP 08161-530, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação de Monitória por parte de Itaú Unibanco S/A, alegando em síntese: Cobrança da quantia de R$ 60.989,69 representada pela conta corrente nº 39043-9, Ag. 1695, Banco Itaú Unibanco S/A . Encontrando-se os réus em lugar incerto e não sabido, foi deferindada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, paguem o valor supra devidamente corrigido , e não havendo pagamento nem a interposição de embargos, no prazo legal, constituir-se-á de pleno direito em título executivo judicial, nos termos do art. 701, § 2º do NCPC, acrescido de custas e verba honorária fixada em 05% do débito indicado. Sendo efetuado o pagamento o tornará isento das custas processuais. Será o presente edital, por extrato publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 10 de maio de 2018. 28 e 31 / 07 / 2018

Edital de Leilões Eletrônicos de Bem(ns) Imóvel(eis) e para **Intimação do(s) executado(s) Dawis Roschel Ferlin, Adriana Klengel, André Perdiza de Queiroz , Vanessa Perdiza de Queiroz Soares , Ana Tereza Gradim Perdiza Darvin, Crefisul São Paulo S/A , sucedido por Bamerindus São Paulo Companhia de Crédito Imobiliário, posteriormente por Banco Bamerindus do Brasil S/A, atual Banco Sistema S/A, na(s) pessoas(de) seu(s) representante(s) legal(ais), Ana Tereza Grandim Perdiza Darvin, André Perdiza de Queiroz , Vanessa Perdiza de Queiroz Soares, Construtora Velloso de Castro Ltda., na(s) pessoas(de) seu(s) representante(s) legal(ais), Gustavo Klendel Ferlin (RG 57.110.743-6), Juliana Klendel Reis (RG 47.888.670-6), Condomínio Edifício Praça das Três Torres, na pessoa do(a) Síndico(a), Prefeitura do Município de São Paulo/SP**, além de eventuais ocupantes desconhecidos, expedido nos autos da **Cumprimento de Sentença proferida em sede de Ação Sumária de Cobrança de Condomínios** promovido por **Condomínio Edifício Praça das Três Torres**, processo nº **1047610-90.2014.8.26.0002. O(a) Dr(a). Alexandre David Malfatti**, **MM. Juiz(a) de Direito da 07ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro da Comarca de Capital/SP**, na forma da lei e etc., **faz saber** que o sistema gestor de leilões eletrônicos justiça *www.casareisleiloesonline.com.br* levará a hastas públicas os Bens ao final descritos. O 1º **(Primeiro) Leilão** terá início dia 1 **(dia) de agosto de 2018, 10:00:00 horas** e término dia **2 (dois) de Agosto de 2018, 10:00:00 horas,** oportunidade em que o Bem Imóvel será entregue **a quem mais der acima do valor da avaliação atualizada.** O 2º **(Segundo) Leilão,** caso não haja licitantes em primeira apregoação, terá início dia **3 (três) de Agosto de 2018, 10:01:00 horas** e término dia **24 (vinte e quatro) de Agosto de 2018, 10:00:00 horas,** ocasião em que o Bem Imóvel será entregue a quem mais der, rejeitados lances inferiores ao equivalente a **50% (cinquenta por cento)** do valor da avaliação atualizada do respectivo lote, atlastado com isto o preço vil (art. **885 do Caralho/Código Civil, art. 891 do CPC/2015).** Os Bens Imóvel são ofertado para arrematação em **lote único (art. 893 do CPC/2015)**, no estado de conservação em que se encontra, em caráter "*ad corpus*". **O Pagamento do Preço da Arrematação** será realizado **à vista ou parcelado em até 30 (trinta) vezes,** com no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) vista, ao dia do leilão (CPC/ 2015, por meio de depósito judicial e sob pena de desfazimento da arrematação. **A Comissão Devida à Casa Reis Leilões Online** será de **5% (cinco por cento)** sobre o valor da arrematação e correrá por conta do arrematante, cf. parágrafo único do art. 884 do CPC/2015, e será paga no ato da arrematação, sob pena de desfazimento, por meio de depósito endereçado ao Banco Santander S/A (nº 033), agência nº 2146, Conta Corrente nº 13.001828-6, titularidade de Eduardo dos Reis, CNPJ/MF sob nº 28.001.320/0001-85. **Bem Ofertado** : Direitos que os executados possuem sobre o (um) Apartamento nº 112, localizado no 11º andar do bloco C do Condomínio Edifício Praça das Três Torres, situado nesta Capital/SP na atual Avenida Professor Alceu Maynard Araújo, nº 43 e com entrada também pela Rua João Carlos da Silva Borges, nº 832, antiga Avenida Marginal nº 220, no 29º Subdistrito - Santo Amaro, com área construída de 22,20293296 m², correspondente a uma fração ideal de terreno de 0,0700925%.. Matrícula nº 23.658 do 11º CRI/SP, que figura como a titular de domínio, a antiga Crefisul São Paulo S/A, sucedida por Bamerindus São Paulo Companhia de Crédito Imobiliário, posteriormente por Banco Bamerindus do Brasil S/A, atual Banco Sistema S/A (R. 01); o "Instrumento Particular de Cessão de Direitos Hereditários e Direitos de Imóvel Residencial" firmado em 09 de janeiro de 2009, tendo por objeto o imóvel ensejador da lide, onde constam como Cedentes Ana Tereza Gradim Perdiza Darvin, André Perdiza de Queiroz e Vanessa Perdiza de Queiroz Soares e como Cessionário Davis Roschel Ferlin (cópia às fls. 48/51 dos autos), não foi levado a registro ou averbação; não há registro ou averbação de qualquer documento porventura firmado entre a antiga Crefisul São Paulo S/A e atual Banco Sistema S/A com Ana Tereza Gradim Perdiza Darvin, André Perdiza de Queiroz e Vanessa Perdiza de Queiroz Soares e o bem por objeto o imóvel ensejador da lide; e a penhora executada não foi levada a registro ou averbação; não há registro ou averbação de qualquer documento porventura firmado entre a antiga Crefisul São Paulo S/A e atual Banco Sistema S/A com Ana Tereza Gradim Perdiza Darvin, André Perdiza de Queiroz e Vanessa Perdiza de Queiroz Soares e o bem por objeto o imóvel ensejador da lide; e a penhora executada não foi levada a registro / averbação.. Em 08 de abril de 2018, às fls. 313, o Sr. Oficial de Justiça certificou: *o seguinte: "Dirigi-me ao endereço: Avenida Professor Alceu Maynard Araujo, 43, apto 112, Bloco C, Vila Cruzeiro, em 08/04/18, e aí sendo, CONSTATEIque ocupam o local a Sra Adriana Klengel, RG 19266192-9, Juliana Klendel Reis, RG 47888670-6, Gustavo KlendelFerlin, RG 57110743-6, que estavam no apartamento. Mora ali também o esposo da Adriana, Sr Dawis RocheiFerlin, RG 19517740-X, INTIMEI(ram) os(as) ocupantes do imóvel do estágio da presente ação e do despacho transcrito, na pessoa de Adriana Klengel, que após ouvir a leitura do mandado e exarar o seu ciente no mesmo, aceitou a contra fé que lhe oferecei. O referido é verdade e dou fé."*. Conforme pesquisa realizada em 15 de junho 2018, sobre o imóvel pesavam débitos de IPTU no valor de R$ 2.225,81 relativos aos anos 2014 e 2017, além de R$ 1.718,06 referentes a 2018.. O condomínio informou que o crédito executado nestes autos montava R$ 116.669,19 para 16 de novembro de 2015 (fls. 39/40).. Avaliação Original: R$ 436.500,00 em junho/2016. **Avaliação Atualizada: R$** 459.964,95 em janeiro/2017. **Crédito Executado**. Trata-se de Cumprimento de Sentença proferida em sede de Ação Sumária de Cobrança de cotas de condomínios e respectivos encargos devidas pelo apartamento nº 112 C do condomínio autor (fls. 01/07). Em 21 de maio de 2015 a r. sentença de fls. 252/254, com a declaração da revelia dos réus, houve por bem julgar procedente o pedido inicial para condenar *"a parte ré ao pagamento das cotas condominiais discriminadas na petição inicial acrescidas daquelas que se vencerem no curso da demanda (inclusive durante a fase de execução), todas acrescidas, a partir de cada vencimento, de correção monetária, juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano e multa moratória de 2% (dois por cento)".* Foi publicada no DJE em 25 de maio de 2015 (fls. 252). O trânsito em julgado foi certificado às fls. 260. O condomínio informou que o crédito executado nestes autos montava R$ 116.669,19 para 16 de novembro de 2015 (fls. 39/40). **Recursos e Informações Finais.** Dos autos não se verifica recurso pendente de julgamento.. Correrão por conta do arrematante todas as providências e despesas necessárias para a transmissão da propriedade dos imóveis, inclusive o pagamento de ITBI Imposto de Transmissão de Bens Imóveis, laudêmio, aforamento, tarifas, emolumentos, registros e averbações cartorárias, extração de certidões e demais documentos; bem como as despesas necessárias para a desocupação dos imóveis e a efetiva imissão na posse, sendo que eventuais demais ônus e pendências, taxas e/ou impostos porventura incidentes sobre os bens correrão por conta do arrematante. Pelo presente edital ficam intimados das designações e dos termos supra, na hipótese de não localizados para intimações pessoais, Dawis Roschel Ferlin,, Adriana Klengel, André Perdiza de Queiroz , Vanessa Perdiza de Queiroz Soares , Ana Tereza Gradim Perdiza Darvin, Crefisul São Paulo S/A, sucedido por Bamerindus São Paulo Companhia de Crédito Imobiliário, posteriormente por Banco Bamerindus do Brasil S/A, atual Banco Sistema S/A, na(s) pessoas(de) seu(s) representante(s) legal(ais), Ana Tereza Grandim Perdiza Darvin, André Perdiza de Queiroz, Vanessa Perdiza de Queiroz Soares, Construtora Velloso de Castro Ltda., na(s) pessoas(de) seu(s) representante(s) legal(ais), Gustavo Klendel Ferlin (RG 57.110.743-6), Juliana Klendel Reis (RG 47.888.670-6), Condomínio Edifício Praça das Três Torres, na pessoa do(a) Síndico(a), da Prefeitura do Município de São Paulo/SP e eventuais ausuto ocupantes desconhecidos. E para que produza seus efeitos de direito. Será o presente edital afixado e publicado na forma da lei. _____ de _____ de 20 __. Eu, _____, Escrevente, digitei. Eu, _____, Escrivã(o) Diretor(a), subscrevi. Claudia Carneiro Calbucci Renaux - Juiz(a) de Direito

---

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0017441-74.2012.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Daniela Claudia Herrera Ximenes, na forma da Lei. **FAZ SABER** a(o) **CELIA REGINA FERRARI** e **JOSÉ ROBERTO MANO**, que **JOSÉ RENATO SOBRAL**, ajuizou uma **ação de Execução de título Extrajudicial**, visando o recebimento da quantia de R$ 8.564,11(atualizado até maio/2011), representado pelo contrato de locação firmado entre as partes e no bloco/unidade, referente ao imóvel localizado na Rua Paulo de Frase, nº 336 - Tucuruvi – São Paulo/SP – CEP: 02267-000. Devido ser desconhecido o lugar em que se encontra o executado, foi deferida a sua citação por edital para que no prazo de 03 (três)dias, contados da data da citação efetue o pagamento da importância reclamada. Prazo para embargar: 15 dias, facultando o executado nesse prazo, reconhecendo o crédito da exeqüente e comprovando o depósito de 30% do valor em execução, mais custas e honorários, requer o pagamento do saldo em 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1%ao mês. Será o presente edital afixado e publicado da forma da lei.NADA MAIS. 31/07 e 01/08

EDITAL DE CITAÇÃO Processo nº: 0031406-50.2011.8.26.0100 Classe – Assunto: Usucapião - Usucapião Extraordinária Requerente: Francisco Isidoro Aloise e outro EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 0031406-50.2011.8.26.0100 (USUC 691) A Doutora Aline Aparecida de Miranda, MM. Juíza de Direito da 1ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o)(s) Massao Saito, Shigeko Saito, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus sucessores, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores, que Francisco Isidoro Aloise e Iole Sgarzi Aloise, ajuizaram ação de USUCAPIÃO, visando a declaração de domínio sobre a unidade autônoma consistente no conjunto nº 51, no 5º andar do Edifício Nova Brasília, situado na Praça João Mendes, nº 42 Centro 01501-000 – Subdistrito Liberdade - São Paulo SP, com área útil de 69,868 m², área comum de 6,438 m², e a área total de 76,306 m², correspondendo-lhe uma fração ideal de 0,486480% do terreno, contribuinte nº 005.025.0328-9, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 dias, contestem o feito. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 26 de junho de 2018. 28 e 31/07

EDITAL DE CITAÇÃO Processo Digital nº: 1011667-20.2015.8.26.0008 Classe:Assunto: Monitória - Espécies de Títulos de Crédito Requerente: Flytour Viagens Ltda Requerido: A. P. J. ALIENDE VIAGENS E TURISMO - ME EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1011667-20.2015.8.26.0008 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VIII - Tatuapé, Estado de São Paulo, Dr(a). PAULO PEDREIRO LOPES, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a A. P. J. ALIENDE VIAGENS E TURISMO - ME, CPF CNPJ: 15.048.782/0001-06, que lhe(s) foi proposta uma ação Monitória por parte do Flytour Viagens Ltda, alegando em síntese que a credor da Suplicada pela importância de R$ 27.976,79 representados pelos boletos nº 9038.221569, no valor de R$ 24.613,18, com vencimento em 12/03/2015 e nº 9038.224179, no valor de R$ 3.363,61, com vencimento em 19/03/2015, atribuindo o valor à causa de R$ 30.469,44. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de vinte dias contados a partir da publicação deste edital, ofereçam embargos monitórios, nos termos do art. 702 do Novo Código de Processo Civil, ou paguem a importância supra, bem como os honorários advocatícios fixados em 5% do valor da causa, conforme art. 701, do NCPC, devidamente atualizada, ficando cientes, outrossim, de que neste último caso, ficarão isentos das custas processuais, bem como de que nos termos do artigo 701, § 5º do NCPC, restá deferido o pagamento parcelado do débito, na forma disposta no art. 916 do NCPC e de que, na hipótese do não oferecimento de embargos, será iniciada a execução, conforme previsto no Título II do Livro I da Parte Especial do NCPC. Em caso de revelia será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 25 de julho de 2018. 28 e 31/07

EDITAL DE PROCLAMAS

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
DISTRITO DE PARELHEIROS
OFICIAL - ODÉLIO ANTONIO DE LIMA
Faz saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos por lei.

ADILSON DA CONCEIÇÃO MACHADO E FERNANDA LOPES DA SILVA, ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, AUTONOMO, SOLTEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 13/09/1992, FILHO DE DANIEL MACHADO

Usina Alto Alegre S.A. - Açúcar e Álcool

CNPJ nº 48.295.562/0001-36

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 30 de abril de 2018 e 2017. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas.

Presidente Prudente-SP, 10 de julho de 2018 **A Diretoria.**

Balanços patrimoniais em 30 de abril (Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	2018	2017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	783.112	944.566
Contas a receber de clientes	9	60.461	86.894
Estoques	10	349.163	246.717
Ativos biológicos	13	323.660	328.176
Impostos a recuperar	12	60.491	67.169
Instrumentos financeiros derivativos	23	689	61.180
Outras contas a receber		4.247	5.627
		1.580.030	1.740.848
Não circulante			
Impostos a recuperar	12	32.173	5.657
Depósitos judiciais e depósito em caução	17	30.868	29.811
Investimentos		1.251	1.186
Outras contas a receber		10.839	2.208
		75.065	38.723
Imobilizado	14	1.722.204	1.721.126
Intangível		2.162	2.483
Total do ativo não circulante		1.799.431	1.762.332
Total do ativo		3.381.460	3.545.410

Passivo	Nota explicativa	2018	2017
Circulante			
Fornecedores	16	53.530	50.380
Empréstimos e financiamentos	15	169.918	400.524
Salários e encargos sociais		64.939	61.052
Tributos a recolher		2.869	15.014
Dividendos propostos a pagar	19.d	54.886	67.218
Instrumentos financeiros derivativos	23	7.499	152
		353.641	594.340
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	1.189.708	1.203.985
IR e CS diferidos	18	358.201	382.830
Provisão para contingências	19	14.034	18.882
		1.533.943	1.605.708
Total do passivo		1.907.174	2.249.048
Patrimônio líquido			
Capital social realizado	19	670.000	520.000
Ajuste de avaliação patrimonial		201.652	201.652
Reservas de lucros		796.458	733.991
Total do patrimônio líquido		1.474.310	1.296.362
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.381.484	3.545.410

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de lucros Reserva legal	Reservas de lucros Retidos	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Em 30 de abril de 2016		520.000	46.010	58.105	443.298	(123.637)	943.776
Reversão de dividendos propostos		-	-	-	12.656	-	12.656
Realização do custo atribuído		-	(4.119)	-	4.119	-	-
Lucro líquido do exercício						406.658	406.658
Destinações:							
Constituição da reserva legal		-	-	14.151	-	(14.151)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R$ 2,10 por ação)	19.d	-	-	-	-	(67.218)	(67.218)
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	-	201.652	(201.652)	-
Em 30 de abril de 2017		520.000	41.891	72.256	661.725	-	1.296.872
Reversão de dividendos propostos	19.d	-	-	-	2.218	-	2.218
Realização do custo atribuído		-	(4.034)	-	4.034	-	-
Aumento de capital social com lucros retidos		150.000	-	-	(150.000)	-	-
Lucro líquido do exercício						231.108	231.108
Destinações:							
Constituição da reserva legal		-	-	11.555	-	(11.555)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R$ 1,71 por ação)	19.d	-	-	-	-	(54.888)	(54.888)
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	-	164.665	(164.665)	-
Em 30 de abril de 2018		670.000	37.857	83.811	682.642	-	1.474.310

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 30 de abril (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	2018	2017
Receita operacional líquida	20	1.777.884	1.795.120
Mudança no valor justo de ativos biológicos	13	5.320	(10.504)
Custos dos produtos vendidos	21	(1.217.127)	(1.180.024)
Lucro bruto		560.077	564.382
(Despesas) receitas operacionais			
Com vendas	21	(115.406)	(112.758)
Gerais e administrativas	21	(82.935)	(72.837)
Outras receitas operacionais, líquidas	21	36.349	11.353
		(162.377)	(174.242)
Lucro antes do resultado financeiro		414.700	390.140
Receitas financeiras	22	(190.507)	(262.829)
Receitas financeiras	22	186.679	387.229
Variações cambiais, líquidas	22	(68.847)	88.610
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		(72.655)	213.015
Lucro antes dos impostos		342.045	604.055
Imposto de renda	18	(81.202)	(144.629)
Contribuição social	18	(29.735)	(52.768)
Lucro líquido do exercício		231.108	406.658
Lucro líquido básico e diluído por ação (Expresso em R$ por ação)	24	7,21	12,69

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 30 de abril (Em milhares de reais)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	231.108	406.658
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**231.108**	**406.658**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do fluxos de caixa
Exercícios findos em 30 de abril (Em milhares de reais)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	231.108	406.658
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	309.608	257.422
Valor residual das baixas do ativo imobilizado	3.850	4.920
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(24.629)	122.833
Resultado não realizado com instrumentos financeiros	6.804	(60.998)
Reversão da provisão para devedores duvidosos	(14)	(2.968)
Provisão para contingências, reversão e novas constituições, líquidas	(20.450)	-
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos e financiamentos	155.773	(20.030)
Juros, variações monetárias e cambiais sobre outros ativos e passivos	1.422	6.118
Mudança no valor justo de ativos biológicos	(5.320)	10.504
Variação nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	26.447	38.252
Estoques	(102.446)	58.810
Ativos biológicos	9.836	(132.412)
Impostos a recuperar - circulante e não circulante	21.329	63.171
Depósitos judiciais e depósito em caução	(68)	(6.838)
Outras contas a receber e instrumentos financeiros	55.722	51.833
Variação nos passivos operacionais:		
Fornecedores	3.150	(16.639)
Salários e encargos sociais	4.421	1.723
Tributos a recolher	48.722	(1.290)
Provisão para contingências	(44.352)	(8.832)
Outras contas a pagar e instrumentos financeiros	(182)	(374)
	680.731	781.858
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	(61.801)	(68.642)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	618.930	713.216
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicação de recursos em investimento	(65)	1
Aquisição de ativos imobilizados	(314.582)	(333.275)
Aplicação de recursos em intangível	(101)	(657)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(314.748)**	**(333.275)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	74.717	73.439
Amortização de principal e juros de empréstimos e financiamentos	(475.373)	(470.870)
Dividendos pagos	(65.095)	(67.218)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(465.750)**	**(464.649)**
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa, líquido	**(161.454)**	**(84.708)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**944.566**	**845.127**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**783.112**	**944.566**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

10 Estoques

	2018	2017
Produtos acabados		
Etanol	72.594	50.653
Açúcar	146.570	53.870
Adiantamentos a parceiros agrícolas	55.075	55.638
Insumos agrícolas e materiais auxiliares e de manutenção	72.638	75.438
Outros	2.286	11.118
	349.163	**246.717**

11 Partes relacionadas a. Principais saldos e transações que afetam o resultado As operações realizadas e os saldos decorrentes de transações com partes relacionadas em 30 de abril de 2018 e 2017 resumem-se à compra de cana de açúcar da controladora Companhia Agrícola e Pecuária 17 de julho e arrendamentos de imóveis rurais de partes relacionadas, as referidas compras foram de R$ 4.885 (R$ 5.326 em 30 de abril de 2017). O saldo a pagar à controladora em 30 de abril de 2018, no montante de R$ 260 (R$ 105 em 30 de abril de 2017), encontra-se registrado na rubrica "Fornecedores". **b. Operações com pessoal chave** A remuneração dos principais administradores, efeitos tributariamente por ocasião de assembleia geral ordinária, que ocorrerá exclusivamente de benefícios de curto prazo, cujo montante é reconhecido contabilmente como despesa e, no exercício findo em 30 de abril de 2018, foi de R$ 3.028 (R$ 4.712 em 30 de abril de 2017). A Companhia não possui benefícios de longo prazo, pós-emprego e de rotatividade de trabalho ou remuneração baseada em participações societárias. **12 Impostos a recuperar**

O saldo é composto como segue:

	2018	2017
IRPJ e CSLL - antecipações	3.097	13.101
Imposto de renda e contribuição social retido na fonte	6.246	9.171
Crédito sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	20.402	41.588
Reintegra	11.818	7.892
Diferido	45.345	41.893
	92.664	113.345
Circulante	60.491	107.688
Não circulante	32.173	5.657

Os créditos de ICMS, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado. A parcela deste imposto a ser compensada no próximo exercício está classificada no curto. A partir do próximo exercício, todos os impostos são considerados realizáveis, pela Administração, no curso normal das operações da Companhia. **13 Ativo biológico** Os ativos biológicos da Companhia estão representados pela cana de açúcar destinada à produção de açúcar e etanol. O canavial é composto por variedades comerciais em unidades próprias nos Estados de São Paulo e Paraná. Na determinação do valor justo dos ativos biológicos, a Companhia considera as características específicas de seus ativos, como produtividade e áreas de plantio (cana de açúcar) em uma área de 164.802 hectares em 30 de abril de 2018 (162.414 hectares em 30 de abril de 2017). O valor justo das culturas de cana de açúcar foi calculado com base no fluxo de caixa líquido esperado, descontado, considerando as seguintes principais premissas: • Entradas de caixa: estimativa de produção multiplicada da expectativa de produtividade futura de cana de açúcar, para a próxima safra, medida em toneladas e nível de concentração de açúcar - ATR, pelo preço de venda líquido de custos de frete e outros, com base em dados divulgados pelo Conselho dos Produtores de Cana de açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo - CONSECANA. • Saídas de caixa representadas pela estimativa de custo necessários para a colheita, manutenção e arrendamento da cana de açúcar (tratos culturais); (ii) custos com corte, carregamento e transporte (CCT); (iii) custos de capital (custo da parceria agrícola e equipamentos e arrendatárias); e (iv) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo. • A taxa de desconto utilizada no cálculo do fluxo de caixa descontado foi de 6,50% (11,25% em 30 de abril de 2017), líquidas de impostos. As variações no valor justo das lavouras de cana de açúcar em 30 de abril de 2018 e 2017 foram registradas na rubrica "Ativo biológico" no ativo circulante e têm como contrapartida o ganho líquido decorrente da variação no valor justo mensurado a cada período, que no valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações financeiras e são classificadas como Nível 3 - Demais informações. O Preço líquido médio de venda foi projetado com base na cotação do preço do futuro de açúcar ajustado para o mercado local para refletir o preço da cana no ponto de corte. O custo padrão médio estimado contemplando gastos com os tratos culturais, corte, carregamento e transporte (CCT), bem como o custo dos ativos que contribuem, tais como terras próprias considerando o mesmo preço utilizado em outras parcerias. Foram também considerados os efeitos tributários com base nas alíquotas vigentes. O saldo do ativo biológico consumível da Companhia é composto pelo preço estimado de mercado das lavouras de cana de açúcar em pé (medido por ATR) e pelos custos incorridos para colocação dos ativos em condição de uso ou venda. O diferencial entre eles é reconhecido para que o saldo do ativo biológico como um todo seja registrado a valor justo. A movimentação do ativo biológico é assim demonstrada:

	2018	2017
Em 30 de abril de 2016		206.268
Adições - tratos culturais		115.216
(-) Amortização		(118.804)
(-) Depreciação do valor justo		(80.901)
(+) Ajuste a valor justo		70.397
Saldo contábil líquido		328.176
Em 30 de abril de 2017		
Saldo inicial		257.779
Saldo do ajuste a valor justo		70.397
Saldo contábil líquido		328.176
Saldo inicial		328.176
Adições - tratos culturais		279.972
(-) Amortização		(289.408)
(-) Depreciação do valor justo		(95.931)
(+) Ajuste a valor justo		71.251
Saldo contábil líquido		323.660
Em 30 de abril de 2018		
Saldo a custo		247.943
Saldo do ajuste a valor justo		75.717
Saldo contábil líquido		323.660

A Companhia está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações: **a. Riscos regulatórios e ambientais** A Companhia está sujeita às leis e regulamentos pertinentes as atividades em que opera. A Companhia estabelece procedimentos ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais. A administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e implementa ações para gerenciar os riscos decorrentes de suas atividades operacionais. **b. Riscos de oferta e demanda** A Companhia está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol produzidos a partir da cana de açúcar. Os preços e volumes de venda são influenciados por diversos fatores, sendo o volume de produção para o abastecimento do mercado e da procura. A administração realiza análises de cenários para garantir que as estratégias de suas atividades operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção estão de acordo com a demanda prevista. **c. Riscos climáticos** As atividades operacionais de cultivo de cana de açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais e outras forças maiores. A Companhia mantém seguros contratados com seguros alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura de cana de açúcar. A produção de açúcar depende do volume e teor de sacarose contida na cana de açúcar cultivada ou adquirida de agricultores. O rendimento da safra e o teor de sacarose da matéria-prima cana de açúcar dependem particularmente de condições climáticas favoráveis e essa cultura, tais como índice de chuvas e de temperatura, que podem variar. Historicamente as condições climáticas têm causado dificuldades na produção e comercialização de açúcar e etanol, e, por conseguinte nos resultados operacionais, por prejudicarem as safras ou reduzirem os volumes das colheitas. Em safras adversas, o açúcar e etanol produzidos a partir da cana de açúcar e o preço das commodities agrícolas vendidas e utilizadas no processo de produção. Condições climáticas futuras poderão alterar as quantidades e os rendimentos agrícolas que a Companhia já obtve e que foi utilizada em suas premissas para a avaliação do seu ativo biológico. **14 Ativo imobilizado**

Custo	Terras	Edifícios e depreciações	Máquinas, equipamentos e instalações industriais	Lavouras de cana de açúcar	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Móveis, utensílios e equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Em 30/04/2016	21.124	225.227	954.915	1.212.320	271.867	305.403	22.532	12.680	2.764	2.764.832
Aquisições	-	1.463	10.957	248.264	18.653	49.719	1.807	1.575	181	332.619
Baixas	-	(17)	(15.530)	-	(10.989)	(12.429)	(882)	-	(53)	(257.044)
Transferências	-	4	1.011	-	9.899	9.206	801	-	-	20.920
Em 30/04/2017	21.124	226.677	951.353	1.460.584	289.430	351.899	23.258	14.255	2.892	3.070.226
Aquisições	3.626	448	17.227	238.264	12.289	40.267	2.381	-	60	314.562
Baixas	-	-	(11.607)	(123.238)	(11.189)	(17.729)	(426)	-	(103)	(164.293)
Transferências	-	-	105	-	105	-	-	-	-	210
Em 30/04/2018	24.750	241.380	1.009.083	1.437.346	273.036	327.941	25.215	-	2.849	3.220.505
Depreciação	**Terras**	**Edifícios e depreciações**	**Máquinas, equipamentos e instalações industriais**	**Lavouras de cana de açúcar**	**Veículos**	**Máquinas e implementos agrícolas**	**Móveis, utensílios e equipamentos de informática**	**Imobilizado em andamento**	**Outros**	**Total**
Em 30/04/2017	-	(53.168)	(451.363)	(328.458)	(148.046)	(115.160)	(16.583)	-	-	(1.112.776)
Baixas	-	(6.384)	(41.205)	(191.503)	(11.189)	(27.869)	(426)	-	-	(257.044)
Transferências	-	9	1.011	-	9.899	9.206	801	-	-	20.920
Em 30/04/2017	-	(59.509)	(491.567)	(488.422)	(158.076)	(133.814)	(17.310)	-	-	(1.348.900)
Adições	-	(6.385)	(41.080)	(209.696)	(19.737)	(31.196)	(1.737)	-	(3)	(309.834)
Baixas	-	-	8.637	101.433	11.189	17.729	426	-	-	139.413
Transferências	-	-	(105)	-	(105)	-	-	-	-	(210)
Em 30/04/2018	-	(65.894)	(531.913)	(574.880)	(166.729)	(148.835)	(18.866)	-	(3)	(1.508.301)
Saldo líquido em 30/04/2017	21.124	181.523	502.781	723.898	113.804	171.589	6.050	-	657	1.721.326
Saldo líquido em 30/04/2018	24.750	175.486	478.250	752.466	104.886	179.106	6.649	-	611	1.722.204
Taxas médias anuais de depreciação	-	de 1% a 5%	de 1% a 8%	de 15% a 20%	de 5% a 20%	de 8% a 16%	de 3% a 11%	-	-	-

a. Avaliações Proveniente de revaliação espontânea registrada em 30 de dezembro de 1999 e 30 de abril de 2006, deduzida das subsequentes depreciações e baixas diferidas e respectivos valores decorrentes do efeito fiscal, mantidos líquidos, debitados ao resultado do exercício findo em 30 de abril de 2018, montam a R$ 6.354 (R$ 6.508 em 2017). A reserva de revaliação constituída, líquida dos efeitos aplicáveis, está sendo realizada a crédito de resultados acumulados, em função da depreciação ou baixa dos respectivos ativos que lhes deram origem. O saldo do imposto de renda diferido sobre referida reserva em 30 de abril de 2018, de R$ 18.639 (R$ 20.799 em 30 de abril de 2017) classificado no passivo não circulante, na rubrica "Imposto de renda e contribuição social diferidos". **b. Provisão para redução ao valor recuperável** Durante o exercício encerrado em 30 de abril de 2018, a Companhia não identificou indicadores de que seus ativos possam estar registrados por valores acima do valor recuperável, uma vez que a projeção de caixa futura de longo prazo da Companhia é suficiente para cobertura dos mesmos. **c. Garantia** Para alguns empréstimos e financiamentos, em 30 de abril de 2018, aproximadamente R$ 248.570 de bens do ativo imobilizado (R$ 375.869 em 30 de abril de 2017) encontravam-se gravados em garantia e são representados em sua grande maioria por máquinas e equipamentos. **d. Licenças** Os custos de aquisição de direitos de uso de licenças de computadores e de software são reconhecidos como ativos quando incorridos. Os custos incorridos no desenvolvimento de software reconhecidos como ativos são amortizados ao longo de seus períodos de benefícios econômicos estimados, que não excedem a cinco anos. **e. Ativos arrendados (leasing)** A determinação de se um contrato, ou contém, um arrendamento é baseada na substância do contrato na data de seu início. Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é avaliado pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. Os ativos mantidos em arrendamentos operacionais nas demonstrações de resultado, de forma linear durante o prazo do arrendamento. **f. Ativo biológico** O ativo biológico (cana de açúcar em pé), é reconhecido ao valor justo menos as despesas estimadas no ponto de venda, considerando a maturidade da cana de açúcar (ciclo de doze e dois anos). A metodologia adotada pela Companhia para satisfazer essa exigência de cálculo é o fluxo de caixa descontado, cujo resultado do cálculo é apresentado na nota explicativa nº 13. A avaliação do ativo biológico pela Companhia, sendo consumível, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo menos despesas de venda, reconhecido no resultado do exercício em que ocorrer, e classificados como ativos circulantes, pois geriam necessidades para vender os ativos. A cana de açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apuradas na data do corte. **g. Estoques** Mensurados pelo custo médio de aquisição ou de produção, compensáveis, quando aplicável, e valor justo do ativo biológico na data do corte, sendo inferior aos valores líquidos de realização. Também são incluídos no custo dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O custo dos estoques de produtos acabados compreende matérias-primas e materiais de consumo, despesas de fabricação e ajustados ao valor líquido realizável, se aplicável, que corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para a conclusão e custos necessários para realizar a venda. **h. Ativo imobilizado** Constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização de contas a receber de clientes. Os adiantamentos a fornecedores de cana são demonstrados ao custo. **h. Redução ao valor recuperável (impairment) (i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)** Um ativo financeiro da Companhia não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro está em redução ao valor se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. A perdas são reconhecidas em resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando aplicável. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição da perda de valor é revertida e registrada no resultado. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, é constituída em montante considerado suficiente para acompanhamento por fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. **(ii) Ativos não financeiros** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, exceto o imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados no menor nível para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa). Os ativos não financeiros, exceto ágio, que sofreram perda no valor recuperável são revisados em cada data de relatório para possível reversão da perda no valor recuperável. **i. Fornecedores** Os valores contábeis de fornecedores são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, posteriormente, ajustados pelos efeitos de variação cambial e monetária, incorridos até a data do balanço, quando aplicáveis, e pelos demais ajustes patrimoniais, quando aplicáveis. **j. Empréstimos e financiamentos** O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros aplicada na data de apresentação. **(i) Empréstimos e financiamentos** O valor justo dos itens do ativo imobilizado, para fins de custo atribuído, foi baseado no benefício de mercado e nas abordagens de custo para preços de mercado cotados na data de transição para ativos semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. **(iii) Instrumentos financeiros derivativos** O valor justo de contratos de câmbio a termo é baseado no preço de mercado listado, se disponível. O valor justo dos instrumentos derivativos de proteção de moeda e juros cotaveis em aberto é baseado no valor justo de mercado, quando aplicável, que é o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da base de dados da BM&F. Caso não exista mercado listado ou esteja disponível, o valor justo é estimado descontando da diferença entre o preço a termo contratual e o preço a termo corrente para o período de vencimento residual do contrato usando uma taxa de juros livre de risco (baseada em títulos públicos) - vide nota explicativa nº 23. **(iv) Passivos financeiros não derivativos** Os passivos financeiros não derivativos são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e, para fins de divulgação, a cada data de apresentação. O valor justo é calculado com base no valor presente do principal e dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras, considerando os fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros aplicada na data de apresentação. Os componentes passivos dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência em contratos de arrendamento semelhantes. **(v) Empréstimos e financiamentos** O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros aplicada na data de apresentação. **(vi) Imobilizado** O valor justo dos itens do ativo imobilizado, para fins de custo atribuído, foi baseado no benefício de mercado e nas abordagens de custo para preços de mercado cotados na data de transição para ativos semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. **(iii) Instrumentos financeiros derivativos** O valor justo de contratos de câmbio a termo é baseado no preço de mercado listado, se disponível. O valor justo dos instrumentos derivativos de proteção de moeda e juros cotaveis em aberto é baseado no valor justo de mercado, quando aplicável, que é o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da base de dados da BM&F. Caso não exista mercado listado ou esteja disponível, o valor justo é estimado descontando da diferença entre o preço a termo contratual e o preço a termo corrente para o período de vencimento residual do contrato usando uma taxa de juros livre de risco (baseada em títulos públicos). - vide nota explicativa nº 23. **(iv) Passivos financeiros não derivativos** Os passivos financeiros não derivativos são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e, para fins de divulgação, a cada data de apresentação. O valor justo é calculado com base no valor presente do principal e dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras, considerando os fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros aplicada na data de apresentação. Os componentes passivos dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência em contratos de arrendamento semelhantes. **(v) Empréstimos e financiamentos** O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros aplicada na data de apresentação. **(vi) Imobilizado** O valor justo dos itens do ativo imobilizado, para fins de custo atribuído, foi baseado no benefício de mercado e nas abordagens de custo para preços de mercado cotados na data de transição para ativos semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. **(iii) Instrumentos financeiros derivativos** O valor justo de contratos de câmbio a termo é baseado no preço de mercado listado, se disponível. O valor justo dos instrumentos derivativos de proteção de moeda e juros cotaveis em aberto é baseado no valor justo de mercado, quando aplicável, que é o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da base de dados da BM&F. Caso não exista mercado listado ou esteja disponível, o valor justo é estimado descontando da diferença entre o preço a termo contratual e o preço a termo corrente para o período de vencimento residual do contrato usando uma taxa de juros livre de risco (baseada em títulos públicos). - vide nota explicativa nº 23. **(iv) Passivos financeiros não derivativos** Os passivos financeiros não derivativos são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e, para fins de divulgação, a cada data de apresentação. O valor justo é calculado com base no valor presente do principal e dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras, considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de ativos adquiridos quando aplicável. **(v) Empréstimos e financiamentos** O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros aplicada na data de apresentação. **(vi) Imobilizado** O valor justo dos itens do ativo imobilizado, para fins de custo atribuído, foi baseado no benefício de mercado e nas abordagens de custo para preços de mercado cotados na data de transição para ativos semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. **(iii) Instrumentos financeiros derivativos** O valor justo de contratos de câmbio a termo é baseado no preço de mercado listado, se disponível. O valor justo dos instrumentos derivativos de proteção de moeda e juros cotaveis em aberto é baseado no valor justo de mercado, quando aplicável, que é o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da base de dados da BM&F. Caso não exista mercado listado ou esteja disponível, o valor justo é estimado descontando da diferença entre o preço a termo contratual e o preço a termo corrente para o período de vencimento residual do contrato usando uma taxa de juros livre de risco (baseada em títulos públicos). O valor justo de contratos de swaps de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto a razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para instrumentos similares na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para levar em conta o risco de crédito da entidade e contraparte quando apropriado. **8 Caixa e equivalentes de caixa**

	2018	2017
Caixa e bancos	6.812	10.302
Numerário em trânsito (moeda estrangeira)	32.094	19.093
Aplicações financeiras	744.206	915.171
	783.112	944.566

O saldo em bancos compreende, também, valores em moeda estrangeira em montantes equivalentes a R$ 1.000 (R$ 1.000 em 30 de abril de 2017), convertidos pelo Monetário Nacional. As aplicações financeiras são resgatáveis sem qualquer carência, são mantidas em bancos de primeira linha, substancialmente em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, pós-fixados, remunerados as taxas médias de 98,90% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (99,53% em 2017). Numerário em trânsito (Moeda estrangeira) refere-se a recebíveis de exportação em dólares norte-americanos que, em 30 de abril de 2018, totalizavam US$ 9.220 mil (US$ 5.800 mil em 30 de abril de 2017), provenientes de operações de pré-pagamento de exportação e câmbio pronto, cujas liberações ocorrerão mediante solicitação da administração da Companhia no fechamento de câmbio dessas operações/contratos. **9 Contas a Receber de Clientes**

	2018	2017
Contas a receber	61.672	88.095
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.193)	(1.207)
	60.461	86.894

Os saldos de contas a receber em 30 de abril, estão distribuídos conforme a seguir:

	2018	2017
Vencidos:		
Até 30 dias	88	1.478
De 31 a 60 dias	49	9
De 61 a 90 dias	1	76
Acima de 90 dias	1.387	1.697
Total vencido	1.525	3.260
Total a vencer	60.147	84.835
Total	61.672	88.095

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na análise dos prazos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas. Essa classificação leva em consideração, entre outras, o histórico de inadimplência, análise periódica da operação, a conjuntura e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantias, quando aplicável. A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes são divulgadas na nota explicativa nº 23. As contas a receber de clientes são classificados como recebíveis demonstrados ao custo amortizado. A despesa com constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada no resultado do exercício. As movimentações da provisão para créditos de liquidação duvidosa são apresentadas a seguir:

	2018	2017
Provisão para devedores duvidosos		
Saldo inicial	(1.207)	(4.175)
Adições	(86)	-
Baixas	100	2.968
Saldo final	(1.193)	(1

...continuação

é capitalizada no passivo. Os montantes dos financiamentos Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME e Financiamento à Empresa - FINEM compõem os recursos captados para a aquisição de máquinas e equipamentos industriais, veículos, tratores e implementos agrícolas. Esses recursos foram destinados à implantação de canaval, expansão e modernização das unidades produtivas e à cogeração de energia elétrica a partir de biomassa. **16 Fornecedores** Os saldos de fornecedores a pagar são decorrentes preponderantemente na aquisição de material, serviços e cana de açúcar. **17 Provisão para contingências** A administração da Companhia, baseada em pareceres de seus consultores jurídicos, está questionando a legalidade de determinados tributos, bem como apresentou defesa administrativa e judicial relativa a autos de infração e notificações de lançamento. Quando aplicável, esses tributos estão atualizados com base em índices oficiais. Tais processos são registrados e estão classificados como perdas prováveis, devido ao fato de que parte substancial dos mesmos encontra-se em esfera administrativa, e estão assim demonstrados:

	2018	2017
Provisões trabalhistas, trabalhistas, cíveis e outras	36.903	184.726
(-) Depósitos judiciais	(31.288)	(125.833)
	5.615	58.893

As provisões para contingências acima, têm as seguintes principais naturezas: **a.** Programa Especial de Regularização Tributária - PERT - A Companhia optou por aderir ao programa de regularização tributária instituídos pela esfera federal, visando equalizar e regularizar o passivo tributário referente ao IPI. O montante total devido dos processos selecionados para adesão foi de R$ 66.157,00 reais, sendo provisionado para contingências e depósitos judiciais, sobre o qual recaliram reduções de multas e juros que representam R$ 30.581, restando um saldo a pagar de R$ 35.575, liquidado através de desembolso de caixa. **b.** INSS relacionado, substancialmente, a autuações relativas a contribuições incidentes sobre folha de pagamento de trabalhadores rurícolas em períodos diversos. **c.** INCRA relacionado a valores não recolhidos entre dezembro de 2002 e dezembro de 2007, que estão sendo questionados judicialmente. Os valores não recolhidos correspondem ao questionamento que a Companhia está fazendo com o INSS sobre a diferença de alíquota (de 0,2% para 2,7%). Postula-se judicialmente o reconhecimento da revogação da contribuição ao INCRA, tendo em vista a nova ordem constitucional que, na avaliação da Companhia, não recepcionou a exação prevista no Decreto-lei nº 1.146/70. Como tese auxiliar, na hipótese de se entender pela compatibilidade da contribuição ao INCRA e sua Constituição de 1988, pede-se o reconhecimento da inconstitucionalidade da desigualdade de alíquotas entre as agroindústrias e as pessoas jurídicas que exploram outras atividades (0,2%), de modo que seja reconhecido à Companhia o direito de recolher o tributo em questão com base na alíquota de 0,2%. **d.** Valores de reclamações trabalhistas, relacionadas a reclamações de ex-funcionários da Companhia. A movimentação das provisões para contingências é como segue:

Em 30 de abril de 2016	70.657
Movimentação dos depósitos judiciais	(7.882)
Juros e multas	6.118
Em 30 de abril de 2017	68.893
Adições de contingências	10.131
Pagamento	(35.575)
Abatimento - PERT	(30.581)
Compensação com depósito judicial	(8.778)
Juros e multas	1.505
Em 30 de abril de 2018	5.615

e. Depósitos judiciais Os depósitos judiciais que representam ativos restritos da Companhia são relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados. Os saldos dos depósitos judiciais são os quais não há provisão para contingência constituída, em 30 de abril de 2018, totaliza R$ 30.806 (R$ 29.702 em 30 de abril de 2017) e está classificado na rubrica "Depósitos judiciais e depósito em caução" no ativo não circulante. **f. Contingências** A Companhia possui processos de natureza trabalhista, cível e tributária avaliados pela administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, como de possível perda. As provisões para contingências constituída pela Companhia foi avaliada pela Administração como suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas quando da conclusão das correspondentes contingências. **18 Imposto de renda e contribuição social**

Composição dos tributos diferidos

	2018	Movimentação no resultado do exercício	2017	Movimentação no resultado do exercício	2016
Créditos tributários					
Imposto de renda sobre:					
- Adições temporárias	10.521	(23.539)	34.060	(1.496)	35.556
- Prejuízos fiscais	9.208	9.508	-	(5.919)	5.919
	20.008	(14.031)	34.060	(7.415)	41.475
Contribuição social sobre:					
- Adições temporárias	3.063	(1.662)	4.725	(539)	5.264
- Base de cálculo negativa da acumulada	3.423	3.423	-	(2.238)	2.238
	6.486	1.761	4.725	(2.777)	7.502
Total dos débitos tributários ativos	26.515	(12.270)	38.785	(10.192)	48.977
Débitos Tributários					
Imposto de renda sobre:					
- Exclusões temporárias	3.768	(14.031)	17.799	1.841	15.958
- Ajuste de avaliação patrimonial	13.705	(1.588)	15.293	(1.627)	16.920
- Depreciação acelerada incentivada (i)	222.993	16.506	206.487	32.403	174.084
- Variação cambial - tributação em regime de caixa	23.485	(29.348)	52.833	52.833	-
- Ativos biológicos - nota explicativa nº 13	18.929	1.330	17.599	(2.626)	20.225
	282.880	(27.131)	310.011	82.824	227.187
Contribuição social sobre:					
- Exclusões temporárias	1.356	(5.051)	6.407	662	5.745
- Ajuste de avaliação patrimonial	4.934	(572)	5.506	(585)	6.091
- Depreciação acelerada incentivada (i)	80.277	5.942	74.335	11.665	62.670
- Variação cambial - tributação em regime de caixa	8.454	(10.566)	19.020	19.020	-
- Ativos biológicos - nota explicativa nº 13	6.816	479	6.336	(945)	7.281
	101.836	(9.768)	111.604	29.817	81.787
Total dos débitos tributários passivos	384.716	(36.899)	421.615	112.641	308.974
IR e CS diferidos, líquidos - passivo não circulante	358.201	(24.629)	382.830	122.833	259.997

(i) Corresponde aos débitos tributários diferidos calculados sobre o benefício permitido por lei, que consiste na depreciação integral, para fins fiscais, no período ano, dos gastos incorridos com imobilizações agrícolas. **a.** Expectativa de realização dos tributos diferidos Os débitos sobre adições e exclusões temporárias, ativos e passivos serão realizados quando tais adições e exclusões forem realizadas. **b.** Conciliação do imposto de renda e da contribuição social com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado societário:

	2018 Imposto de renda	2018 Contribuição social	2017 Imposto de renda	2017 Contribuição social
Lucro antes dos tributos	342.045	342.045	604.055	604.055
Alíquota máxima	25%	9%	25%	9%
	(85.511)	(30.784)	(151.014)	(54.365)
Tributos sobre adições/exclusões permanentes	4.309	1.049	6.385	1.597
Tributos no resultado do exercício	(81.202)	(29.735)	(144.629)	(52.768)
Efeito corrente	(94.303)	(41.263)	(54.589)	(20.175)
Efeito diferido	13.101	11.528	(90.240)	(32.593)

19 Patrimônio líquido a. Capital social Em 30 de abril de 2018 e 2017, o capital social está dividido em 32.052.452 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 06 de abril de 2018, mediante Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas ("AGE"), foi aprovado o aumento no capital da Companhia em R$ 150.000, sem emissão de novas ações, com utilização de parte do saldo da conta de "Lucros retidos", passando o capital social a ser de R$ 670.000. **b. Reserva legal** Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social realizado. **c. Ajuste de avaliação patrimonial** Refere-se à reavaliação própria (Nota 14.a), líquida dos efeitos tributários, e à reavaliação com base nas depreciações e baixas dos bens respectivos bens reavaliados e o montante apurado da realização é transferido para lucros acumulados. **d. Dividendos** A reserva de dividendos propostos, no montante de R$ 2.218, foi deliberada pela Assembleia Geral Ordinária (AGO) nº 22 de dia 10 de agosto de 2017. De acordo com o estatuto social, aos titulares das ações serão atribuídos dividendos de 25% do lucro líquido de cada exercício, após a apropriação da reserva legal, correspondentes a 5% do lucro líquido do exercício.

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	231.108	443.065
Base para destinações	231.108	443.065
(-) Constituição da reserva legal	(11.555)	(22.153)
Base elegível de distribuição de dividendos	219.553	420.912
Dividendos (25% mínimo obrigatório de acordo com estatuto social)	54.888	105.228

e. Reservas de retenção de lucros Constituída com os lucros remanescentes, após as destinações legais e estatutárias, ficando a disposição da assembleia para futuras destinações. **20 Receita operacional líquida** A receita líquida de vendas é demonstrada a seguir:

	2018	2017
Receita de Vendas		
Açúcar mercado externo	799.342	677.330
Açúcar mercado interno	558.330	703.237
Etanol mercado interno	435.216	397.994
Energia elétrica	126.231	89.640
Outros	5.036	5.649
Receita bruta	1.924.155	1.873.850
Impostos	(149.866)	(136.518)
Devolução de vendas	(2.405)	(2.212)
Receita líquida	1.771.884	1.735.120

21 Apresentação da demonstração do resultado por natureza A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2018	2017
Matéria prima e insumos	(608.375)	(562.684)
Salários, encargos e benefícios	(291.423)	(321.761)
Depreciação e amortização	(309.608)	(257.006)
Despesas com prestadores de serviços	(148.867)	(160.756)
Outras despesas líquidas	(4.681)	(35.268)
	(1.362.934)	(1.334.475)
Classificadas como:		
- Custos dos produtos vendidos	(1.217.127)	(1.160.234)
Com vendas	(115.406)	(112.758)
Gerais e administrativas	(66.320)	(72.837)
Outras receitas operacionais, líquidas	36.349	11.353
	(1.362.504)	(1.334.476)

A composição de "Outras receitas operacionais, líquidas" é demonstrada a seguir:

	2018	2017
Crédito - Reintegra	12.676	3.809
Restituição processos IAA	335	9.277
Desconto adesão ao PERT	30.581	-
Provisão para contingências trabalhistas	(10.131)	-
Outros créditos/débitos, líquidos	3.112	(1.733)
	36.349	11.353

22 Resultado financeiro

	2018	2017
Despesas financeiras:		
Juros sobre financiamentos	(74.633)	(89.125)
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(2.572)	(7.115)
Perdas em operações com derivativos	(159.099)	(159.875)
Despesas bancárias e outras despesas financeiras	(4.207)	(5.711)
Total das despesas financeiras	(240.511)	(262.826)
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	59.883	103.342
Ganho nas operações com derivativos	124.203	279.107
Outras receitas financeiras	2.593	4.780
Total das receitas financeiras	186.679	387.229
Variações cambiais:		
Variação cambial ativa	530.844	1.066.666
Variação cambial	(599.677)	(972.151)
Variações cambiais, líquidas	(68.833)	94.515
Total do resultado financeiro	(122.665)	218.918

23 Instrumentos financeiros 23.1 Considerações gerais A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, a Companhia também opera com instrumentos financeiros derivativos objetivando minimizar os riscos resultantes das flutuações dos preços de mercado de seus produtos (açúcar) e reduzir os riscos de desvalorização do real frente ao dólar norte-americano. Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com a finalidade de negociação, de proteção de ativos e de compromissos assumidos, ou para especificar e proteger as operações de exportação contra riscos de variação cambial e de flutuação do preço do açúcar no mercado internacional. As operações contratadas são atreladas aos volumes e valores de vendas a entregar para clientes e têm por objetivo assegurar níveis mínimos de rentabilidade às vendas futuras. Os saldos dos derivativos são atualizados, diariamente, a preço cotado em mercado ativo tendo o seu valor justo ("fair value") determinado naturalmente e, quando aplicável, é utilizado o método do fluxo de caixa descontado para determinar o valor justo. Os demais instrumentos financeiros no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, prazos inferiores a três meses. Ao considerar o prazo e as características desses instrumentos, sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. **a. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outros ativos circulantes** Os valores contabilizados aproximam-se dos valores de realização. As aplicações financeiras são representadas substancialmente por CDBs indexados ao CDI, com alta liquidez, e são firmadas com instituições financeiras que atendem aos critérios de avaliação de riscos da Companhia. **b. Empréstimos e financiamentos e contas a pagar** Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pela taxa cambial e pelas taxas de juros, conforme nota explicativa nº 15, e representam o valor de realização em 30 de abril de 2018. Os valores contabilizados como contas a pagar aproximam-se dos de realização. **c. Derivativos (i)** Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de juros. O saldo de derivativo de taxa de juros é composto por "swap" e registrou, em 30 de abril de 2018, perda de R$ 4.709 (perda de R$ 6.100 em 2017), registrada no resultado financeiro. **(i.1)** Em 30 de abril de 2018 e 2017, a Companhia possui contratos a termo em moeda estrangeira para proteção de recebimentos por vendas futuras no mercado externo e proteção da dívida, conforme demonstrado no resultado financeiro, para as operações encerradas e para as operações não encerradas, registrados em "Instrumentos financeiros derivativos" no ativo circulante no caso de ganho e no passivo circulante no caso de perda:

Posição vendida:	Valor de referência (nocional)	Ajuste a valor presente	Valor ajustado p/US$	2018 Ganho / Perda
Vencimento entre julho de 2018 a fevereiro de 2020	243.328	244.476	251.969	(7.493)
				2017
Posição vendida:	Valor de referência (nocional)	Ajuste a valor presente	Valor ajustado p/US$	Ganho / Perda
Vencimento entre julho de 2017 a abril de 2018	605.509	574.832	513.652	61.180

(ii) Contratos futuro Em 30 de abril de 2018 e 2017, os saldos de ativos e passivos relacionados às transações com contratos futuros de commodities agrícolas, são os seguir: **(ii.1).** Os depósitos de margem e ajustes diários pendentes de liquidação, mantidos em conta corrente com a corretora, para cobertura de margens iniciais estabelecidas pela bolsa de mercadorias e futuros BM&F, são registrados, por ocasião do garantir contratos em aberto e remessas liquidas relativas aos ajustes diários de variação de preços dos contratos no mercado futuro, são:

	2017
Depósito de cobertura de margem	430
Total	430

Os valores de depósito de margem estão registrados na rubrica "Instrumentos financeiros derivativos" no ativo circulante. **(ii.2). Contratos futuros de açúcar** A Companhia opera no mercado futuro de "commodities", com a finalidade especifica de proteção ("hedge"), por meio de corretora em bolsa de mercadorias, que efetua ajustes diários, valorizando a valor de mercado as posições em aberto, registrando o saldo ganho está registrado no resultado financeiro, para as operações encerradas e para as operações não encerradas, registrados em "Instrumentos financeiros derivativos" no ativo circulante no caso de ganho e no passivo circulante no caso de perda:

Posição comprada:	Contratos em 30/04/2018 Valor de referência (nocional)	Valor ajusto ("fair value")	Efeito acum. receber /pagar
Compra com vencimento em julho de 2018	16.260	16.949	689
	Contratos em 30/04/2017		
Posição comprada:	Valor de referência (nocional)	Valor ajusto ("fair value")	Efeito acum. receber /pagar
Compra com vencimento em maio e julho de 2017	7.115	6.933	(182)

23.2 Fatores de risco e análise de sensibilidade A Companhia dispõe de políticas e procedimentos para administrar, mediante utilização de instrumentos financeiros, os riscos de mercado resultantes de suas operações com taxa de juros, câmbio e preços de açúcar no mercado internacional de "commodities", inerentes a seus negócios. Tais políticas são acompanhadas e incluem: (a) o controle e procedimentos de gerenciamento e monitoramento contínuo dos níveis de exposição em função dos volumes de vendas contratados; e (b) estimativas do valor de cada risco tendo por base os limites de exposição cambial e de venda do açúcar estabelecidos. Com base nessas políticas, os instrumentos financeiros derivativos são contratados exclusivamente com a finalidade de proteger e proteger as operações de exportação de açúcar contra riscos de variação cambial e de flutuação do preço do açúcar no mercado internacional. As operações contratadas são atreladas aos volumes e valores de vendas a entregar para clientes e têm por objetivo assegurar níveis mínimos de rentabilidade às vendas futuras. Nesse sentido, visando mitigar os riscos futuros de variação cambial, em 30 de abril de 2018 a Companhia possuía na modalidade de NDF e travas de dólar um montante de US$ 72.382 mil na posição vendida (US$ 160.596 mil na posição vendida em abril de 2017). As análises abaixo sobre estas posições estão demonstradas na nota explicativa nº 23 (c) i1. **23.2.1 Análise de sensibilidade - Risco de taxa de juros** A análise é feita considerando os montantes das respectivas taxas de juros e qual seria o impacto na variação das taxas de juro no resultado ou no patrimônio líquido em diferentes cenários. A tabela a seguir resume todas as posições de situação financeira da Companhia impactada pela variação da taxa de juros.

Descrição	Valor de referência	Impactos em um cenário provável 10% -10%	Impactos em um cenário possível 25% -25%	Impactos em um cenário remoto 50% -50%
Financiamentos com taxa de juros flutuantes sem "hedge"	744.506	4.705 (4.705)	11.763 (11.763)	23.526 (23.526)
Aplicações financeiras com taxa de juros flutuantes sem "hedge"	944.506	2.147 (2.147)	5.368 (5.368)	10.736 10.736
Impacto no resultado operacional		2.558 (2.558)	6.395 (6.395)	12.790 (12.790)

23.2.2 Análise de sensibilidade - Risco de taxa de câmbio Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado, das taxas de câmbio, taxas de juros e dos preços dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção. **Risco de taxas de câmbio** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. Para minimizar este risco a Companhia procura conciliar suas exportações em moeda estrangeira com a aquisição de insumos e de bens de capital de câmbio geradas pelas exportações em moeda estrangeira. **Risco de taxas de juros** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e swaps, bem como, operações com subsídios rurais. **Risco de oscilação dos preços de produtos, mercadorias e insumos** Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços. **23.3.4 Risco operacional** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aquelas decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custo para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. **23.3.5 Risco de estrutura de capital** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. Instrumentos financeiros Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme quadros abaixo:

	Nota	2018	2017
Ativos			
Valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	8	783.112	944.566
Contas a receber de clientes	9	60.461	86.894
Depósitos judiciais	17	30.806	29.702
Outras contas a receber		13.293	7.835
Valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos	23	689	61.180
Total		888.361	1.130.177
Passivos			
Passivos pelo custo amortizado			
Fornecedores	16	53.530	50.380
Empréstimos e financiamentos	15	1.359.626	1.604.509
Dividendos propostos a pagar	19.d	54.888	67.218
Valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos	23	7.493	182
Total		1.475.537	1.722.289

Durante o período não houve nenhuma reclassificação entre as categorias apresentadas no quadro acima. **23.3.6 Gestão de capital** O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é garantir o crescimento contínuo do negócio baizado em uma estrutura adequada de capital, tendo como política o acompanhamento dos seus índices de alavancagem financeira. Estes índices são acompanhados periodicamente pela diretoria, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

	2018	2017
Total dos empréstimos junto à instituições financeiras (Nota 15)	1.359.626	1.604.509
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)	(783.112)	(944.566)
Dívida líquida	576.514	659.943
Total do patrimônio líquido	1.474.310	1.295.872
Total do capital	2.050.824	1.955.815
Índice de alavancagem financeira - %	28	34

23.4 Valor justo versus valor contábil Para todas as operações, a administração da Companhia considera que o valor contábil, líquido de provisão para perdas, quando for para essas operações, o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. **23.4.1 Hierarquia de valor justo** A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo: **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **23.4.2 Aquisição de valor justo Nível 1** - São classificados nesse nível, caixa e bancos, registrados pelo valor depositado junto a instituições financeiras. **Nível 2** - São classificados nesse nível operações com instrumentos financeiros derivativos cujo valor justo é calculado com base no valor presente líquido, sendo o valor justo obtido de fluxo de caixa futuro da operação, descontado a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, extraídas da BMF & Bovespa. **Nível 3** - Não foi classificado nenhum instrumento financeiro nesse nível.

	2018			2017		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo						
Instrumentos financeiros		689			61.180	
Passivo						
Instrumentos financeiros		7.493			182	

23.5 Instrumentos financeiros derivativos A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos à variação cambial. Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados no balanço patrimonial pelo seu valor justo, em contrate de ativo ou passivo, respectivamente. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados como "valor justo por meio do resultado". As variações periódicas do valor justo dos derivativos são reconhecidas como receita ou despesa financeira no período em que ocorrem. O valor justo destes derivativos é obtido por modelo de fluxos de caixa futuros, de acordo com as taxas contratuais, descontadas para valor presente utilizando-se as taxas de mercado. Foram utilizadas informações e projeções para o Dólar e CDI, divulgadas pela BM&F. **24 Lucro básico e diluído por ação** As tabelas a seguir reconciliam o lucro/prejuízo líquido e a média ponderada de ações ordinárias utilizadas para o cálculo do lucro/prejuízo básico e do lucro/prejuízo diluído por ação:

Básico e diluído	2018	2017
Lucro líquido do exercício	231.108	406.658
Número de ações durante o exercício (milhares)	32.052	32.052
Lucro por ação - básico e diluído - R$	7,21	12,69

Para os exercícios findos em 30 de abril de 2018 e 2017, a Companhia não tinha potencial para diluição das ações ordinárias e, consequentemente, o lucro/prejuízo por ação diluído é equivalente ao lucro/prejuízo por ação básico, conforme demonstrado anteriormente. **25 Compromissos** Em 30 de abril de 2018, a Companhia possui contratos de parceria agrícola e de fornecimento de cana de açúcar, sendo parte tem com a finalidade de garantir parte de sua produção futura, no montante aproximado de 2.289.720 toneladas de cana de açúcar na próxima safra, 15.131.654 toneladas de cana de açúcar para as safras seguintes e cerca de setenta valorizadas pelos preços a serem fixados a cada safra pelo sistema CONSECANA - SP. A Companhia possui compromissos firmados com clientes para o fornecimento no mercado interno de cerca de 94.550 toneladas de açúcar cristal branco e 400.000 toneladas de açúcar VHP - Very Hight Polarization, cujas entregas estão previstas para a safra 2018/2019. Em 30 de abril de 2018, a Companhia possuía contratos firmados com clientes para fornecimento de etanol anidro no volume de 66.500 m³. **26 Aspectos ambientais** As instalações de produção da Companhia e suas atividades industriais estão sujeitas aos ambas sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados a assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor. **27 Cobertura de seguros** A Companhia mantém apólices de seguro contratadas junto a algumas das principais seguradoras do País, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 30 de abril de 2018, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado, conforme demonstrado abaixo:

Bens segurados	Riscos cobertos	Cobertura Máxima
Estoques, edifícios, máquinas e instalações industriais	Incêndio, raio, explosão e outros	560.000
Bens arrendados	Responsabilidade civil	14.000
	Explosão	29.415
Veículos e Equipamentos	Danos materiais, perdas e casco	Valor de mercado
agrícolas		

28 Outras divulgações sobre o fluxo de caixa

28.1 Reconciliação da dívida líquida

	Empréstimos bancários	Arrendamento mercantil	Total dívida líquida	Caixa e equivalentes de caixa	Dívida líquida
Total em 30/04/2016	1.996.591	25.379	2.021.970	945.127	1.076.843
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa					
Captação de empréstimos e financiamentos	73.439	-	73.439	73.439	-
Amortização do principal e juros de empréstimos e financiamentos	(466.038)	(4.832)	(470.870)	(470.870)	-
Outras	-	-	-	396.870	(396.870)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa					
Variações monetárias/ cambiais	(20.020)	(10)	(20.030)	-	(20.030)
Total em 30/04/2017	1.583.972	20.537	1.604.509	944.566	659.943
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa					
Captação de empréstimos e financiamentos	74.717	-	74.717	74.717	-
Amortização do principal e juros de empréstimos e financiamentos	(470.778)	(4.595)	(475.373)	(475.373)	-
Outras	-	-	-	239.202	(239.202)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa					
Variações monetárias/ cambiais	152.367	3.406	155.773	-	155.773
Total em 30/04/2018	1.340.278	19.348	1.359.626	783.112	576.514

A Diretoria
Celso Luis Tadiote - Contador - CRC 1SP181853/O-8
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Usina Alto Alegre S.A. - Açúcar e Álcool **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras da Usina Alto Alegre S.A. - Açúcar e Álcool ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de abril de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixas para o período de nove meses findo, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina Alto Alegre S.A. - Açúcar e Álcool em 30 de abril de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com essas normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha alguma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários das demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria de acordo com a NBC TA 700 (R1) e demais normas e pronunciamentos técnicos e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações intencionais de forma fraudulenta. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes à auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nossos relatórios de auditoria para as respectivas divulgações das demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais ser mantner em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, bem como, das deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 17 de julho de 2018

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP-000160/O-5 "F"

Luis Fernando de Souza Maranha Contador CRC 1SP201527/O-5

EDITAL PARA CONHECIMENTO GERAL - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1000522-50.2018.8.26.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS PROCESSO Nº 0011685-31.2010.8.26.0009 A MM. Juiza de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional IX - Vila Prudente, Estado de São Paulo, Dra. Claudia Sarmento Monteleone, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a DISTRIBUIDORA M. ALEXANDRINO LTDA, CNPJ 62.859.210/0001-97, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum por parte de Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A., objetivando a cobrança da importância de R$ 70.718,48 (ago/10), referente ao termo de ocorrência de irregularidade nº 7267306, com apuração de diferença de consumo entre 23/03/2007 a 14/08/2009, com acréscimo de 30% sobre o valor, a título de custo administrativo. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos do Art. 257 do propostas e para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. B 31/07 e 01/08

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 0019764-46.2012.8.26.0100 (USUC 476). O(A) Doutor(a) Rodrigo Ramos, MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da comarca de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o)(s) Esperanza Prietro Rodriguez Manograssso, Agro construtora Mayrink S/A ou Agro Mayrink S/A, por seus liquidantes, a saber: Henrique Manograssso Sobrinho, Gilda Flora Manograssso Bardela, Genoveva Manograssso, Rubens Manograssso; Espólio de Adelina Manograssso Beneduce, na pessoa do inventariante Adriano Lourenço Beneduce; Espólio de Waldemar Gallo (na pessoa do inventariante Eduardo Francisco D'ávila Gallo); Cleonice Turrini Gallo, Espólio de Maria de Lourdes Gallo na pessoa do inventariante Sérgio Roberto D'Avilla Gallo; Helio Falchi, Vanda Caselli Falchi, Dora Carmem Antonieta Senise Weissflog, Hasso Weissflog, Pascoal Ernesto Antonio Senise, José Henrique Senise, Lilia Coala Senise, Pedro Bedeleg, Joel Andrade de Lima, Valdice Andrade de Lima, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores, que Pedro Carlos Fuda e Cláriza Rodrigues Fuda, ajuizaram ação de USUCAPIÃO, visando a declaração de domínio sobre o imóvel localizado na Rua José Ferreira Paz, nº 164 – Vila Miami – 26º Subdistrito Vila Prudente – São Paulo – SP, com área de 135,00 m2, contribuinte nº 155.219.0036-4, alegando posse mansa e pacífica por prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 dias, contestem o feito. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 02 de abril 2018. 30 e 31/07

OFICIAL DO 6º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DESTA CAPITAL FAZ SABER que, em virtude do requerimento datado de 20 de junho de 2018, por parte da credora CAIXA ECONOMICA FEDERAL, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lotes 3/4, na cidade de Brasília/DF, fica INTIMADA, **TALITA APARECIDA DE SOUSA**, brasileira, solteira, maior, professora,RG n º 25.692.057-6-SSP/SP, CPF sob nº 369.570.588-40, a efetuar neste Oficial de Registro de Imóveis, à Avenida Lins de Vasconcelos, nº 2.376, Vila Mariana, nesta Capital, das 09:00 as 16:00 horas, o pagamento de **R$81.000,22**, com os encargos previstos em contrato de alienação fiduciária registrado sob nº 6na matrícula nº. 199.254, referentes à aquisição de um apartamento sob nº 21-C, localizado no 2º pavimento do Condomínio Almiscareira I, denominado Conjunto Habitacional Teotônio Vilela - Jardim Sapopemba, situado na Rua Esquivel Navarro nº 825, no 26º Subdistrito – Vila Prudente.O pagamento será efetuado no prazo de 15 dias, a contar da última publicação deste edital; e não pago a importância devida, serão constituídos em mora, nos termos do artigo 26 e seus parágrafos, da Lei nº 9.514 de 20 de novembro de 1.997. Em virtude da não localização da destinatária, é feita a intimação da mesma por edital, publicado por 03 (três) dias. São Paulo, 26 de julho de 2018. Eu, Adriana Bergamo Bianchini da Silva, Oficial Interina, a digitei, conferi e assino. 27, 30 e 31/07/18

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0006260-66.2018.8.26.0001 MMºº. Juiza de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dra. Gislaine Maria de Oliveira Corrado, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a MARIA HELENA PEREIRA METTA, CPF 766.417.678-68, que por este Juízo, tramita o Cumprimento de Sentença oriundo da ação de cobrança n. 0056159-43.2012.8.26.0001 movido por CONDOMINIO EDIFICIO PARQUE DOS PRINCIPES. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 81.719,64 (março/2018), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia se o prazo de 15 dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 26 de junho de 2018. B 28 e 31/07

RICARDO NAHAT, Oficial do 14º Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou interessar possa que, **DINIZ INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E HIDRÁULICAS LTDA,** CNPJ nº 00.669.405/0001-17, com sede nesta Capital, na Rua Paulo de Anhaia nº 42, representada por **ANTONIO LUIZ BEZERRA DINIZ**, brasileiro, solteiro, maior, outros, RG nº 37.487.756-SSP/SP, CPF nº 656.971.464-34, domiciliado nesta Capital, residente na Rua Pero Correia nº 665, Vila Mariana, e **JOSÉ ROBERTO BEZERRA DINIZ,** brasileiro, casado, eletricista, RG nº 27.952.210-1-SSP/SP, CPF nº 170.003.998-99, domiciliado nesta Capital, residente na Rua Cagarabiha nº 98, casa 02, Jardim Hípolis, ficam intimados a purgarem a mora mediante o pagamento referente a 14 (catorze) prestações em atraso, vencidas de 05/04/2017 a 05/05/2018, no valor de R$371.633,07 (trezentos e setenta e um mil, seiscentos e trinta e três reais e sete centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R$460.537,88 (quatrocentos e sessenta mil e quinhentos e trinta e sete reais e oitenta e oito centavos), que atualizado até 07/09/2018, perfaz o valor de R$604.038,59 (seiscentos e quatro mil e trinta e oito reais e cinquenta e nove centavos), cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo financiamento foi concedido pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para aquisição do imóvel localizado na Rua Paulo de Anhaia nº 42, antigo nº 54, na Saúde – 21ª Subdistrito, objeto de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública" devidamente registrado sob nº na matrícula nº 49.402. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 as 11:00hs e das 12:30 às 16hs, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a publicação do presente edital. Ficam advertidos desde já advertidos de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, a vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão "inter vivos", a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome da fiduciária, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do art.26, § 7º, da Lei 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 26 de julho de 2018. O Oficial. 27, 30 e 31/07/18

Citação - Prazo 30 dias - Processo 1008410-33.2014.8.26.0004. A Dra. Lúcia Helena Bocchi Falbicher, Juíza de Direito da 1ª Vara Cível - Foro Regional IV - Lapa. Faz Saber a Isolana Forros e Divisórias Ltda., CNPJ 11.005.083/0001-28, na pessoa de seu representante legal, que Banco Santander (Brasil) S/A, ajuizou uma Ação Monitória, objetivando o recebimento de R$ 63.715,75 (julho/2014), acrescidos de juros e correção monetária, referente ao saldo devedor da Proposta de Abertura de Conta, Poupança, Limite de Crédito, Contratação de Outros Produtos e Serviços-Pessoa Jurídica-Business, bem como ao pagamento de custas, honorários e demais cominações. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 30 dias supra, pague o valor supra devidamente corrigido, e honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa (Art. 701 do NCPC), que lhe tornará isenta das custas ou embargue, sob pena de constituir-se de pleno direito o título executivo judicial, presumindo-se verdadeiros os fatos, sendo nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, inciso IV, do CPC). Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 21 de junho de 2018. B 31/07 e 01/08

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1014077-32.2016.8.26.0003 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional III - Jabaquara, Estado de São Paulo, Dr(a). Cristiane Vieira, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Atacadão Leve e Traz e Representações e Serviços Ltda, CNPJ 08.027.674/0001-05, na pessoa de seu representante legal e a Thiago Brener Ribeiro, CPF 700.738.842-60, que Banco Santander (Brasil) S/ A, ajuizou uma Ação Monitória, objetivando o recebimento de R$ 358.441,72 (junho/2016), acrescidos de juros e correção monetária, referente ao saldo devedor dos Contratos Para Financiamento de Bens e Serviços – Pessoa Jurídica – Capital de Giro –

4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MOGI DAS CRUZES/SP – 4ª OFÍCIO CÍVEL Edital de 1º e 2º Praça de bem(ns) imóvel e para intimação do(a)(s) executado(a)(s) MARCIA THOMSEN (CPF 057.130.368-47), o credor hipotecário BANCO DO BRASIL S/A, e demais interessados, expedido nos autos da ação de Cumprimento de sentença – Proc. 1007008-10.2014.8.26.0361/01 – Ajuizada por CONDOMÍNIO EDIFÍCIO HEISEI (CNPJ 07.739.603/0001-59). O Dr. Carlos Eduardo Xavier Brito, Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Mogi das Cruzes/SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 a 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.canaljudicial.com.br/goldleiloes) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação na 1ª Praça com início no dia 06/08/2018 às 14:00h, e terminando no dia 08/08/2018 às 14:00h, e, caso não haja licitantes na 1ª, ocasião em que os bens serão entregues a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 50% do valor de avaliação atualizada (Art. 891 paragrafo único do CPC e art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) do(s) bem(ns) abaixo descrito(s). RELAÇÃO DO(S) BEM(NS): LOTE 1: Direitos oriundos da alienação fiduciária sobre o imóvel sob Matrícula 55.610 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Mogi das Cruzes/SP: A unidade Autônoma denominada Apartamento nº 81, situado no 8º andar ou 9º pavimento, do empreendimento denominado Residencial Heisei, localizado na Rua Francisco Vaz Coelho, nº 490, na Vila Lavinia, no perímetro urbano deste município e Comarca, assim descrito e caracterizado: com a área privativa de 78,804m², área comum construída de 80,147m², área total construída de 158,950m², área real construída de 181,781m², fração ideal no terreno de 0,31250%, correspondente a 36,984m²; contendo três dormitórios sendo uma suíte, sala de estar/jantar, cozinha, área de serviço, dois banheiros e terraço (sacada), localizado do lado esquerdo de quem da frente do referido edifício olha, fronteando o apartamento de final 03, confrontando em projeção, pela frente e lado esquerdo com área livre do empreendimento, pelo lado direito com hall de circulação e apartamento tipo de final 02 e nos fundos com hall de circulação, poço de elevador, e área livre do empreendimento. Cabendo ao apartamento o direito de uso de 2 vagas no estacionamento coletivo do empreendimento para veículos de pequeno ou médio porte, localizadas no pavimento térreo, no 1º nível do 2º subsolo do edifício. Contribuinte 08.029.012.029.8 AVALIAÇÃO: R$ 353.166,86 (Trezentos e cinquenta e três mil reais e cento e sessenta e seis reais e oitenta e seis centavos) atualizado até 2 de dezembro de 2014 do lote 1 do edital. ÔNUS: Constam na matrícula do imóvel: R.3 Alienação fiduciária em favor do Banco do Brasil; Av.4 Penhora Exequenda. DÉBITOS FISCAIS: Em pesquisa realizada junto ao site da Prefeitura de Mogi das Cruzes/SP, constaram débitos de IPTU no valor de R$ 11.914,04. DEPOSITÁRIO: Marcia Thomsen. As fotos e a descrições detalhadas do(s) bem(ns) a ser(em) levado(s) a leilão estão disponíveis no Portal www.canaljudicial.com.br/goldleiloes.

1ª VARA CÍVEL DO FORO DA COMARCA DE BOITUVA/SP – 1º OFÍCIO CÍVEL Edital de 1º e 2º Praça de bem imóvel e para intimação do(a)(s) executado(a)(s) ESPÓLIO DE ITALO LABRONICI (CNPJ 08.400.200/0001-43); representado pelo seu sucessor ARIOVALDO LABRONICI (CPF 146.479.238-00) e seu cônjuge SONIA MARIA FERRIELLO LABRONICI (CPF 556.282.208-44), os coproprietários KATIA CRISTINA FERRIELLO ROSA (CPF 042.820..288-82) e seu cônjuge JOSÉ OLIMPIO ROSA (CPF 556.280.508-87), e demais interessados, expedido nos autos da ação de EXECUÇÃO de Título Extrajudicial – Cédula de crédito bancário- Proc. 0003547-11.2014.8.26.0082 (082.01.1997.000118) – movida por BANCO ITAÚ S/A (60.701.190/0001-04). A Dra. Liliana Regina de Araujo Heidorn Abdala, Juíza de Direito da 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Boituva / SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 a 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.canaljudicial.com.br/goldleiloes) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação na 1ª Praça com início no dia 06/08/2018 às 14:00h, e terminando no dia 08/08/2018 às 14:00h, e, caso não haja licitantes na 1ª, ocasião em que os bens serão entregues a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 50% do valor de avaliação atualizada (Art. 891 paragrafo único do CPC e art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) do(s) bem(ns) abaixo descrito(s). RELAÇÃO DO(S) BEM(NS): LOTE - 1) Parte ideal na proporção de 50% do terreno rural desmembrado do sítio Santa Clara I, situado nesta cidade, no bairro Campo de Boituva, com as seguintes medidas e confrontações: Inicia-se a descrição do perímetro no vértice 2º, junto a propriedade de Stock Silos e Armazéns LTDA, segue em reta na distância de 300,75 e rumo de 77°10'SW" e confrontando com propriedade de Stock Silos e Armazéns LTDA, até atingir a vértice 03, junto ao córrego; deflete À direita e segue pelo córrego no sentido das águas, margem direita na distância de 501,00m, no azimute de 359°4000 e confrontando com a propriedade de Neifa Empreendimentos Imobiliários e Agropastoril LTDA, até atingir o marco 4, na barra de outro córrego; deflete à direita e segue pelo segundo córrego sentido à nascente na distância de 25,00m, no azimute 114°34'00 e confrontando com o Newton Raul Faria de Almeida até o vértice 0º; deflete à direita deixando o córrego, no azimute 144°46'40 e distância 415,26m confrontando com a propriedade de Kátia Cristina Ferriello Rosa até atingir o vértice 2º; ponto de início dessa descrição, encerrando a área de 89.617,07m², matriculado sob nº 13.859, livro 2 do Registro de Imóveis de Boituva/SP. ÔNUS: Consta na matrícula – Av.1 Reserva legal com área de 19.362,70m²; Av.2 Averbação de passagem – Proc. 0001086-28.2014.8.26.0082; Av.7 Indisponibilidade do imóvel; Av.8 Premonitória – Processo 3002143-40.2013.8.26.0082; Av.9 Indisponibilidade. AVALIAÇÃO: O imóvel em sua totalidade foi avaliado em R$ 1.478.696,59, sendo a parte ideal (50%) corresponde a R$ 739.348,30 (Setecentos e trinta e nove mil, trezentos e quarenta e oito reais e trinta centavos) em fevereiro de 2016. DEPOSITÁRIO: Matheus Ferriello Labronici. As fotos e a descrições detalhadas do(s) bem(ns) a ser(em) levado(s) a leilão estão disponíveis no Portal www.canaljudicial.com.br/goldleiloes.

1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARTINÓPOLIS/SP – 1º OFÍCIO CÍVEL Edital de 1º e 2º Praça de bem(ns) imóvel e para intimação do(a)(s) executado(a)(s) JOSÉ ROBERTO SANTOS DE MENEZES (CPF 089.658.799-04) e seu cônjuge GIVALDO SANTOS MENEZES (CPF 640.545.948-91) e s/mulher JOSEFA SATIRO MENEZES (CPF 075.312.988-48); GILDETE MENEZES MASSARANDUBA (CPF 166.424.858-74) e s/marido SERGIO ISAIAS MASSARANDUBA (CPF 725.722.218-53); GILVANDO SANTOS DE MENEZES (CPF 076.964.138-56) e s/mulher VILMA ALMINO MENEZES (CPF 337.478.221-34); GILVANETE MENEZES MOTA (CPF 049.981.678-12) e s/marido GEDAIR MOTA, e demais interessados, expedido nos autos da ação de EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – Proc. 1000027-39.2016.8.26.0346 – Ajuizada por VLADEMIR CALDEIRA (CPF 051.833.268-35). O Dr. Vandickson Soares Emidio, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Martinópolis/SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 a 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.canaljudicial.com.br/goldleiloes) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação na 1ª Praça com início no dia 06/08/2018 às 14:00h, e, caso não haja licitantes na 1ª, ocasião em que os bens serão entregues a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 60% do valor de avaliação atualizada (Art. 891 paragrafo único do CPC e art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) do(s) bem(ns) abaixo descrito(s). RELAÇÃO DO(S) BEM(NS): LOTE 1: Matrícula nº 14.781 do CRI de Martinópolis-SP: PARTE IDEAL - correspondente a 1/5 (um quinto) Sobre Dois imóveis rural de 16,8290 alqueires, ou seja 40,7262 ha, situado no SÍTIO SÃO BOA VISTA, bairro rural, no município e comarca de Martinópolis-SP. AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 589.015,00 (DEZEMBRO/2017). AVALIAÇÃO DE PARTE IDEAL (1/5): R$ 117.803,00 (Vinte e oito mil, oitocentos e três reais) em (DEZEMBRO/2017). ÔNUS: Consta de certidão de ônus extraída no site da ARISP, conforme AV-02 de 01.02.2016 – EXISTÊNCIA DE AÇÃO – em favor de Eulogio Eutino Pinheiro – Processo nº 1000051-67.2016.8.26.0346; e conforme AV-03 de 01.02.2016 – EXISTÊNCIA DA AÇÃO EXEQUENDA; conforme AV-04 de 01.02.2016 – EXISTÊNCIA DE AÇÃO – em favor de Vlademir Caldeira – Processo nº 1000437-97.2016.8.26.0346; AV-05 de 01.02.2016 – PENHORA EXEQUENDA; AV-06 de 01.02.2016 – PENHORA – em favor de Vlademir Caldeira – Processo nº 1000437-97.2016.8.26.0346. DEPOSITÁRIO: JUIS ANTONIO SASSO STUANI. As fotos e a descrições detalhadas do(s) bem(ns) a ser(em) levado(s) a leilão estão disponíveis no Portal www.canaljudicial.com.br/goldleiloes.

3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MOGI DAS CRUZES/SP – 3º OFÍCIO CÍVEL Edital de 1º e 2º Praça de bem(ns) imóvel e para intimação do(a)(s) executado(a)(s) JOSÉ MAURILIO DE SOUZA JUNIOR (CPF 698.794.197-15), e do titular de domínio TIMBAU ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/C LTDA (CNPJ 96.480.626/0001-55), e demais interessados, expedido nos autos da ação de PROCEDIMENTO SUMÁRIO – em fase de Cumprimento de Sentença – Proc. 0014578-74.2008.8.26.0361 – Ajuizada por CONDOMÍNIO RESIDENCIAL LIBERTY (CNPJ 05.123.334/0001-76). O Dr. Fabricio Henrique Canelas, Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Mogi das Cruzes/SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 a 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.canaljudicial.com.br/goldleiloes) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação na 1ª Praça com início no dia 06/08/2018 às 14:00h, e terminando no dia 08/08/2018 às 14:00h, e, caso não haja licitantes na 1ª, ocasião em que os bens serão entregues a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 60% do valor de avaliação atualizada (Art. 891 paragrafo único do CPC e art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) do(s) bem(ns) abaixo descrito(s). RELAÇÃO DO(S) BEM(NS): LOTE 1: Matrícula nº 14.781 do CRI de Martinópolis-SP: PARTE IDEAL - correspondente a 1/5 (um quinto) Sobre Dois imóveis rural de 16,8290 alqueires, ou seja 40,7262 ha, situado no SÍTIO SÃO BOA VISTA, bairro rural, no município e comarca de Martinópolis-SP. AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 589.015,00 (DEZEMBRO/2017). AVALIAÇÃO DE PARTE IDEAL (1/5): R$ 117.803,00 (Vinte e oito mil, oitocentos e três reais) em (DEZEMBRO/2017). ÔNUS: Consta de certidão de ônus extraída no site da ARISP, conforme AV-02 de 01.02.2016 – EXISTÊNCIA DE AÇÃO – em favor de Eulogio Eutino Pinheiro – Processo nº 1000051-67.2016.8.26.0346; e conforme AV-03 de 01.02.2016 – EXISTÊNCIA DA AÇÃO EXEQUENDA; conforme AV-04 de 01.02.2016 – EXISTÊNCIA DE AÇÃO – em favor de Vlademir Caldeira – Processo nº 1000437-97.2016.8.26.0346; AV-05 de 01.02.2016 – PENHORA EXEQUENDA; AV-06 de 01.02.2016 – PENHORA – em favor de Vlademir Caldeira – Processo nº 1000437-97.2016.8.26.0346. DEPOSITÁRIO: JUIS ANTONIO SASSO STUANI. As fotos e a descrições detalhadas do(s) bem(ns) a ser(em) levado(s) a leilão estão disponíveis no Portal www.canaljudicial.com.br/goldleiloes.

1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUAÍRA/SP – 1º OFÍCIO CÍVEL Edital de 1º e 2º Praça de bem(ns) imóvel e para intimação do(a)(s) executado(a)(s) JONAS PEDRO RODRIGUES, (CPF 748.598.388-15), e s/mulher na qualidade de coproprietária CLEUSA LENI BARRACHI RODRIGUES (CPF 026.537.948-20) e seu credor hipotecário COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COOPERCITRUS – CREDICITRUS, e demais interessados, expedido nos autos da ação de EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – Proc. 0000416-82.2014.8.26.0549 – Ajuizada por COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COOPERCITRUS – CREDICITRUS (021.02.0130.003696) – Ajuizada POR AGUIAR DIAS DE ASSIS. O Dr. Anderson Valente, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Guaíra/SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 a 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.canaljudicial.com.br/goldleiloes) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação na 1ª Praça com início no dia 06/08/2018 às 14:00h, e terminando no dia 08/08/2018 às 14:00h, e, caso não haja licitantes na 1ª, ocasião em que os bens serão entregues a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 50% do valor de avaliação atualizada (Art. 891 paragrafo único do CPC e art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) do(s) bem(ns) abaixo descrito(s). RELAÇÃO DO(S) BEM(NS): Lote 1: Matrícula nº 6.031 do CRI de Guaíra-SP: Um terreno, situado nesta cidade de Guaíra/sp., na Rua 02 n. 0877, no loteamento denominado Vivendas do Bom Jardim, designado lote 02 da quadra "Z", com 815,00 metros quadrados, medindo 22,65 metros de frente para a Av. 2; 22,65 metros dos fundos confrontando com o lote 11 e parte do lote 10; 36,20 metros a esquerda confrontando com o lote 01; 36,50 metros a direita confrontando com o lote 03. Distrito Industrial I, com frente para a mesma Rua 2"A"; não como consta na descrição acima - vez que não foi encontrado o imóvel com essa descrição, tudo conforme se demonstrará, obtido pela Prefeitura Municipal de Guaíra, conforme consta nos autos. Obs: Consta que a Prefeitura fez parte integrante da ação de desapropriação (frezentos e dez mil, oitocentos e vinte e dois reais e sessenta centavos) atualizado pela tabela pratica do TJSP em junho/2018. ÔNUS: Consta da certidão de ônus extraída pela ARISP em 14.06.2018, conforme R.06 – HIPOTECA em favor de COOPERATIVA DE CREDITO RURAL COOPERCITRUS-CREDICITRUS; e conforme AV 07 – AJUIZAMENTO de ação de execução nos autos Processo 210.01.2007.006763-8. DEPOSITÁRIO: JONAS PEDRO RODRIGUES. As fotos e a descrições detalhadas do(s) bem(ns) a ser(em) levado(s) a leilão estão disponíveis no Portal www.canaljudicial.com.br/goldleiloes.

VARA ÚNICA DA COMARCA DE SANTA ROSA DE VITERBO/SP Edital de 1º e 2º Praça de bem(ns) imóvel e para intimação do(a)(s) executado(a)(s) RUBENS BELLIZZE FILHO USINAGEM ME (CNPJ 74.641.218/0001-61); na pessoa de seu representante legal, e na sua pessoa RUBENS BELLIZZE FILHO (CPF 035.893.788-40); e SANDRA ELENA DA SILVA BELLIZZE (CPF 567.814.661-00), e demais interessados, expedido nos autos da ação de EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – Proc. 0000416-82.2014.8.26.0549 – Ajuizada por BANCO DO BRASIL S/A (CNPJ 00.000.000/0001-94). O Dr. Alexandre Cesar Ribeiro, Juiz de Direito da Vara Única de Santa Rosa do Viterbo/SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 a 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.canaljudicial.com.br/goldleiloes) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação na 1ª Praça com início no dia 06/08/2018 às 14:00h, e, caso não haja licitantes na 1ª, ocasião em que os bens serão entregues a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 50% do valor de avaliação atualizada (Art. 891 paragrafo único do CPC e art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) do(s) bem(ns) abaixo descrito(s). RELAÇÃO DO(S) BEM(NS): Lote 1: Matrícula nº 4.837 do CRI de Santa Rosa do Viterbo/SP: o imóvel matriculado sob nº 4837, no Registro de Imóveis de Santa Rosa de Viterbo-SP, constituído de um terreno composto pelo lote nº 27, da quadra 02 do loteamento denominado "Jardim Nova Roma", medindo 20,00 m de frente e fundo, por 50,00 m de ambos os lados, da frente aos fundos, encerrando a área de 1.000,00 m², confrontando pela frente com a Avenida Nicolas Yazbek, de um lado com o lote nº 28, de outro lado com o lote nº 26, e pelo fundo com os lotes nºs 09 e 10; situado nesta cidade e comarca de Santa Rosa de Viterbo, na Avenida Nicolas Yazbek, lado impar, objeto do cadastro municipal nº 0425.0513, de propriedade de Rubens Bellizze Filho e de Sandra Elena da Silva Bellizze. BENFEITORIAS: sobre o terreno existe uma casa residencial, com piscina, área de churrasqueira e com suíte mais 560 fundos, que está avaliada na matrícula do imóvel. AVALIAÇÃO: R$ 560.000,00 (Setembro/2017, que será atualizado até a data do leilão). CONSTAM NA MATRÍCULA DO IMÓVEL: ÔNUS: Conforme consta na matrícula do imóvel Av5 – Hipoteca na mantenedora Cedular de 1ª grau e sem a concorrência de terceiros ao Banco do Brasil S/A. DEPOSITÁRIO: RS 751.653,37 em 15/10/2014. DEPOSITÁRIOS: Rubens Bellizze Filho e de Sandra Elena da Silva Bellizze. As fotos e a descrições detalhadas do(s) bem(ns) a ser(em) levado(s) a leilão estão disponíveis no Portal www.canaljudicial.com.br/goldleiloes.

3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RIO CLARO/SP – 3º OFÍCIO CÍVEL Edital de 1º e 2º Praça de bem(ns) imóvel e para intimação do(a)(s) executado(a)(s) EDVALDO ANTONIO ANDRIOZZI (CPF 110.030.648-09); OSWALDO ANDRIOZZI (CPF 440.934.888-15); ALICE APARECIDA ANDRIOZZI (CPF 440.934.898-15); EUNICE BORDIN MARQUES DA CRUZ, na pessoa de seu representante legal, e demais interessados, expedido nos autos da ação EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – Proc. 0006087-39.1996.8.26.0510 (510.01.1996.006087) – Ajuizada por JORGE FERNANDO GUIMARAES (CPF 847.945.508-04); NEUDECI GIANEZ (CPF 865.516.208-68); ANTONIO SERGIO BOLTANHA DE OLIVEIRA (CPF 847.912.928-04). A Dra. Cyntia Amdraus Carretta, Juíza de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Rio Claro/SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 a 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.canaljudicial.com.br/goldleiloes) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação na 1ª Praça com início no dia 06/08/2018 às 14:00h, e terminando no dia 08/08/2018 às 14:00h, e, caso não haja licitantes na 1ª, ocasião em que os bens serão entregues a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 60% do valor de avaliação atualizada (Art. 891 paragrafo único do CPC e art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) do(s) bem(ns) abaixo descrito(s). RELAÇÃO DO(S) BEM(NS): LOTE 1: Matrícula 6.984 do 1º CRI de Rio Claro/SP: Imóvel situado nesta cidade, constituído de parte do lote nº 19 da quadra 13, loteamento denominado Jardim Cherveson, com frente para a Avenida M-19, do Jardim Cherveson, lado impar entre as ruas M-14 e M-16, distante 36,00m em curva da Rua M-14, medindo 12,00m de frente, com a metade situação 9,463m do lado esquerdo, visto da Avenida, confinando com o remanescente do mesmo lote nº 19, terminando em zero no lado direito; e 17,35m nos fundos, divisando com os lotes nºs 10, 11 e parte do 09, encerrando a área de 82,092. Contribuinte 01.12.087.0037.001 e 01.12.087.0042.001. Conforme laudo de avaliação, consta que sobre o imóvel possui uma área total construída de 82,092m2. AVALIAÇÃO: R$ 99.618,33 (Noventa e nove mil, seiscentos e dezoito reais e trinta e três centavos) devidamente atualizado pela tabela pratica do TJSP em (junho/2018). ÔNUS: NADA CONSTA. DEPOSITÁRIO: OSWALDO ANDRIOZZI. As fotos e a descrições detalhadas do(s) bem(ns) a ser(em) levado(s) a leilão estão disponíveis no Portal www.canaljudicial.com.br/goldleiloes.

5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CAETANO DO SUL/SP – 5º OFÍCIO CÍVEL Edital de 1º e 2º Praça de de bem(ns) imóvel e para intimação do(a)(s) executado(a)(s) TCX COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS E SERVIÇOS LTDA. (CNPJ 96.670.955/0001-25) bem como seus representantes ALEXANDRE MICK (CPF 056.540.438-54) e MARIA APARECIDA D'AGOSTINI MICK (CPF 069.366.118-69), e demais interessados, expedido nos autos da ação de Despejo por falta de pagamento – Proc. nº 0009206-75.2012.8.26.0565 (696/2012) – movida por LUIZ CARLOS PRIETO (CPF 944.644.648-15). O Dr. Dagoberto Jerônimo do Nascimento, Juiz de Direito da 5ª Vara Cível da Comarca de São Caetano do Sul/SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro no artigo 689-A do CPC e regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, através da GOLD LEILÕES – Intermediação de Ativos Ltda. (www.canaljudicial.com.br/goldleiloes) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação 1ª Praça com início no dia 06/08/2018 às 14:00h, terminando no dia 08/08/2018 às 14:00h, entregando-o a quem mais der valor igual ou superior ao da avaliação, ficando desde já designado para a 2ª Praça com início no dia 08/08/2018 às 14:01h, e com término no dia 28/08/2018 às 14:00h, ocasião em que o(s) bem(ns) será(ão) entregue(s) a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 60% do valor da avaliação (Art. 692 do CPC e art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) do(s) bem(ns) abaixo descrito(s). RELAÇÃO DO(S) BEM(NS): 01 – Torno automático modelo ERS 100, marca Index, em bom estado e em funcionamento, avaliado em R$ 112.000,00 (cento e doze mil reais); 02 – Torno hidropneumático marca Schaublin, avaliado em R$ 3.350,12 (cinco mil trezentos e cinquenta reais e doze centavos); 03 – Torno hidropneumático marca Schaublin, avaliado em R$ 3.350,12 (cinco mil trezentos e cinquenta reais e doze centavos). AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 122.700,24 (cento e vinte e dois mil, setecentos reais e vinte e quatro centavos). As fotos e a descrições detalhadas do(s) bem(ns) a ser(em) levado(s) a leilão estão disponíveis no Portal www.canaljudicial.com.br/goldleiloes.

PF apreende no Rio 43 quilos de pasta de cocaína destinada à Europa

Em operação conjunta, a Receita Federal e a Polícia Federal (PF) apreenderam 43 quilos de pasta base de cocaína no Porto do Rio de Janeiro. A droga teria vindo da Colômbia e embarcada em um contêiner com lacre estourado e posteriormente falsificado entre o Porto de Montevidéu, no Uruguai, e o Porto do Rio de Janeiro. Do Rio, a droga teria como destino final a Europa.

A droga foi localizada durante uma fiscalização de rotina dos agentes da Receita Federal, que constataram o lacre falsificado no navio cargueiro. O contêiner foi separado e os cães farejadores da Receita e da PF localizaram a droga.

De acordo com José Francisco Pereira dos Reis, da Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho da Receita Federal, a droga apreendida tem valor de pureza de 98% e, no mercado da Europa, estaria avaliada em mais de US$ 3 milhões.

As 43 embalagens em que foi acondicionada a droga traziam logotipos de marca de bebida e vestuário feminino, além de fotografia do falecido narcotraficante colombiano Pablo Escobar. Segundo Reis, a foto estampada de Escobar é de quando ele foi preso pela primeira vez na Colômbia e mostra como a figura dele ainda é respeitada naquele país: "não seria qualquer quadrilha do narcotráfico que estamparia uma foto dele em qualquer mercadoria."

Reis disse ainda que essas ações são feitas, na maioria das vezes, em alto-mar ou perto do porto, antes de o navio encostar para descarregar a mercadoria transportada. As quadrilhas são altamente especializadas – cada integrante tem função definida na organização. Além da Europa, costuma ser enviada para os Estados Unidos e para países do Oriente Médio. (Agencia Brasil)

EDITAL DE PROCLAMAS

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
DISTRITO DE JD. SÃO LUÍS
OFICIAL - DR. EVANICE CALLADO RODRIGUES DOS SANTOS
Faz saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos por lei:

JOSÉ WILSON DE LIMA E **ELIZETE PAULO DE SOUSA**, SENDO O PRETENDENTE: NACIONALIDADE BRASILEIRA, SOLTEIRO, PORTEIRO, NASCIDO EM SEVERIANO MELO - RN, AOS 26/01/1977, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHO DE DAMIÃO FERREIRA DE LIMA E DE ANTONIA FERREIRA DE LIMA; E A PRETENDENTE: NACIONALIDADE BRASILEIRA, DIVORCIADA, AUXILIAR DE LIMPEZA, NASCIDA EM EXU - PE, AOS 12/11/1978, RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHA DE JOSÉ PAULO DE SOUSA E DE LEONIDA EULINA DE SOUSA.

VALDECI APARECIDO CABRERA E **JULIANA FERREIRA GONÇALVES**, SENDO O PRETENDENTE: NACIONALIDADE BRASILEIRA, DIVORCIADO, ENGENHEIRO, NASCIDO EM SÃO MANUEL - SP, AOS 04/09/1975, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTRE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHO DE JOSÉ CARLOS CABRERA E DE SINEIDE DE FATIMA LIBERIO CABRERA; E A PRETENDENTE: NACIONALIDADE BRASILEIRA, SOLTEIRA, ENFERMEIRA, NASCIDA EM SÃO PAULO - SP, AOS 29/01/1979, RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHA DE DELIO ROMANO GONÇALVES E DE JOANA FERREIRA GONÇALVES.

CRISTIANO DA SILVA SOUSA E **AMANDA DE SANTANA AGUIAR**, SENDO O PRETENDENTE: NACIONALIDADE BRASILEIRA, SOLTEIRO, PORTEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO - SP, AOS 07/11/1986, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHO DE JOSÉ CARLOS DE SOUSA E DE MARINALVA JANUÁRIO DA SILVA; E A PRETENDENTE: NACIONALIDADE BRASILEIRA, SOLTEIRA, DOM LAR, NASCIDA EM SÃO PAULO - SP, AOS 05/03/1995, RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHA DE ERINALDO BARBOSA DE AGUIAR E DE MARIA DAS DORES DE SANTANA AGUIAR.

HAROLDO PINHEIRO DOS SANTOS E **JESSICA CAROLINE SANTOS**, SENDO O PRETENDENTE: NACIONALIDADE BRASILEIRA, SOLTEIRO, MOTORISTA, NASCIDO EM SÃO PAULO - SP, AOS 20/03/1983, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHO DE MANOEL PINHEIRO DOS SANTOS E DE MARIA DANTAS DOS SANTOS; E A PRETENDENTE: NACIONALIDADE BRASILEIRA, SOLTEIRA, DO LAR, NASCIDA EM SÃO PAULO - SP, AOS 13/11/1997, RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHA DE MARIA CELIA SANTOS.

JAILTON DA SILVA E **THAINA OLIVEIRA FERREIRA**, SENDO O PRETENDENTE: NACIONALIDADE BRASILEIRA, SOLTEIRO, MONTADOR, NASCIDO EM LAGO DA PEDRA - MA, AOS 09/08/1994, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHO DE ORTELIZA DA SILVA; E A PRETENDENTE: NACIONALIDADE BRASILEIRA, SOLTEIRA, DO LAR, NASCIDA EM SÃO PAULO - SP, AOS 13/12/1998, RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHA DE FRANCISCO VICENTE FERREIRA E DE MARIA DAS GRAÇAS SOUSA OLIVEIRA.

JULIERME ALVES DUARTE E **MARIA DORIANA SOUZA DOS SANTOS**, SENDO O PRETENDENTE: NACIONALIDADE BRASILEIRA, DIVORCIADO, COZINHEIRO, NASCIDO EM TEÓFILO OTONI - MG, AOS 20/06/1985, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHO DE BELARMINO VIANA DUARTE E DE ALIRA ALVES TEIXEIRA DUARTE; E A PRETENDENTE: NACIONALIDADE BRASILEIRA, DIVORCIADA, OPERADORA DE SUPERMERCADO, NASCIDA EM SAPEAÇU - BA, AOS 19/07/1984, RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHA DE ROQUE BERNARDINO DOS SANTOS E DE RITA SOUZA DOS SANTOS.

JOSÉ LEONARDO DA SILVA E **ANDRÉIA SILVA DE SOUZA**, SENDO O PRETENDENTE: NACIONALIDADE BRASILEIRA, SOLTEIRO, ELETRICISTA, NASCIDO EM CAMUTANGA - PE, AOS 06/12/1988, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHO DE JOSÉ CORREIA DA SILVA E DE JOSEFA FERREIRA DA SILVA; E A PRETENDENTE: NACIONALIDADE BRASILEIRA, SOLTEIRA, PROMOTORA DE VENDAS, NASCIDA EM SÃO PAULO - SP, AOS 05/05/1984, RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHA DE ISAIAS PEREIRA DE SOUZA E DE MARIA LEOPOLDINA DO NASCIMENTO SILVA.

VINICIUS VICTOR CARLOS DE SOUZA E **ANA KELLY VIEIRA SILVA**, SENDO O PRETENDENTE: NACIONALIDADE BRASILEIRA, SOLTEIRO, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, NASCIDO EM SÃO PAULO - SP, AOS 26/03/1997, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHO DE CARLOS EDUARDO DE SOUZA E DE JANDIRA VICTOR CARLOS; E A PRETENDENTE: NACIONALIDADE BRASILEIRA, SOLTEIRA, ESTUDANTE, NASCIDA EM IGUATU - CE, AOS 11/07/2002, RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHA DE FRANCISCO MARLENILSON DA SILVA E DE FRANCISCA MARGARIDA VIEIRA.

VALTERVANDO DA SILVA E **MARLUCIA DOS SANTOS LIMA**, SENDO O PRETENDENTE: NACIONALIDADE BRASILEIRA, SOLTEIRO, PORTEIRO, NASCIDO EM IPIRÁ - BA, AOS 11/01/1972, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHO DE EULALIA MARIA DA SILVA; E A PRETENDENTE: NACIONALIDADE BRASILEIRA, SOLTEIRA, DE SERVIÇOS DOMÉSTICOS, NASCIDA EM IPIRÁ - BA, AOS 13/11/1972, RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHA DE DIONISIO BISPO LIMA E DE ALAIDE SIMAS DOS SANTOS.

**

USINA ALTA MOGIANA S.A. - AÇÚCAR E ÁLCOOL

CNPJ nº 53.009.825/0001-33
Relatório da Diretoria

ALTA MOGIANA

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 30 de abril de 2018 e 2017. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas.

São Joaquim da Barra, 17 de julho de 2018.

A Diretoria.

Balanços patrimoniais em 30 de abril (Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	2018	2017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	544.217	627.420
Aplicações financeiras	9.a	22.865	9.556
Contas a receber de clientes	10	91.137	149.141
Estoques	11	180.971	150.016
Ativo biológico	14	127.616	131.158
Impostos a recuperar	13	12.706	16.384
Instrumentos financeiros derivativos	26	4.040	4.242
Outros créditos		6.120	5.039
		989.675	**1.143.956**
Não Circulante			
Depósitos judiciais	20	1.970	2.364
Adiantamentos	11	21.634	-
Impostos a recuperar	13	5.569	4.551
Outros investimentos		22.637	22.637
Outros créditos		193	185
		52.003	**29.737**
Imobilizado	15	977.907	942.391
Intangível	16	2.290	1.759
Total do ativo não circulante		**1.032.168**	**974.893**
Total do ativo		**2.021.843**	**2.118.849**

Passivo	Nota explicativa	2018	2017
Circulante			
Fornecedores	17	29.208	29.046
Empréstimos e financiamentos	18	66.517	203.020
Salários e encargos sociais		28.824	28.893
Tributos a recolher		14.553	12.906
Adiantamentos de clientes	19	859	11.000
Instrumentos financeiros derivativos	26	125.287	142.464
Dividendos propostos a pagar	22.d	28.849	47.347
Outras contas a pagar		2.266	3.287
		296.363	**477.837**
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	18	648.485	632.190
Provisão para contingências	20	25.127	53.974
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	159.504	164.249
Outras contas a pagar		1.212	4.411
		834.328	**854.824**
Total do passivo		**1.130.691**	**1.332.661**
Patrimônio líquido			
Capital social	22.a	400.000	320.000
Ajuste de avaliação patrimonial	22.c	46.564	49.268
Reservas de lucros		444.588	416.920
Total do patrimônio líquido		**891.152**	**786.188**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.021.843**	**2.118.849**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado - exercícios findos em 30 de abril *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Nota explicativa	2018	2017
Receita líquida de vendas	23	**953.761**	**1.003.536**
Ajuste ao valor justo - ativo biológico	14 e 24	1.949	32.936
Custos dos produtos vendidos			
e revendidos	24	(656.622)	(672.414)
Lucro bruto		**299.088**	**364.058**
Despesas operacionais			
Gerais	24	(32.710)	(33.851)
Gerais e administrativas	24	(46.385)	(43.150)
Outras despesas operacionais, líquidas	24	(4.000)	(29.357)
		(79.395)	(110.358)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		**219.713**	**253.222**
Despesas financeiras	25	(159.471)	(165.508)
Receitas financeiras	25	161.471	192.237
Variações cambiais, líquidas	25	(41.651)	61.963
Resultado financeiro		(39.645)	**122.692**
Lucro antes dos impostos		**180.068**	**375.689**
Imposto de renda	21	(42.159)	(92.337)
Contribuição social	21	(16.437)	(34.051)
Resultado do exercício		**121.472**	**249.301**
"Lucro líquido básico e diluído por ação (Expresso em R$ por ação)	**27**	**5,48**	**11,25**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente - exercícios findos em 30 de abril *(Em milhares de reais)*

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	**121.472**	**249.301**
Outros componentes do resultado abrangente:		
Total do resultado abrangente do exercício	**121.472**	**249.301**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do fluxos de caixa - exercícios findos em 30 de abril *(Em milhares de reais)*

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	121.472	249.301
Ajustes para conciliar o lucro do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	130.373	121.672
Resultado de alienação ao baixa de bens	11.872	1.991
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.745)	96.656
Resultado não realizado com instrumentos financeiros	9.232	8.587
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos e financiamentos	85.631	(14.451)
(Reversão) constituição de provisão para contingências	(29)	28.161
Juros e multas de provisão para contingências	1.359	2.027
Ajuste ao valor justo - ativo biológico	(1.949)	(32.936)
Juros e variações monetárias sobre outros ativos a receber	(8)	
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosas	(300)	(160)
	352.914	**460.824**
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) ou redução dos ativos		
Contas a receber de clientes	58.307	(46.512)
Estoques	(42.589)	5.851
Ativo biológico	5.491	(6.573)
Impostos a recuperar- circulante e não circulante	2.660	(4.526)
Instrumentos financeiros derivativos	25.131	(33.993)
Depósitos judiciais	(2.241)	(1.422)
Outros ativos a receber - circulante e não circulante	(1.081)	949
Aumento ou (redução) dos passivos		
Fornecedores	162	(687)
Salários e encargos sociais	131	2.342
Tributos a recolher	39.800	(7.891)
Adiantamentos de clientes	(10.221)	10.232
Instrumentos financeiros derivativos	(10.341)	-
Provisão para contingências	(27.551)	-
Outros passivos a pagar - circulante e não circulante	(4.225)	(1.417)
Caixa líquido decorrente das atividades operacionais	**386.347**	**416.225**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(38.153)	(12.492)
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	(46.641)	(48.616)
	301.203	**355.115**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento pela venda de ativos	4.605	4.641
Aplicações financeiras	(13.309)	(9.556)
Aplicação de recursos em imobilizado	(181.494)	(170.515)
Aplicação de recursos em intangível	(360)	(395)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(190.558)**	**(175.825)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	32.328	27.010
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	(191.176)	(250.283)
Dividendos pagos	(35.000)	(13.500)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(193.848)**	**(236.773)**
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa, líquido	**(83.203)**	**(57.483)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**627.420**	**684.903**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**544.217**	**627.420**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Nota explicativa	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial: Custo atribuído de ativos	Reserva de Lucros: Investimento a valor justo	Reserva legal	Lucros retidos (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 30 de abril de 2016		**320.000**	**38.560**	**13.231**	**33.559**	**236.662**	**592.040**
Distribuição de dividendos complementares						(7.812)	(7.812)
Realização do custo atribuído			(2.523)			2.523	
Lucro líquido do exercício						249.301	249.301
Destinação:							
Constituição de reserva legal					9.966	(9.966)	
Dividendos mínimos obrigatórios							
(R$ 2,1357 por ação)	22.d					(47.341)	(47.341)
Constituição de reserva de retenção de lucros						142.022	
Saldos em 30 de abril de 2017		**320.000**	**36.037**	**13.231**	**43.525**	**373.391**	**786.188**
Aumento de capital com reservas	22.a	80.000				(80.000)	
Reversão de dividendos propostos	22.d					12.341	12.341
Realização do custo atribuído			(2.704)			2.704	
Lucro líquido do exercício						121.472	121.472
Destinações:							
Constituição de reserva legal	22.d				6.073	(6.073)	
Dividendos mínimos obrigatórios							
(R$ 1,3015 por ação)	22.d					(28.849)	(28.849)
Constituição de reserva de retenção de lucros						86.550	
Saldos em 30 de abril de 2018		**400.000**	**33.333**	**13.231**	**49.598**	**384.990**	**891.152**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração
às demonstrações financeiras em 30 de abril de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma)

1 Contexto operacional A Usina Alta Mogiana S.A. - Açúcar e Álcool ("Companhia"), sediada em São Joaquim da Barra, Estado de São Paulo, tem como atividade preponderante a fabricação e o comércio de açúcar e etanol. Tambem atua na cogeração e comercialização de energia elétrica. Aproximadamente 72% da canna de açúcar processada pela Companhia são cultivadas em terras próprias e de terceiros, mediante exploração de parceria agrícola, e o restante é adquirido junto a produtores agrícolas. A Companhia tem capacidade de produzir e processar aproximadamente 6 milhões de toneladas de canna de açúcar por safra. **2 Base de preparação. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, e estão consistentes com as utilizadas pela Companhia na administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos administradores da Companhia em 17 de julho de 2018. Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentados na Nota Explicativa nº 6. **3 Moeda funcional e moeda de apresentação** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4 Uso de estimativas e julgamentos** Na preparação das demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos** Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração utilizou julgamentos, exceto os relativos a estimativas, que possuem um risco significativo de relevância em ajustar um ativo e passivo no próximo ano fiscal, que estão incluídas nas seguintes notas explicativas: - **Nota Explicativa nº 10** - Provisão para crédito de liquidação duvidosa (Contas a receber de clientes); - **Nota Explicativa nº 14** - Ativo biológico; - **Nota Explicativa nº 15** - Vida útil do ativo imobilizado; e - **Nota Explicativa nº 21** - Imposto de renda e contribuição social diferidos. **c. Mensuração do valor justo** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas do valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, como preços de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. - **Nível 1**: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. - **Nível 2**: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou o passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). - **Nível 3**: inputs, para o ativo ou o passivo, que não baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período de relatório em que as mudanças ocorreram. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 26 - Instrumentos financeiros. *Contas a receber de clientes* O valor justo de contas a receber de outros recebíveis, que é determinado para fins de divulgação, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. *Imobilizado* O valor justo dos itens do ativo imobilizado, para fins de custo atribuído, foi baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos por meio de preços de mercado cotados na data de mensuração para ativos semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. *Instrumentos financeiros derivativos* O valor justo de contratos de câmbio a termo é baseado no preço de mercado listado, se disponível. O valor justo dos instrumentos derivativos de proteção de moeda e juros consiste em apurar o valor futuro e trazer a valor presente, utilizando a taxa de mercado do cupom cambial e cupom de juros, para cada data de apresentação. O valor justo de um ativo financeiro é determinado com base no preço cotado de mercado, se disponível, e o valor justo de outros ativos financeiros é estimado descontando os fluxos de caixa futuros esperados. Para ativos e passivos de curto prazo, o valor justo é calculado com base no valor presente do principal e dos juros apurados na data de apresentação. Para os demais financiamentos, considerando os fluxos de caixa futuros descontados pela taxa de mercado. Quanto aos componentes passivos dos instrumentos financeiros de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. *Empréstimos e financiamentos* O valor justo, para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. **5 Base de mensuração** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de ativos imobilizados quando permitidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio de resultado e do valor justo dos ativos biológicos. **6 Principais políticas contábeis** As políticas contábeis são descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Moeda estrangeira** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio das datas das transações, exceto para ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação, que são convertidas para moeda funcional à taxa de câmbio apurada nessa data. O ganho ou perda em moeda estrangeira que surgir da diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos e pagamentos do custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **b. Instrumentos financeiros.** *Ativos financeiros não derivativos* A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia torna-se uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no que essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo em separado. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial, somente quando a Companhia tenha o direito, de fato, de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos como empréstimos e recebíveis. *Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado* Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado, caso seja mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. *Empréstimos e recebíveis* Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não estados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes, clientes e demais créditos e recebíveis. *Caixa e equivalentes de caixa* Como fluxos de caixa, compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Ativos financeiros são demonstrados ao custo, acrescido dos rendimentos, e (i) a houve a diminutos auferidos até a data de encerramento do exercício, possuem vencimentos inferiores a 90 dias sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. O saldo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando em consideração as cotações de mercado ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo. *Contas a receber de clientes* Registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados a valor presente, quando aplicável. Quando julgado necessário, também é registrada provisão para crédito de liquidação duvidosa, constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir prováveis perdas na sua realização. *Ajuste a valor presente* Os elementos integrantes de ativos e passivos, quando decorrentes de operações de longo prazo (se relevantes) e longo prazo, sem previsão de remuneração ou sujeitas a: (i) juros prefixados; (ii) juros notoriamente abaixo do mercado para operações semelhantes; e (iii) reajuste em inflação e sem juros, são ajustados líquido. **c. Imposto de renda e contribuição social** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados, respectivamente, à alíquota de 25% para o imposto de renda e 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda; e, 9% sobre o lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro tributável anual, sem qualquer limite não referente à atividade agrícola. A despesa com imposto de renda e contribuição social corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os valores correspondentes para fins tributários. Os impostos diferidos são mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar ativos e passivos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo fiscal diferido de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros suportos a tributação estarão disponíveis em conta que possam ser utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que não realização não seja mais provável. **p. Lucro líquido básico e diluído por ação** O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado líquido atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício. **q. Aspectos ambientais** As instalações de produção da Companhia e suas atividades industriais agrícolas são operadas de acordo com regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados a assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente. **7 Novas normas e interpretações emitidas pelo CPC e ainda não adotadas - Interpretações ainda não efetivas** As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), mas ainda não estão vigor para o exercício findo em 30 de abril de 2018. A adoção antecipada de normas não é permitida no Brasil pelo CPC. **CPC 48 – "Instrumentos Financeiros"** Substituirá a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do CPC 48 "Instrumentos Financeiros" foi publicada em dezembro de 2016, com vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018 (no caso da Companhia, a partir de 1º de maio de 2018), e substitui a orientação no CPC 38 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 "Instrumentos Financeiros" traz são: (i) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros; (ii) *de impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, e substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (iii) simplificação de exigências para a adoção da contabilidade de *hedge*. A administração revisou seus ativos e passivos financeiros e não espera impactos da adoção da nova norma em 1º de janeiro de 2018, uma vez que: (i) não há reclassificações de ativos financeiros; (ii) as vendas são efetuadas com prazo de vencimento inferior a 12 meses, de modo que a mensuração a valor justo não apresenta impacto aplicado não gera diferenças substanciais em relação ao modelo híbrido de perdas esperadas e perdas incorridas proposto pelo novo norma; (iii) não há aplicação de política de contabilidade de *hedge* pela Companhia. **• CPC 47 – "Receita de contratos com clientes"**: introduz uma estrutura abrangente para determinar quando e quanto receita deve ser reconhecida. CPC 47 substitui os CPCs 30 e períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018 (no caso da Companhia, a partir de 1º de maio de 2018) e substitui orientações atuais de reconhecimento de receita presentes no CPC 30 – Receitas, CPC 17 – Contratos de Construção e IFRIC 13 – Programas de Fidelização de Clientes. A adoção antecipada da norma é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A Companhia adotará o CPC 47 em suas demonstrações financeiras para o exercício a findar-se em 30 de abril de 2019 e está avaliando se pretende utilizar a abordagem prospectiva ou retrospectiva, bem como se adotará expediente prático será aplicável às suas operações e se vendas específicas dos quando da sua adoção. A Companhia concluiu uma avaliação inicial do potencial impacto da adoção do CPC 47 em suas demonstrações financeiras, conforme descrito a seguir. (i) Venda de produtos: os itens transferidos. A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de forma confiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da Administração com os itens transferidos. A receita é reconhecida 47, a receita deve ser reconhecida quando o cliente obtém o controle dos produtos ou serviços. Assim, não são esperadas alterações relevantes na forma de mensuração e reconhecimento da receitas com a adoção da referida nova norma contábil. (ii) Venda de energia elétrica: A receita proveniente da venda de energia elétrica baseia-se no montante com base na energia disponibilizada no período e nas tarifas especificadas nos termos do contrato de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A mesma é calculada com base no montante do por meio de leilão é inicialmente contabilizada como receita antecipada, quando do faturamento aos clientes e reconhecida no resultado do exercício somente quando disponível para uso dos mesmos. Da adoção do CPC 47, não é esperada alguma diferença relevante na forma de mensuração e reconhecimento da receita de venda de energia elétrica vendida, atualmente, as receitas são reconhecidas dos quando o cliente obtém controle sobre a energia elétrica disponibilizada na rede elétrica. (iii) Devoluções de clientes: Após o cliente confirmar formalmente o recebimento dos produtos, momento em que a qualidade dos produtos é mensurada e aceita, não há, atualmente, negociações que permitem ao cliente devolver mercadoria. Assim, atualmente, não há recorrentes dos clientes devolverem produtos sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais e projeções estão baseadas em um único cenário prospectivo, com preços e áreas de plantio (cana de açúcar) em uma área de 46.143 hectares em 30 de abril de 2018 (44.297 hectares em 30 de abril de 2017). **Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo** O valor justo das lavouras de cana de açúcar foi determinado utilizando-se uma metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando as seguintes premissas. Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da expectativa da produtividade da cana de açúcar, metas mensais e anuais de produção do período, preço de venda do açúcar no mercado da cana de açúcar, o qual é estimado com base em dados divulgados pelo Conselho dos Produtores de Cana de açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (Consecana) (R$ 0,2172/kg de açúcar - ATR, pelo preço médio de mercado da cana de açúcar, o qual é estimado com base em dados divulgados pelo Conselho dos Produtores de Cana de açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (R$ 0,0400

continuação

USINA ALTA MOGIANA S.A. - AÇÚCAR E ÁLCOOL - CNPJ nº 53.009.825/0001-33

a. Reavaliações Proveniente de reavaliações espontâneas registradas em 30 de dezembro de 1999 e 30 de abril de 2006, deduzidas das subsequentes depreciações e baixas de bens. A depreciação e o valor residual de bens reavaliados baixados, debitados ao resultado do exercício findo em 30 de abril de 2018, totalizaram R$ 4.096 (R$ 3.825 em 2017). A reserva de reavaliação constituída, líquida dos efeitos fiscais aplicáveis, está sendo realizada a crédito de resultados acumulados, em função da depreciação ou baixa dos respectivos ativos que lhe deram origem. O saldo do imposto de renda e contribuição social diferido sobre referidas reavaliações, em 30 de abril de 2018 é de R$ 6.290 (R$ 7.683 em 2017) e está classificado no passivo não circulante, na rubrica "Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos". **b. Provisão para redução ao valor recuperável** Durante o exercício encerrado em 30 de abril de 2018, a Companhia não identificou indicadores de que seus ativos possam estar registrados por um valor maior que o seu valor recuperável, uma vez que a projeção de geração futura de caixa é suficiente para cobertura dos mesmos. **c. Garantia** Para alguns empréstimos e financiamentos, em 30 de abril de 2018, aproximadamente R$ 131.382 de bens de ativo imobilizado (R$ 112.552 em 30 de abril de 2017) encontravam-se gravados em garantia e são representantes em sua grande maioria por máquinas e equipamentos. Em 30 de abril de 2018, os bens do ativo imobilizado dados em garantia em discussões judiciais de ordem tributárias (conforme nota acima nº 20) montam em R$ 60.955 (R$ 64.721 em 30 de abril de 2017). **d. Lavouras de cana de açúcar** As baixas de custo histórico e depreciação acumulada das lavouras de cana de açúcar referem-se aos canaviais totalmente depreciados.

16 Intangível

Custo	Softwares	Marcas e patentes	Total
Em 30 de abril de 2016	9.667	33	9.700
Adições	395		395
Baixas	(26)		(26)
Em 30 de abril de 2017	9.986	33	10.019
Adições	369		369
Baixas	(4.347)		(4.347)
Em 30 de abril de 2018	**5.988**	**33**	**6.021**
Amortização	**Softwares**	**Marcas e patentes**	**Total**
Em 30 de abril de 2016	(6.491)		(6.491)
Adições	(824)		(824)
Baixas	55		55
Em 30 de abril de 2017	(7.260)		(7.260)
Adições	(789)		(789)
Baixas	4.275		4.275
Em 30 de abril de 2018	(3.774)		(3.774)
Saldo líquido em 30 de abril de 2017	2.726	33	2.759
Saldo líquido em 30 de abril de 2018	**2.225**	**33**	**2.258**
Taxa média anual de depreciação	20,00%		

17 Fornecedores

	2018	2017
Fornecedores de materiais, insumos, bens e serviços	20.888	28.372
Fornecedores de cana-de-açúcar	8.509	2.671
	29.397	**29.043**

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a fornecedores é divulgada na nota explicativa nº 26. **18 Empréstimos e financiamentos**

	Encargos financeiros	Vencimento final	2018	2017
Moedas				
Capital fixo				
Em moeda nacional:				
BNDES:				
Moderfrota / PSI / PCA / BK (a)				
	Juros médios ponderados de 6,08% ao ano (juros médios ponderados em 2017 de 6,07% ao ano)	jul/29	112.453	138.220
Cesta de moedas do BNDES e juros médios ponderados de 4,76% ao ano (juros médios ponderados em 2017 de 4,46% ao ano)		fev/23	1.180	1.449
Variação da TJLP e juros médios ponderados de 4,07% ao ano (juros médios ponderados em 2017 de 4,04% ao ano)		jan/24	4.092	4.968
Proronova (b)	Juros médios ponderados de 5,50 % ao ano em 2017 e 2018	jan/20	13.676	21.488
	Variação da TJLP e juros médios ponderados de 3,22% ao ano (juros médios ponderados em 2017 de 3,13% ao ano)	mai/22	17.562	19.696
Capital de giro				
Em moeda estrangeira:				
Adiantamentos de contrato de exportação	Variação do dólar norte-americano e juros médios ponderados de 2,24% ao ano (juros médios ponderados em 2017 de 4,74% ao ano)	mai/24	565.216	647.460
Em moeda nacional:				
Resolução 2.471/98 do BACEN (securitização)	Variação do IGP-M limitada a 9% ao ano e juros anuais de 3%	ago/21	11.406	11.195
Menos - Certificados do Tesouro Nacional vinculados (securitização)	Variação do IGP-M e juros anuais de 12%	ago/21	(10.615)	(9.301)
Outros		out/25	4.000	4.000
			715.092	**839.215**
Passivo circulante			(86.514)	(120.000)
Passivo não circulante			**628.578**	**719.215**

(a) Moderfrota- financiamento destinado à aquisição isolada ou associada a investimento, de tratores e colhadeiras agrícolas; PSI - financiamento destinado à estimular a produção, aquisição e exportação de bens de capital e inovação; PCA - financiamento destinado a pojar investimentos necessários à ampliação da capacidade de armazenagem por meio da construção e ampliação de armazéns; e BK - financiamento destinado à modernização de máquinas e equipamentos instalados no país. **(b) Proronova** - financiamento destinado à renovação e implantação de novos canaviais. Os financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária dos próprios bens financiados, em e vinculações de cana-de-açúcar, cujos montantes devem ser suficientes para cobrir o valor de mercado destes bens, notas promissórias, títulos federais e avais de diretores e acionistas. Os financiamentos relativos à Resolução 2.471/98 foram securitizados em 1998, com vencimento em 2018 e 2021, em parcelas únicas, mediante resgate dos Certificados do Tesouro Nacional que foram adquiridos, cedidos e transferidos em caráter irrevogável ao credor. Os juros, apropriados mensalmente são amortizados em agosto e novembro de cada ano e estão registrados no passivo circulante. Os juros aplicáveis aos Certificados do Tesouro Nacional são capitalizados e são resgatáveis ao final, junto com o valor do principal, com o propósito único e exclusivo de liquidar o valor do principal atualizado desta obrigação. Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição de vencimento por exercício social:

	2018	2017
A partir de maio de 2018		177.571
2018 (securitização, líquida)		1.076
2019	58.864	190.532
2020	227.793	167.988
2021	143.098	60.893
2021 (securitização, líquida)	528	640
2022	105.063	14.923
2023	83.518	9.494
A partir de maio de 2024 até julho de 2029	29.694	9.612
	648.485	**632.190**

Certos financiamentos estão sujeitos a cláusulas restritivas, as quais estavam sendo plenamente atendidas em 30 de abril de 2018. **19 Adiantamentos de clientes** Os adiantamentos de clientes correspondem a recebimentos antecipados para futuro fornecimento de etanol e de açúcar, sobre os quais não incidem encargos financeiros. **20 Provisão para contingências** A administração, baseada em pareceres de seus consultores jurídicos, está questionando a legalidade de determinados tributos, bem como apresentou defesa administrativa e judicial relativa a diversos autos de infração e reclamações trabalhistas e cíveis. Quando aplicável esses tributos estão atualizados com base em índices oficiais. Tais processos são registrados e estão classificados no passivo não circulante (exigível a longo prazo), tendo em vista a expectativa de desfecho dos mesmos e estão assim demonstrados:

	2018	2017
Provisões trabalhistas, trabalhadas, cíveis e outras	34.918	61.130
(-) Depósitos judiciais	(9.791)	(7.150)
	25.127	**53.974**

As provisões para contingência acima, têm as seguintes principais naturezas: (a) ICMS referente, substancialmente, à provisão de autos de infração relativos a compensações de créditos sobre aquisições de partes e peças de bens destinados ao ativo imobilizado. A Companhia entende que tal direito constitucional de utilizar-se dos referidos créditos. No exercício findo em 30 de abril de 2018, a Companhia, utilizando dos benefícios do "PEP" Programa Especial de Parcelamento do Governo do Estado de São Paulo, quitou um débito de ICMS, relativo ao AIIM. nº 3.041.133-6, ocorrendo a baixa contábil, cujo montante foi de R$ 26.034 liquidado através de desembolso de caixa, sobre o qual recairam reduções de multas e juros que montaram em R$ 12.193. (b) COFINS e PIS referentes, substancialmente, a autos de infração relativos a contribuições não recolhidas no período de janeiro de 1997 a dezembro de 2002, sobre receitas de venda de álcool e açúcar, em função de determinação da Constituição Federal, que estabelece que nenhum outro imposto poderá incidir sobre operações relativas a combustíveis e minerais do país, parcialmente garantidos por depósito judicial no montante de R$ 4.265. A provisão compreende também os efeitos da majoração da alíquota da COFINS e da inclusão das outras receitas na base de cálculo da COFINS e do PIS, devido à inconstitucionalidade da EC nº 20/98 e da Lei 9.718/98. No exercício findo em 30 de abril de 2018 a Companhia aderiu ao Refis Federal conforme Lei RFB nº 1711/2017 de 16/06/2017; MP nº 783/17 e 804/17 e Lei nº 13.496/2017, que quitou débitos de Pis e Cofins relativos aos AIIM. nºs 13858000179/2002-36 e 13858000469/2002-80, ocorrendo a baixa contábil cujo montante foi de R$ 1.517 liquidado através de desembolso de caixa. (c) INSS referente-se substancialmente, a autos de infração e impugnação de multas relacionadas à Contribuição Previdenciária, rubricas Rat/Sat; Rural e Terceiros, incidentes sobre as exportações diretas e indiretas efetuadas em 2008 e 2009. Nesse exercício, a Companhia efetuou depósito judicial no montante de R$ 631, para garantir a integral dos autos de infração acima descritos. (d) Valores de reclamações trabalhistas, relacionados a reclamações de ex-funcionários da Companhia. (e) Programas de Recuperação Fiscal - No decorrer dos últimos exercícios, a Companhia optou por aderir aos programas de recuperação fiscal instituídos pelas esferas federal e estadual, visando equalizar e regularizar os passivos tributários da mesma. Nesse contexto foram incluídos débitos de IPI, IRPJ, CSLL, ICMS, INSS e PIS E COFINS na condição de pólo de sujeição passiva tributária única. O montante total devido dos processos selecionados para adesão foi de R$ 213.684, sobre o qual recairam reduções de multas e juros que montaram em R$ 109.005, restando um saldo a pagar de R$ 104.679, liquidados através de desembolso de caixa. (f) Depósitos judiciais - A Companhia ainda mantém registrado no ativo não circulante, o montante de R$ 1.970 referente a depósitos judiciais, para os quais não foram contabilizadas provisões para contingências, uma vez que o risco de perda foi classificado possível, de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos (R$ 2.364 em 30 de abril de 2017). (g) Contingências - A Companhia possui processos de natureza trabalhista, cível e tributária avaliados pela administração, com base no parecer de seus assessores jurídicos, como de possível perda. As provisões para contingências constituídas pela Companhia foram avaliadas pela administração como suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas quando da conclusão das correspondentes contingências. A movimentação das provisões para contingência é como segue:

Em 30 de abril de 2016	**25.616**
Adições de contingências	28.526
Reversões de contingências	(786)
Movimentação dos depósitos judiciais	(1.802)
Juros e multas	2.420
Em 30 de abril de 2017	**53.974**
Adições de contingências	12.114
Pagamentos de contingências	(27.551)
Reversão de provisões para contingências	(12.199)
Movimentação dos depósitos judiciais	(2.635)
Juros e multas	1.324
Em 30 de abril de 2018	**25.127**

21 Imposto de renda e contribuição social Composição dos tributos diferidos

	Movimentação no resultado do exercício 2017	Movimentação no resultado do exercício 2016
Créditos tributários:		
Imposto de renda sobre:		
Prejuízos fiscais	(3.022)	3.022	(10.232)	13.254
Operações com perdas na BM&F	2.483	12.321	(6.254)	18.575
Variação cambial passiva	17.078	58.959	58.959	
Adições temporárias (provisões não dedutíveis)	(2.078)	4.846	1.927	2.919
	14.461	**79.148**	**44.400**	**34.748**
Contribuição social sobre:				
Base de cálculo negativa acumulada	(1.139)	1.139	(3.475)	4.614
Operações com perdas na BM&F	894	4.436	(2.251)	6.687
Variação cambial passiva	6.148	21.225	21.225	
Adições temporárias (provisões não dedutíveis)	(15)	29	20	57
	5.888	**26.829**	**15.519**	**11.358**
Total dos créditos tributários	**20.349**	**106.003**	**59.897**	**46.106**
Débitos tributários:				
Imposto de renda sobre:				
Ajuste de avaliação patrimonial	(1.024)	5.649	(956)	6.605
Depreciação acelerada incentivada	13.859	90.741	16.431	75.310
Variação cambial ativa	(1.848)	92.404	92.404	
Ativo biológico	487	4.909	8.234	(3.325)
Avaliação investimentos a valor justo		5.012		5.012
	11.474	**198.715**	**115.113**	**83.602**
Contribuição social sobre:				
Ajuste de avaliação patrimonial	(369)	2.034	(344)	2.378
Depreciação acelerada incentivada	4.989	32.667	5.555	27.112
Variação cambial ativa	(665)	33.265	33.265	
Ativo biológico	175	1.767	2.964	(1.197)
Avaliação investimentos a valor justo		1.804		1.804
	4.130	**71.537**	**41.440**	**30.097**
Total dos débitos tributários	**15.604**	**270.252**	**156.553**	**113.699**
IR e CS diferidos	**4.745**	**164.249**	**96.656**	**67.593**

Expectativa de realização: Os créditos e os débitos sobre adições e exclusões temporárias serão realizados quando tais adições e exclusões forem realizadas. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado societário:

	Imposto de renda 2018	Contribuição social 2018	Imposto de renda 2017	Contribuição social 2017
Lucro antes dos tributos	180.068	180.068	375.689	375.689
Alíquota	25%	9%	25%	9%
	(45.017)	(16.206)	(93.922)	(33.812)
Tributos sobre adições/exclusões permanentes	2.858	(231)	1.585	(239)
Tributos no resultado do exercício representado por	(42.159)	(16.437)	(92.337)	(34.051)
Efeito corrente	(45.146)	(18.195)	(21.624)	(8.108)
Efeito diferido	2.987	1.758	(70.713)	(25.943)
Alíquota efetiva	25%	9%	25%	9%

22 Patrimônio líquido a. Capital social Em 30 de abril de 2018 e de 2017, o capital social está dividido em 2.166.294 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 05 de abril de 2018, mediante 22ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas ("AGE"), foi aprovado o aumento no capital da Companhia em R$ 80.000, sem emissão de novas ações, com utilização de parte do saldo da conta de "Lucros retidos" saldo social a ser de R$ 400.000,00. **b. Reserva de capital legal** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social realizado. **c. Ajuste de avaliação patrimonial** Refere-se a reavaliação própria (Nota 15 (a)), líquida dos efeitos tributários, e que é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados e o montante apurado da realização é transferido para lucros acumulados. Adicionalmente, contempla o ajuste a valor justo de instrumentos financeiros (investimento). **d. Dividendos** Em 26 de Agosto de 2017, através da 23ª Assembleia Geral Ordinária de Acionistas ("AGO"), foi decidido e aprovado a distribuição dos dividendos mínimos propostos no exercício anterior, no valor de R$ 47.341, sendo total. Foi decidido e aprovado também o montante de R$ 35.000 de acordo com a disponibilidade de caixa da Companhia, sendo R$ 12.341 revertidos à conta de Lucros Retidos, com o estabelecimento de juros aos titulares das ações sem arbítrios, em cada exercício, dividendos de 25% do lucro líquido, após a apropriação da reserva legal, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, os quais são calculados como segue:

	2018	2017
Prejuízos acumulados		(49.972)
Lucro líquido do exercício	121.472	249.301
Base para cálculo das destinações:	121.472	199.329
(-) Constituição de reserva legal	(6.073)	(9.966)
Base elegível a distribuição de dividendos	115.399	189.363
Dividendos - 25% (mínimo obrigatório de acordo com Estatuto Social)	28.849	47.341

No exercício findo em 30 de abril de 2018, a Companhia apresentou lucro líquido de R$ 121.472, constituindo base para o registro da Reserva Legal e, por conseguinte os Dividendos mínimos obrigatórios propostos no valor de R$ 28.849. **e. Reservas de retenção de lucros** Constituída com os lucros remanescentes, após as destinações legais e estatutárias, ficando a disposição da assembleia para futuras destinações. **23 Receita líquida de vendas** A receita líquida de vendas é demonstrada a seguir:

	2018	2017
Receita de vendas:		
Açúcar mercado externo	192.801	271.038
Açúcar mercado interno	497.162	501.462
Etanol mercado interno	292.633	269.298
Energia elétrica	68.300	38.934
Outros	11.849	14.829
Receita bruta	1.062.745	1.095.561
Impostos	(109.018)	(88.736)
Devoluções de vendas	(2.726)	(3.289)
Receita líquida	**953.001**	**1.003.536**

24 Despesas por natureza A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2018	2017
Matéria prima e insumos	(363.681)	(372.324)
Salários, encargos e benefícios	(163.726)	(177.137)
Depreciação e amortização	(130.373)	(121.672)
Despesas com prestadores de serviços	(33.419)	(30.824)
Ajustes ao valor justo do ativo biológico	1.949	32.936
Outras despesas, líquidas	(44.818)	(81.293)
	(734.068)	**(750.314)**
	2018	**2017**
Classificadas como:		
Custo dos produtos vendidos e revendidos	(656.622)	(672.414)
Ajuste do valor justo - ativo biológico	1.949	32.936
Com vendas	(32.710)	(33.851)
Gerais e administrativas	(46.385)	(43.150)
Outras despesas operacionais, líquidas	(300)	(33.835)
	(734.068)	**(750.314)**

A composição de "Outras despesas operacionais, líquidas" é demonstrada a seguir:

	2018	2017
Reversão de provisão para contingências	12.199	786
Provisão para contingências	(12.173)	(28.926)
Resultado de alienação ou baixa de bens	(11.872)	(1.991)
Créditos reintegra (Lei nº 13.043/2014)	4.028	175
Outros créditos, líquidos	10.392	483
Despesas tributárias	(2.868)	(4.362)
	(300)	**(33.835)**

25 Resultado financeiro

	2018	2017
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	39.970	76.944
Ganhos em operações com derivativos (nota 26.1.c)	118.265	142.043
Outras receitas financeiras	3.242	7.328
Total das receitas financeiras	161.477	226.315
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros sobre financiamentos	(27.694)	(45.151)
Encargos financeiros sobre outros passivos	(1.359)	(2.027)
Perdas em operações com derivativos (nota 26.1.c)	(126.431)	(113.901)
Outras despesas financeiras	(3.184)	(4.174)
Total das despesas financeiras	(159.471)	(165.508)
Variações cambiais:		
Variação cambial ativa	118.661	248.786
Variação cambial passiva	(160.312)	(187.127)
Variações cambiais, líquidas	(41.651)	61.659
Resultado financeiro	(39.645)	122.466

26 Instrumentos financeiros 26.1 Considerações gerais sobre gerenciamento de riscos A Companhia realiza normalmente operações com instrumentos financeiros e utiliza os derivativos com o objetivo de minimizar os riscos resultantes das flutuações dos preços de mercado de seus produtos (açúcar, etanol e soja) e reduzir os riscos de desvalorização do real frente ao dólar norte-americano. A contratação de instrumentos financeiros derivativos está relacionada com operações de mercado futuro de moeda (dólar norte-americano) e de commodities (açúcar, petróleo, etanol e milho) e contratos de opções de compra e venda de açúcar e moeda (dólar norte-americano). Adicionalmente, são utilizados instrumentos de swap visando complementar tal estratégia. A gestão dos instrumentos financeiros derivativos é efetuada através de políticas de controle e estratégias operacionais. As políticas de controle consistem em acompanhamento das taxas e atualizações contínuas pela Companhia com aquelas vigentes no mercado. Conforme tais políticas, instrumentos financeiros derivativos são contratados para a formação de preço de negociação, de proteção de ativos ou passivos financeiros denominados em moeda estrangeira ou para precificar e proteger as operações de exportação de açúcar da Companhia contra riscos de variação cambial e de flutuação do preço do açúcar no mercado internacional. **a. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outros ativos circulantes** Os valores contabilizados aproximam-se dos valores de realização. As aplicações financeiras contabilizadas correspondem a títulos e CDBs indexados ao CDI, com alta liquidez e são firmados com instituições financeiras que atendem aos critérios de avaliação de riscos da Companhia. **b. Empréstimos e financiamentos e contas a pagar** Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pela taxa cambial e pelas taxas de juros conforme nota explicativa nº 18 e representam o valor de mercado em 30 de abril de 2018. Os valores contabilizados como contas a pagar aproximam-se aos de realização. **c. Derivativos** A determinação do valor justo "Tax value" dos instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia é efetuada com base em metodologia padrão no mercado e com base em informações obtidas junto às corretoras e são classificados como "mantidos para negociação" e registrados no ativo circulante quando seu valor justo é positivo e no passivo circulante quando seu valor justo é negativo. As variações do valor justo são registradas no resultado do período. Os saldos de ativo e passivo relacionados as transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em 30 de abril, são como segue:

	2018	2017
Posição ativa:		
Resultado potencial com derivativos - MTM(i)	1.286	8.753
Saldo a receber (ii)	2.757	38.488
	4.043	45.242
Posição passiva:		
Saldo a pagar (iii)	125.287	142.464

(i) Resultado potencial com derivativos -MTM: refere-se ao efeito acumulado positivo do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos pendentes de liquidação no montante de R$ 1.286, substancialmente a operações de mercado futuro e de opções de commodities (açúcar) realizadas em bolsas de mercadorias no exterior (Em 30 de abril de 2017, R$ 8.753). (ii) Saldo a receber: refere-se a ajustes positivos pendentes de liquidação no montante de R$ 2.757 relacionados, substancialmente, a prêmios pagos em operações de opções de moeda (dólar). Em 30 de abril de 2017, R$ 38.488 relacionados substancialmente a prêmios pagos em operações de opções de moeda (dólar). (iii) Saldo a pagar: referem-se a ajustes negativos pendentes de liquidação no montante de R$ 125.287 relacionados substancialmente a prêmios recebidos e MTM de operações de opções de moeda (dólar), de MTM de operações de NDF e de MTM de operações de mercado futuro e de opções de commodities (Em 30 de abril de 2017, R$ 142.464 relacionados substancialmente a prêmios recebidos a MTM de operações de opções de moeda (dólar), de MTM de operações de NDF e de MTM de operações de mercado futuro e de opções de commodities. Os resultados das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos encerrados durante os exercícios findos em 30 de abril, que afetaram as contas de resultado, são resumidos a seguir (valores positivos referem-se a receitas (ganhos) e valores negativos referem-se a despesas (perdas)):

	2018	2017
Contratos vinculados a produto:		
Contratos futuros e de opções	(26.089)	51.725
Comissões e corretagens	2.104	2.194
Variação cambial	(1.994)	1.774
	(24.349)	**61.710**
Contratos vinculados a moeda:		
Contratos futuros e de opções (Hedge Financeiro)		
(Hedge Financeiro)	3.445	14.065
Contratos de opções (Hedge Financeiro) (i)	8.320	(64.572)
Contratos de SWAP e a termo (Hedge Comercial)	4.198	5.945
Contratos de SWAP e a termo (Hedge Financeiro) (i)	220	10.994
	16.183	**(33.568)**
Efeito líquido	(8.166)	28.142

Efeito nas rubricas da demonstração de resultado:

	2018	2017
Resultado financeiro (nota explicativa nº 25):		
Ganhos com instrumentos derivativos	118.265	142.043
Perdas com instrumentos derivativos	(126.431)	(113.901)
Efeito líquido	(8.166)	28.142

(i) Hedge Financeiro: refere-se ao efeito contabilizado no resultado auferido em operações de hedge (instrumentos financeiros derivativos - opções de venda – Put, opções de compra – Call e termo de moedas – NDF / Futuro) vinculadas a contratos de financiamentos, visando a transformação de dívida indexada à variação cambial (dólar) em reais (R$). Referidas transações são liquidadas nos seus vencimentos pelo valor líquido da ponta verificado, sem ocorrer trânsito de caixa do valor do principal contratado. A composição dos instrumentos financeiros derivativos, em aberto e por natureza de risco coberto, em 30 de abril, é como segue:

1. Contratos futuros de commodities e moeda

Instrumentos

Contratos futuros - Açúcar:	Volume (Ton.)	Preço médio fixado (¢/lb)	Valor de referência (Nocional) R$	Contratos em 30/04/2018 Valor Justo (Fair Value) R$	Efeito (pagar) / receber - R$
Posição comprada com vencimentos entre julho de 2018 e maio de 2019	108.363	13,2339	110.074	100.736	(9.338)
Posição vendida com vencimentos entre julho de 2018 e março de 2019	34.129	15,8164	41.426	34.789	6.637
Contratos futuros - Etanol:	(m³)	(R$/m³)			
Posição comprada com vencimentos entre maio e setembro de 2018	36.840	1.558,3876	57.411	59.182	1.771
Contratos futuros - Petróleo:	(m³)	(R$/m³)			
Posição comprada com vencimentos para junho e setembro de 2018	7.791	1.157,1483	9.015	12.400	3.385
Posição vendida com vencimentos entre julho e setembro de 2018	135.204	1.170,9667	158.318	202.956	(44.638)
Contratos futuros - Dólar:	(US$)	(R$)			
Posição vendida com vencimentos entre maio e agosto de 2018	105.473	3,4442	363.270	368.850	(5.580)
Total - registrado em instrumentos financeiros					(47.767)

Instrumentos	Volume (Ton.)	Preço médio fixado (¢/lb)	Valor de referência (Nocional) R$	Contratos em 30/04/2017 Valor Justo (Fair Value) R$	Efeito (pagar) / receber - R$
Contratos futuros - Açúcar:					
Posição comprada com vencimentos entre julho de 2017 e maio de 2018	131.175	18,1958	198.302	151.933	(16.369)
Posição vendida com vencimentos entre julho de 2017 e março de 2018	122.447	19,8618	171.488	144.522	26.966
Contratos futuros - Etanol:	(m³)	(R$/m³)			
Posição comprada com vencimentos entre maio e agosto de 2017	15.450	1.494,2323	23.086	23.393	307
Posição vendida com vencimentos entre maio e agosto de 2017	3.360	1.618,0179	5.437	5.091	346
Contratos futuros - Dólar:	(US$)	(R$)			
Posição comprada com vencimentos entre maio de 2017 e março de 2018	42.775	3,4114	145.924	153.373	7.449
Posição vendida com vencimentos entre maio de 2017 e maio de 2018	132.010	3,3612	443.716	434.202	(9.514)
Total - registrado em instrumentos financeiros					28.213

2. Contratos de opções de commodities e moeda

Instrumentos

Contratos de Opções - Açúcar:	Volume (Ton.)	Preço médio fixado (¢/lb)	Valor de referência (Nocional) R$	Contratos em 30/04/2018 Valor Justo (Fair Value) R$	Efeito (pagar) / receber - R$
Opções de Compra (Call):					
Posição comprada com vencimento para julho de 2018	5.080	0,4400	172	4	(168)
Posição vendida com vencimentos entre julho de 2018 e outubro de 2019	96.525	0,2566	1.900	3.177	(1.277)
Opções de Venda (Put):					
Posição comprada com vencimentos entre julho de 2018 e outubro de 2019	149.374	0,3308	3.792	11.077	(7.285)
Posição vendida com vencimentos para outubro de 2018 e outubro de 2019	81.696	0,1828	1.146	9.346	8.200
Contratos de Opções - Milho:					
Opções de Compra (Call):		(US$BU)			
Posição comprada com vencimento para julho de 2018	12.700			230	230
Opções de Venda (Put):					
Posição comprada com vencimento para julho de 2018	12.700			(65)	(65)
Contratos de Opções - Petróleo:	(m³)	(R$/m³)			
Opções de Compra (Call):					
Posição comprada com vencimentos entre junho e dezembro de 2018	238.500	35,4763	8.461	20.444	11.983
Posição vendida com vencimentos entre junho e dezembro de 2018	278.250	17,1244	4.765	11.003	(6.238)
Opções de Venda (Put):					
Posição comprada com vencimentos entre julho e dezembro de 2018	254.400	17,6935	4.501	5.760	(1.259)
Posição vendida com vencimento para julho de 2018	15.900	10,9469	174	(423)	(597)
Contratos de Opções - Dólar:					
Opções de Compra (Call):	(US$)	(R$)			
Posição comprada com vencimentos entre maio e junho de 2018	10.000	0,0770	770	815	45
Posição vendida com vencimentos entre maio de 2018 e janeiro de 2019	163.000	0,0830	13.537	18.279	(4.742)
Opções de Venda (Put):					
Posição comprada com vencimentos entre maio e setembro de 2018	210.000	0,2661	55.876	78.094	(22.218)
Posição vendida com vencimentos para maio de 2018	7.700	0,2580	1.987	146	(1.841)
Total - registrado em instrumentos financeiros					(22.217)

Instrumentos	Volume (Ton.)	Preço médio fixado (¢/lb)	Valor de referência (Nocional) R$	Contratos em 30/04/2017 Valor Justo (Fair Value) R$	Efeito (pagar) / receber - R$
Contratos de Opções - Açúcar:					
Opções de Compra (Call):					
Posição comprada com vencimento para julho de 2017	54.409	0,5341	2.049	772	(1.277)
Posição vendida com vencimentos entre julho de 2017 e março de 2018	69.396	0,3842	1.880	712	1.168
Opções de Venda (Put):					
Posição comprada com vencimentos entre julho de 2017 e março de 2018	95.051	0,2393	1.604	9.952	(8.348)
Posição vendida com vencimentos para julho de 2017 e março de 2018	33.022	0,4915	1.145	7.778	6.633
Contratos de Opções - Milho:					
Opções de Compra (Call):		(US$BU)			
Posição comprada com vencimento para julho de 2017	3.175	0,1000	40	40	
Posição vendida com vencimento para julho de 2017	3.175	0,0500	20	20	
Opções de Compra (Call):	(m³)	(R$/m³)			
Posição vendida com vencimento para julho de 2017	9.540	1,4700	282	67	215
Contratos de Opções - Dólar:					
Opções de Compra (Call):	(US$)	(R$)			
Posição vendida com vencimentos entre maio de 2017 e maio de 2018	248.500	0,0588	14.604	5.810	8.794
Opções de Venda (Put):					
Posição comprada com vencimentos entre maio de 2017 e julho de 2018	214.700	0,1800	38.651	121.708	(83.057)
Total - registrado em instrumentos financeiros					(75.872)

26.2 Fatores de risco e análise de sensibilidade 26.2.1 Análise de sensibilidade - risco de taxa de juros: A análise é feita considerando os movimentos das respectivas taxas de juros, quando o impacto da variação de juros.

Descrição	Valor de referência	Impactos em um cenário provável 10%	25%	Impactos em um cenário possível 50%	25%	Impactos em um cenário remoto 50%	50%
Financiamentos com taxa de juros flutuantes sem hedge	334.186	(830)	830	(2.075)	2.075	(4.150)	4.150
Aplicações financeiras com taxa de juros flutuantes sem hedge	502.743	4.057	(4.057)	10.143	(10.143)	20.286	(20.286)
Impacto no resultado operacional		3.227	(3.227)	8.068	(8.068)	16.136	(16.136)

No cenário acima, a taxa de juros foi combinada de duas maneiras de acordo com a possibilidade do resultado operacional da Companhia para as possíveis suposta uma variação de +/- 10% da taxa de juros, com base em observações do mercado em geral. Todas as demais variáveis foram mantidas constantes. Segue abaixo as principais premissas da análise: Empréstimos captados com taxa de juros flutuantes, sem hedge:

Descrição	Valor de referência	Impactos em um cenário provável 10%	10%	Impactos em um cenário possível 25%	25%	Impactos em um cenário remoto 50%	50%
Passivos financeiros em moeda estrangeira	564.460	(56.446)	56.446	(141.115)	141.115	(282.230)	282.230
Ativos financeiros em moeda estrangeira	80.295	8.029	(8.029)	20.074	(20.074)	40.146	(40.146)
Derivativos em moeda estrangeira (Venda)	429.925	(42.993)	42.993	(107.481)	107.481	(214.963)	214.963
Impacto no resultado operacional		(91.410)	91.410	(228.522)	228.522	(457.047

Continuação

USINA ALTA MOGIANA S.A. - AÇÚCAR E ÁLCOOL - CNPJ nº 53.009.825/0001-33

meio do resultado". As variações periódicas do valor justo dos derivativos são reconhecidas como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorrem. O valor justo destes derivativos é obtido por modelo de fluxos de caixa futuros, de acordo com as taxas contratuais, descontados para valor presente utilizando-se as taxas de mercado. Foram utilizadas informações e projeções para o Dólar e CDI, divulgadas pela BM&F. **27 Lucro líquido básico e diluído por ação** As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

Básico e diluído

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	121.472	248.301
Número de ações durante o exercício (milhares)	22.166	22.166
Lucro líquido por ação - básico e diluído - R$	5,48	11,20

Para os exercícios findos em 30 de abril de 2018 e 2017, a Companhia não tinha potencial para diluição de ações ordinárias e, consequentemente, o lucro por ação diluído é equivalente ao lucro por ação básico, conforme demonstrado anteriormente. **28 Compromissos** Em 30 de abril de 2018, a Companhia possui contratos com parceiros e fornecedores de cana de açúcar, com a finalidade de garantir parte de sua produção futura, no montante aproximado de 13.965 mil toneladas de cana de açúcar (14.080 em 2017), sendo 3.516 mil toneladas de cana de açúcar na próxima safra, 10.449 mil toneladas de cana de açúcar para as safras seguintes, que serão valorizadas pelos preços a serem fixados a cada safra pelo sistema CONSECANA- SP. Adicionalmente, a Companhia possui compromissos para a próxima safra, firmados com clientes para o fornecimento no mercado externo de cerca de 130.573 toneladas de açúcar cristal branco (41.553 toneladas de açúcar cristal branco em 2017). Possui ainda compromissos firmados para a próxima safra, com clientes para o fornecimento no mercado interno de cerca de 298.844 toneladas de açúcar cristal branco (293.853 toneladas em 2017). Em 30 de abril de 2018 não existe compromisso firmado com clientes para o fornecimento de etanol. **29 Cobertura de seguros** A Companhia mantém apólices de seguro contratadas junto a algumas das principais seguradoras do País, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 30 de abril de 2018, a Companhia possuía cobertura de seguros contratados para os riscos diversos para os bens do ativo imobilizado, conforme demonstrado abaixo.

Bens segurados	Riscos cobertos	Cobertura Máxima
Estoques, edifícios, máquinas e instalações industriais	Incêndio, raio, explosão e outros	732.000
Máquinas e Equipamentos Agrícolas	Danos materiais a pessoais e casco	53.968
Veículos (Cobertura)	Danos materiais a pessoais e casco	4.300

30 Outras divulgações sobre o fluxo de caixa a. Venda de imobilizado

	2018	2017
Valor contábil líquido (Nota 15 e Nota 16)	16.477	6.831
Prejuízo da alienação de imobilizado	(11.872)	(1.991)
Valores recebidos na alienação de imobilizado	4.605	4.641

Empréstimos bancários

	Circulante	Não circulante	Total da dívida	Caixa e equivalentes	Aplicações financeiras	Dívida líquida
Total em 30 de abril de 2016	295.437	854.098	1.121.552	(684.903)		436.649
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa						
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	(48.618)		(48.618)	48.618		
Amortização principal de empréstimos e financiamentos	(250.283)		(250.283)	250.283		
Aquisições novos financiamentos		27.010	27.010	(27.010)		
Outros				(214.408)	(9.556)	(223.964)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa						
Variações monetárias/cambiais	(17.602)	(45.030)	(62.632)			(62.632)
Transferências para o circulante	203.402	(203.440)				
Juros e encargos	48.629	819	49.448			49.448
Outros		(1.267)	(1.267)			(1.267)
Total em 30 de abril de 2017	**203.020**	**632.190**	**835.210**	**(627.420)**	**(9.556)**	**198.234**
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa						
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	(46.991)		(46.991)	46.991		
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	(191.176)		(191.176)	191.176		
Aquisições novos financiamentos		32.328	32.328	(32.328)		
Outros				(122.636)	(13.309)	
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa						
Variações monetárias/cambiais	5.920	40.665	46.585			46.585
Transferências para o circulante	56.703	(56.703)				
Juros e encargos	39.041		39.046			39.046
Total em 30 de abril de 2018	**68.517**	**648.485**	**715.002**	**(544.217)**	**(22.865)**	**147.920**

B Reconciliação da dívida líquida

A Diretoria

Waldir Aparecido Veliano - Contador CRC 1SP109.847/O-8

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Usina Alta Mogiana S.A. - Açúcar e Álcool. **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras da Usina Alta Mogiana S.A. - Açúcar e Álcool ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de abril de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina Alta Mogiana S.A. - Açúcar e Álcool em 30 de abril de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desse base contábil de continuidade nas demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou quando não lhe for possível fazer isso de outra forma que não essa alternativa. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obtermos razoável segurança sobre se as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, pois a fraude pode envolver ato de burlar controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração da Companhia, do princípio contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, incluindo as deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 17 de julho de 2018

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Luis Fernando de Souza Maranha
Contador CRC 1SP201527/O-5

EDITAL DE PROCLAMAS

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
29º SUBDISTRITO SANTO AMARO
OFICIAL - MARCO ANTONIO CORREA MONTEIRO
Disponibilidade se casar e apresentação dos documentos exigidos por lei.

CALEBE AUGUSTO HORNOS FERRES PINTO, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO PUBLICITÁRIO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (30/08/1980), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE LUIS AUGUSTO MOTA PINTO E DE LEILA HORNOS FERRES PINTO. **BEATRIZ DAVI DE OLIVEIRA,** ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO PUBLICITÁRIA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (04/03/1983), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA E DE SANDRA REGINA DAVI DE OLIVEIRA.

BRUNO MIZOGUTTI, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO PUBLICITÁRIO, NASCIDO EM SÃO BERNARDO DO CAMPO, SP NO DIA (21/08/1980), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE LUIZ EIYCHI MIZOGUTTI E DE EDITH MARIA DE ABREU MIZOGUTTI. **JULIANA ANGÉLICA FEDATTO,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO BIOMÉDICA, NASCIDA EM OLÍMPIA, SP NO DIA (24/08/1989), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE SERGIO LUÍS FEDATTO E DE ANAALVES DE SOUZA.

LEONARDO ANDRÉ ENÉAS, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO PERSONAL TRAINER, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (16/12/1987), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE MARCO ANTONIO ENÉAS E DE IZILDA RABELLO DE ABREU ENÉAS. **LILIAN JESUS DOS SANTOS,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ATENDENTE, NASCIDA NESTA CAPITAL, SP NO DIA (23/10/1988), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE MATIAS APOSTOLO DOS SANTOS E DE JOSEFA JESUS DOS SANTOS.

DANILO ANTONIO DA SILVEIRA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO AUXILIAR DE LOJISTICA, NASCIDO EM SÃO BERNARDO DO CAMPO, SP NO DIA (08/04/1987), RESIDENTE E DOMICILIADO NA SÃO BERNARDO DO CAMPO, SP, FILHO DE JULITA DA SILVEIRA GOMES. **DAYANE DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ATENDENTE, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (17/05/1983), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE LUIZ EVANGELISTA SANTOS E DE MARIA DAS GRAÇAS SANTOS.

FELIPE VILELA BRAMBILLA, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO CONTADOR, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (23/07/1984), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE CARLOS HUMBERTO BRAMBILLA E DE NEIDE LUCENA VILELA BRAMBILLA. **SIDNÉIA NUNES DE ALMEIDA,** ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO ANALISTA FINANCEIRO, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (11/12/1972), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE PEDRO NUNES DE ALMEIDA E DE ARCIDINA OLIVEIRA DE ALMEIDA.

ALEXANDRE SOUZA HERRERA, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO ADVOGADO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (20/09/1979), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE JAIRO GILBERTO HERRERA REINA E DE JOSEFA SOUZA HERRERA. **DANIELA DE ABREU ELIAS,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ENFERMEIRA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (01/01/1976), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE GENEVAL APOLINARIO ELIAS E DE LUCIA MARIA DE ABREU ELIAS.

CRISTIANO MENEZES DOS SANTOS, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ENGENHEIRO DE VENDAS, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (30/06/1978), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE MARIVALDO FIEL DOS SANTOS E DE MARIA ALAGOMEDE DE MENEZES. **JACQUELYNE NEVES DE OLIVEIRA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO PROFESSORA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (07/12/1995), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTA CAPITAL, SÃO PAULO, SP, FILHA DE GILBERTO SANTOS DE OLIVEIRA E DE ELISETE NEVES DE OLIVEIRA.

EDUARDO MEDEIROS CRUZ, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO AJUDANTE DE MARCENARIA, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (16/03/1982), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE MARCOS ANTONIO CRUZ E DE MARIA APARECIDA ALVES DE MEDEIROS CRUZ. **THAIRES MOREIRA SANTOS,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO RECEPCIONISTA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (12/11/1997), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE AMARILDO ANDRADE SANTOS E DE VIVIANE MOREIRA SANTOS.

FERNANDO SANTANA DE JESUS, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO GARÇOM, NASCIDO EM BOQUIM, SE NO DIA (06/04/1997), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE ANTONIO DE JESUS E DE MARIONICE DE JESUS SANTANA. **BELENA GOMES SOUZA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO DO LAR, NASCIDA EM BOQUIM, SE NO DIA (22/07/2000), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOSÉ NUNES DE SOUZA E DE JOSEFA COSMERINA BARBOSA GOMES.

MARCIO ABREU AMARAL, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO , NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (04/02/1978), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOÃO SOUZA DE AMARAL E DE ELVIRA CARMO ABREU. **JACIARA ALMEIDA DOS REIS,** ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO BLOQUISTA, NASCIDA EM SALVADOR, BA NO DIA (26/12/1980), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE IZAURY SILVA ALMEIDA.

ALEX DOS SANTOS ALEXANDRE, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO SOLDADO MILITAR, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (17/07/1996), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE DOMINGOS CAROLINO ALEXANDRE E DE LEONILDA DOS SANTOS BARBOSA. **DANIELLE SILVA PEREIRA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO DO LAR, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (03/05/1996), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE ILSON EDSON PEREIRA E DE CRISTIANE SILVA DOS SANTOS.

VANDERLEI DE FREITAS MASSIMIANO, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO VENDEDOR AMBULANTE, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (19/08/1975), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE MANOEL PEDRO MASSIMIANO E DE ERCILIA PORFIRIO DE FREITAS. **CAMILA SHOOTOFF GOMES,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO VENDEDORA AMBULANTE, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (27/05/1981), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE AUSTIR TEIXEIRA GOMES E DE MARINA SHOOTOFF GOMES.

SEBASTIÃO CARLOS GOMES VIEIRA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO AJUDANTE DE OBRAS, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (09/01/1980), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE ANTONIO ROBERTINO VIEIRA E DE LUZIA EGÍDIA VIEIRA. **DANDARÁ TEIXEIRA DE SOUZA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO DO LAR, NASCIDA EM IRECÊ, BA NO DIA (19/05/1985), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE IVALDETE TEIXEIRA DE SOUZA.

LUCAS EDUARDO FERREIRA DA COSTA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO AJUDANTE GERAL, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (15/01/1997), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE CARLOS EDUARDO DA COSTA E DE SHEILA FERREIRA DOS SANTOS. **CAROLINA SILVA SOUZA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO AJUDANTE DE VENDAS, NASCIDA EM DIADEMA, SP NO DIA (10/02/1996), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE JONAS VIEIRA SOUZA E DE ALICE FRANCISCA DA SILVA.

UZIEL JOSÉ RODRIGUES, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO AJUDANTE, NASCIDO EM VITÓRIA DE SANTO ANTÃO, PE NO DIA (13/08/1984), RESIDENTE E DOMICILIADO DIADEMA, SP, FILHO DE JOSÉ FICOZINO RODRIGUES E DE MARIA JOSÉ RODRIGUES. **ROSIANE LEMOS PEREIRA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO CONTABILISTA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (02/07/1982), RESIDENTE E DOMICILIADA SÃO PAULO, SP, FILHA DE RUBENS ANTONIO PEREIRA E DE ANA MARIA LEMOS PEREIRA.

LUCIANO GIOMETTI BANDIERI, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO CONSULTOR, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (07/05/1980), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE REYNALDO FRANCISCO BANDIERI E DE VANIRES ALTIBAMI BANDIERI. **CAMILA PEREIRA DA CRUZ,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO PROFESSORA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (17/06/1983), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE GILBERTO ESPIRITO SANTO PEREIRA DA CRUZ E DE MARIA DE LOURDES BATISTA DA CRUZ.

EDILSON MANOEL DA SILVA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ADMINISTRADOR, NASCIDO EM ESCADA, PE NO DIA (29/12/1964), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE EDISON MANOEL DA SILVA E DE MARIA PRAZERES DE BARROS SILVA. **TEREZA LIMA CORDEIRO,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO CABELEIREIRA, NASCIDA EM ENCRUZILHADA, BA NO DIA (31/01/1979), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOAQUIM DA SILVA CORDEIRO E DE MARIA DE LOURDES LIMA CORDEIRO.

PAULO CESAR RODRIGUES DA SILVA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO MARCENEIRO, NASCIDO EM PERUÍBE, SP NO DIA (20/03/1989), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE PAULO RODRIGUES DA SILVA E DE VALDIRENE JANUARIO SANTANA. **JACQUELINE DA SILVA CELESTINO,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO OPERADORA DE CAIXA, NASCIDA EM PARIQUERA-AÇU, SP NO DIA (01/06/1994), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE HERMENEGILDO BISPO CELESTRINO E DE MARLI SOUZA DA SILVA.

MICHAEL DE LIMA DAMACENA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO AUXILIAR ADMINISTRATIVO, NASCIDO EM GARANHUNS, PE NO DIA (15/02/1990), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE JEREMIAS TEIXEIRA DAMACENA E DE MARIA SUELI DE LIMA DAMACENA. **ISNÁDIA GOMES ALVES,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO OPERADORA DE CAIXA, NASCIDA EM PAULO AFONSO, BA NO DIA (16/09/1988), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOSÉ ALVES DE JESUS E DE IVÂNIA GOMES ALVES.

EVERTON PINHO SANTOS, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO PASTOR, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (05/05/1993), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE EDUARDO ROCHA SANTOS E DE SILVANIA PINHO SANTOS. **LENIR DOS SANTOS SANTANA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ANALISTA DE SUPORTE TÉCNICO, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (28/01/1993), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOSE DE JESUS SANTANA E DE GILENICE HORA DOS SANTOS.

EDERSON MACHADO DE SOUZA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO MATRE, NASCIDO EM ROMELÂNDIA, SC NO DIA (01/02/1985), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE WALDIR MACHADO DE SOUZA E DE ONEIDE SALETE DE SOUZA. **LUCIMARA JURIATTI,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO DO LAR, NASCIDA EM CONSTANTINA, RS NO DIA (25/02/1980), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE NITEROY JURIATTI E DE EVA CARMEM GOBBI JURIATTI.

ALESSANDRO DAS NEVES, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO MORORISTA, NASCIDO EM DISTRITO DE CAMBAQUARA, MUNICÍPIO DE ILHABELA, SP NO DIA (25/02/1973), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE JULIA DAS NEVES. **ROSINEIDE DA SILVA LIMA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO DOMÉSTICA, NASCIDA EM LAGOA DOS GATOS, PE NO DIA (03/12/1976), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE MANOEL GALDINO DE LIMA E DE AMARA JOSEFA DA SILVA.

GEORGIO RIBEIRO DO AMARAL, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ADVOGADO, NASCIDO EM ENTRE RIOS, BA NO DIA (16/02/1985), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE AURELINO FERREIRA DO AMARAL E DE LAURIZA MARIA RIBEIRO AMARAL. **CRISTINA MIKA SUZUKI,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO MÉDICA, NASCIDA EM MINAMI SHINAGAWA, SHINAGAWA-KU, TÓQUIO, JAPÃO NO DIA (24/03/1981), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE YOSHIHIRO SUZUKI E DE CARMEN SANAI SUZUKI.

JOSE CLEITRO DORNELAS DE OLIVEIRA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO TAPECEIRO, NASCIDO EM RECIFE, PE NO DIA (23/02/1973), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE MANOEL DORNELAS DE OLIVEIRA E DE VANILZA DORNELAS DE OLIVEIRA. **LUCINEIA NEVES DE SOUZA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO SECRETÁRIA, NASCIDA EM OSASCO, SP NO DIA (16/12/1976), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE VANGEVALDO JOSÉ DE SOUZA E DE MARIA DAS NEVES SILVA LUNA.

LUCAS ARAUJO RIBEIRO, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO OPERADOR DE CADASTRO, NASCIDO EM MAUÁ, SP NO DIA (14/12/1993), RESIDENTE E DOMICILIADO DIADEMA, SP, FILHO DE JOSÉ EDILSON RIBEIRO E DE RUTE MARIA JOSÉ DE ARAUJO RIBEIRO. **SULAMITA RENATA DA SILVA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO AUXILIAR ADMINISTRATIVO, NASCIDA EM RECIFE, PE NO DIA (05/04/1994), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOSÉ RENATO DA SILVA E DE ADENILDA FREITAS DA SILVA.

WILLIAN CEZAR SUDATTI, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO PINTOR E ELETRICISTA, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (11/11/1983), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE EDUARDO SUDATTI E DE JANE ONICE DAS DORES SUDATTI. **TATIANE APARECIDA DE FREITAS,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO DO LAR, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (01/02/1992), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE PEDRO RAMOS DE FREITAS E DE FATIMA JOSÉ DOS SANTOS FREITAS.

JOÃO ALBERTO GALASSI, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO COMERCIANTE, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (27/04/1964), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOÃO GALASSI E DE EVAMONTIEL GALASSI. **LILIANE CORRÊA,** ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO DONA DE CASA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (08/11/1966), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE ECIO JOAQUIM CORRÊA E DE THEREZA GERALDO CORRÊA.

VICTOR DE FARIA MARQUES, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO PROMOTOR DE VENDAS, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (06/02/1994), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE ANTONIO PEREIRA MARQUES E DE MARIA ROSA DE FARIA. **CAMILA DA SILVA SOUZA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO AUXILIAR ADMINISTRATIVA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (18/10/1994), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE CLAUDEMIR SOARES DE SOUZA E DE ALEXANDRA APARECIDA DA SILVA SOUZA.

CAIO CESAR SALES PEREIRA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO PUBLICITÁRIO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (28/06/1990), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE ARLINDO SALES PEREIRA E DE ELIETE DE OLIVEIRA SALES PEREIRA. **CRISTINA APARECIDA DE JESUS,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ANALISTA DE MÍDIA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (26/11/1985), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE ALSIRA MARIA WERLE.

EVERTON SOARES MARLIERE, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO AJUDANTE DE PRODUÇÃO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (18/11/1990), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE ADRIANA MARLIERE. **GABRIELA SANTANA DA SILVA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO MANICURE, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (08/08/1991), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE JURANDI NOVAIS PEREIRA E DE REGINA DOS SANTOS PEREIRA.

ARIOMAR LAURENTINO DE SOUZA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO VENDEDOR, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (28/07/1987), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE EMELSON PALMEIRA DE SOUZA E DE FRANCISCA CLAUDENIR PEREIRA DE SOUZA. **DAIANE GONÇALVES DE SIQUEIRA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO AUXILIAR DE COORDENAÇÃO, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (26/02/1991), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE ANTONIO JOSÉ DE SIQUEIRA E DE DILZA GONÇALVES SOARES SIQUEIRA.

**RAFAEL LEMES TINOCO

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
29º SUBDISTRITO SANTO AMARO
OFICIAL - MARCO ANTONIO CORREA MONTEIRO

RAFAEL FERREIRA MARTINS, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ANALISTA DE SISTEMAS, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (06/05/1983), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE ADRIANO MANOEL MARTINS E DE ANGELA MARIA FERREIRA DA SILVA. **FRANCISCA DAS CHAGAS BANDEIRA DE OLIVEIRA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO GERENTE DE RELACIONAMENTO, NASCIDA EM POMBAL, PB NO DIA (27/06/1984), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE MANOEL DE SALES BANDEIRA E DE CRISTINA DA SILVA OLIVEIRA.

DJALMA LACERDA DA COSTA, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO MOTORISTA, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (30/05/1964), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE DJALMA IZIDORO DA COSTA E DE ODETE GAUDENCIA DA COSTA. **ELISETE GOMES DOS SANTOS,** ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO SECRETARIA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (04/04/1966), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE EDGAR JOSÉ DOS SANTOS E DE DEJANIRA GOMES DOS SANTOS.

BRUNO CESAR DE SOUZA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ENGENHEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (30/06/1986), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE NELSON RIBEIRO DE SOUZA E DE ALICE CONCEIÇÃO DAS DÔRES SOUZA. **JULLIETE COCOLICHIO DA HORA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO FARMACÊUTICA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (23/06/1990), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOSE NELSON ALVES DA HORA E DE ANA CLARA COCOLICHIO DA HORA.

ADEMIR LIMA DA SILVA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO TAXISTA, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (12/08/1989), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE CÍCERO FERREIRA DA SILVA E DE MARIA EDNA DE LIMA SILVA. **THAMIRYS GOMES NOGUEIRA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ESTAGIÁRIA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (31/03/1998), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE TARCISIO NOGUEIRA JÚNIOR E DE MÉRCIA GOMES DA SILVEIRA.

DIEGO MARTINS PEREIRA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO DESENVOLVEDOR DE SISTEMAS, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (22/11/1986), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE ANTONIO ANTENOR ALVES PEREIRA E DE FATIMA APARECIDA MARTINS PEREIRA. **JULIANA DA SILVA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO MÉDICA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (06/05/1984), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE AMARO SEVERINO DA SILVA E DE SONIA MARIA GREGORIO DA SILVA.

DIONE LIMA DA SILVA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ANALISTA DE PROJETOS, NASCIDO EM CARAPICUÍBA, SP NO DIA (01/07/1981), RESIDENTE E DOMICILIADO CARAPICUÍBA, SP, FILHO DE SEBASTIÃO ALVES DA SILVA E DE ENEDIA LIMA DA SILVA. **LILIAN MARTINS SANTANA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ANALISTA DE EVENTOS, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (18/12/1987), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE WELLINGTON EUCLIDES SANTANA E DE MARIA HELENA MARTINS SANTANA.

GUSTAVO OSMAK TRECENELLA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ENGENHEIRO, NASCIDO EM SÃO JOSÉ DO RIO PARDO, SP NO DIA (03/01/1991), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE ANTONIO CRECENCIO TRECENELLA E DE MARIA CRISTINA OSMAK TRECENELLA. **LAURA RODRIGUES DE NOVAES,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ENGENHEIRA, NASCIDA EM BELO HORIZONTE, MG NO DIA (04/09/1993), RESIDENTE E DOMICILIADA SÃO PAULO, SP, FILHA DE LUIZ EDUARDO PEREIRA DE NOVAES E DE VANESSA RODRIGUES DE NOVAES.

EDUARDO DA SILVA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO AJUDANTE GERAL, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (08/03/1984), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOSÉ ISMAEL DA SILVA E DE MARIA JOSÉ RIBEIRO DOS SANTOS. **PALOMA CAROLINE DOS SANTOS LUIZ,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO DO LAR, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (13/01/1995), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE CREMILDA DOS SANTOS LUIZ.

ANDERSON DA SILVA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO AUXILIAR DE ESCRITÓRIO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (07/06/1989), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE MÁRIO DA SILVA E DE LIDIA BENEDITO DA SILVA. **CIRLENE BRASCENO NUNES,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ESTUDANTE, NASCIDA EM BARRA DO CHOÇA, BA NO DIA (03/10/1989), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE AGRIPINO PEREIRA NUNES E DE CELCINA DAMASCENO NUNES.

RAFAEL ROQUE MELANDI, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO PUBLICITÁRIO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (14/04/1977), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOÃO CARLOS MELANDI E DE MARIA ISABEL ROQUE MELANDI. **PRISCILA LOUREIRO PENSA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO DENTISTA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (07/09/1978), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE WATSON PAULO PENSA E DE SANDRA CORRÊA PENSA.

FERNANDO LUIS CATTANEO, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO ENGENHEIRO, NASCIDO EM ARGENTINA NO DIA (20/01/1970), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE DESMAR LUIS CATTANEO E DE MARIA TERESA MAZZELLI. **ERICA DE OLIVEIRA NEVES,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO CONSULTORA, NASCIDA EM SANTO ANDRÉ, SP NO DIA (11/08/1983), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SANTO ANDRÉ, SP, FILHA DE JEFERSON RIBEIRO NEVES E DE EVANILDE MONTEIRO DE OLIVEIRA NEVES.

EDWARD MARTINS DA SILVA JUNIOR, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ENCANADOR, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (14/07/1975), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE EDWARD MARTINS DA SILVA E DE MARIA HELENA DE SOUZA SILVA. **MARCELE MIDORI TAKEHARA,** ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO AEROVIÁRIA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (24/08/1979), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE MARIO HIROSHI TAKEHARA E DE CELIA TAKEHARA.

ANTONIO ALEXANDRE DANTAS DE SOUZA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO , NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (27/11/1996), RESIDENTE E DOMICILIADO SÃO PAULO, SP, FILHO DE ANTONIO CANDIDO DE SOUSA E DE MARIA APARECIDA DANTAS DE SOUSA. **CLEBER ALVES BARBOSA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO , NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (22/12/1977), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE GLÁCIO ALVES BARBOSA E DE IDACI ALEXANDRINA BARBOSA.

RODRIGO DE ARAÚJO SILVA, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO CONTROLADOR DE ACESSO, NASCIDO EM DIADEMA, SP NO DIA (29/10/1990), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOÃO RODRIGUES DA SILVA E DE MARIA EDNEIDE DE ARAÚJO SILVA. **JAQUELINE DE LIMA SANTOS,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO AUXILIAR ADMINISTRATIVO, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (17/05/1992), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE JAILTON SANTOS E DE RITA DE CASSIA CUNHA DE LIMA.

JAILTON GONÇALVES DA SILVA JUNIOR, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (19/10/1993), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE JAILTON GONÇALVES DA SILVA E DE LEONILDA SEVERINO GONÇALVES DA SILVA. **JULIANA GIANTOMASO,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ADMINISTRADORA, NASCIDA EM DIADEMA, SP NO DIA (20/04/1997), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE SANDRO GIANTOMASO E DE SANDRA REGINA DE JESUS GIANTOMASO.

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS CARVALHO, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ANALISTA DE RELACIONAMENTOS, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (02/10/1991), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE SALVADOR BRAGANÇA CARVALHO E DE SONIA DOS SANTOS CARVALHO. **JOSILANE BARBOSA DOURADO,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, NASCIDA EM PEDRO ALEXANDRE, MG NO DIA (24/02/1998), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOÃO COELHO DOURADO E DE VANILDA BARBOSA DA SILVA DOURADO.

LEONARDO BEZERRA DOS SANTOS RAMA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO PUBLICITÁRIO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (31/03/1988), RESIDENTE E DOMICILIADO BARUERI, SP, FILHO DE ANTONIO BEZERRA DOS SANTOS RAMA E DE MARIA DOS SANTOS RAMA. **JULIANA RODRIGUES RAMOS,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO PUBLICITÁRIA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (04/05/1989), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE ROBERTO ALVARO RAMOS FILHO E DE JUSSIMARA SILVA RODRIGUES.

DANIEL TODTMANN MONTANDON, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ARQUITETO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (14/12/1977), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE HILARIO MONTANDON E DE MARCELA TODTMANN MONTANDON. **MARCELLA CORRÊA MARTINS,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ADVOGADA, NASCIDA EM AVARÉ, SP NO DIA (01/06/1985), RESIDENTE E DOMICILIADA SÃO PAULO, SP, FILHA DE FABIO CORRÊA MARTINS E DE MARIA CRISTINA SOARES CORRÊA.

GUSTAVO CORTEZ SACRAMENTO, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO ENFERMEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (24/09/1980), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE PEDRO SACRAMENTO E DE CLEISE CORTEZ RODRIGUES SACRAMENTO. **CAMILA NEUMAM OLIVEIRA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO JORNALISTA, NASCIDA EM OSASCO, SP NO DIA (13/05/1982), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE MAURICIO ACIOLY RIBEIRO JUNIOR E DE JAIZA NEUMAM MOURA RIBEIRO.

ANDRÉ ANDRETTA DE AGUSTINI, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ADMINISTRADOR, NASCIDO EM SÃO BERNARDO DO CAMPO, SP NO DIA (31/12/1988), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE ARMANDO FRANCO DE AGUSTINI E DE SONIA MARIA ANDRETTA. **IZABELA SILVA MENEZES,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ESTUDANTE, NASCIDA EM FERNANDÓPOLIS, SP NO DIA (28/06/1991), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE LUILTON LEONEL MENEZES E DE MARCIA HELENA PIRES DA SILVA MENEZES.

WELLINGTON MARANA PROVINCIANO, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ANALISTA DE SEGUROS, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (18/04/1994), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE LUIZ FERNANDO PROVINCIANO E DE SIMONE MARANA PROVINCIANO. **BRUNA SOARES BEZERRA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO AUXILIAR DE DP, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (10/04/1992), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE JULIO CESAR TEIXEIRA DA SILVA E DE KÁTIA CAROLINA TEODORO.

MARCOS DE SOUZA NOGUEIRA, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO PROMOTOR DE VENDAS, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (06/02/1973), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE SEBASTIÃO SOARES NOGUEIRA E DE ROSA SOUZA NOGUEIRA. **ELIANA ÂNGELA DOS REIS,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO AUXILIAR DE VENDAS, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (22/09/1974), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOÃO LUIZ DOS REIS E DE ZELIA MARIA DOS REIS.

WELLINGTON BATISTA DA SILVA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ANALISTA LOGÍSTICA, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (17/12/1990), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE RAIMUNDO BERNARDO DA SILVA E DE NEUZA BATISTA DA SILVA. **LUIZA CAROLINA DA SILVA PIMENTEL,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO AUXILIAR DE ATENDIMENTO, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (28/12/1992), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE LUIZ PIMENTEL E DE LUCIENE FRANCISCA DA SILVA.

GUILHERME HENRIQUE SALGADO, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO GERENTE COMERCIAL, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (27/10/1989), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE CÉLIO ROBERTO GARCIA SALGADO E DE SILVANA CLARICIA SALGADO. **BARBARA DE REZENDES PAPOULA CALADO,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO JORNALISTA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (03/09/1989), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE MILTON SEBASTIÃO CALADO E DE ROSA DE REZENDES PAPOULA CALADO.

ALMIR SANTOS DE ARAUJO, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO VIGILANTE, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (08/08/1991), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE ALMIR DE ARAUJO E DE RITA MARIA CRUZ SANTOS. **ROSALIA DE CARVALHO ALVES,** ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO BABÁ, NASCIDA EM UBATÃ, BA NO DIA (03/10/1987), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE OSVALDO DOS SANTOS ALVES E DE CECILIA ALVES.

GILVAN DOS SANTOS SANTANA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO AJUDANTE, NASCIDO EM ALAGOINHAS, BA NO DIA (07/06/1988), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE DANDIVAL DE SANTANA E DE ANA MARIA DOS SANTOS SANTANA. **MAIARA MÁXIMO DE SANTANA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ATENDENTE, NASCIDA EM ALAGOINHAS, BA NO DIA (18/05/1995), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE REINALDO DE SANTANA E DE MARIA DAS GRAÇAS CONCEIÇÃO MÁXIMO.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da Lei. Editais afixados em cartório.

Usina São Luiz S/A
CNPJ 53.408.860/0001-25

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: De acordo com as exigências legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de março de 2018 e 2017. A Diretoria agradece a todos os seus colaboradores e coloca-se à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos. Ourinhos - SP, 26 de julho de 2018.

Balanço Patrimonial - Em milhares de Reais

Ativo	31.03.18	31.03.17
Circulante	**232.458**	**208.032**
Caixa e Equivalentes de Caixa	131.822	141.032
Contas a receber de clientes	80	130
Contas correntes - Cooperativa	86.349	48.358
Estoques	6.457	8.112
Adiantamento a Fornecedores	3.651	3.025
Impostos a Recuperar	4.099	7.375
Não Circulante	**176.675**	**168.460**
Depósitos judiciais	885	607
Impostos a recuperar	290	290
Ativos fiscais diferidos	768	768
Investimentos	6.798	5.423
Imobilizado	167.994	161.359
Intangível	30	13
Total do Ativo	**409.133**	**376.492**

Passivo	31.03.18	31.03.17
Circulante	**61.777**	**46.872**
Financiamentos bancários	4.379	4.141
Adiantamento de produção - Cooperativa	25.559	764
Fornecedores de bens e serviços diversos	13.939	27.451
Salários e cont. sociais a pagar	3.712	3.659
Impostos e contribuições a recolher	9.625	10.757
Outras contas a pagar	63	103
Dividendos a pagar	4.500	-
Não Circulante	**144.900**	**105.104**
Financiamentos bancários	63.137	16.903
Adiantamento de produção - Cooperativa	39.235	39.235
Mútuo - Cooperativa	7.410	8.164
Provisão para contingências	2.259	2.259
Passivos fiscais diferidos	32.812	38.539
Patrimônio Líquido	**202.456**	**224.513**
Capital	78.000	65.000
Reserva legal	2.681	13.000
Reserva Invest. Expansão	10.559	10.559
Reserva de Lucros a Realizar	10.145	10.514
Ajuste de Avaliação Patrimonial	53.549	56.531
Dividendos adicionais propostos	37.982	37.982
Reserva de Lucros a Destinar	27.522	30.927
Total do Passivo	**409.133**	**376.492**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Em milhares de Reais

	Capital Social	Reserva de Lucros	Investimentos para Expansão	Reserva de Lucros a Realizar	Lucros Acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Dividendos Adicionais Propostos	Reserva de Lucros a Destinar	Total
Saldos em 31 de março de 2016	**65.000**	**13.000**	**10.559**	**9.406**	-	**59.534**	-	**21.199**	**178.698**
Juros sobre capital próprio-Lei nº 9249/95	-	-	-	-	(7.400)	-	-	-	**(7.400)**
Realização do Custo Atribuído - CPC 27	-	-	-	-	3.003	(3.003)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	73.783	-	-	-	**73.783**
Realização R $ CS 50/2008 sobre avaliação	-	-	-	-	-	-	-	(568)	**(568)**
Destinações de lucro líquido:									
Dividendos Intermediários	-	-	-	-	(20.000)	-	-	-	**(20.000)**
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(37.982)	-	37.982	-	-
Reserva de Lucros a Realizar	-	-	-	1.108	(1.108)	-	-	-	-
Reserva de Lucros a Destinar	-	-	-	-	(10.296)	-	-	10.296	-
Saldos em 31 de março de 2017	**65.000**	**13.000**	**10.559**	**10.514**	-	**56.531**	**37.982**	**30.927**	**224.513**
Aumento do Capital	13.000	(13.000)	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos adicionais do exercício anterior:									
Dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	(37.982)	-	**(37.982)**
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	-	(26.020)		**(26.020)**
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	2.982	(2.982)	-	-	-
Realização de impostos diferidos sobre avaliação	-	-	-	-	182	-	-	-	**182**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	50.464	-	-	-	**50.464**
Destinações do lucro líquido:									
Juros sobre capital próprio-Lei nº 9249/95	-	-	-	-	(8.700)	-	-	-	**(8.700)**
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(20.000)	-	20.000	-	-
Reserva legal	-	2.681	-	-	(2.681)	-	-	-	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	(22.615)	-	-	22.615	-
Reserva de lucros a destinar	-	-	-	-	369	-	-	(369)	-
Saldos em 31 de março de 2018	**78.000**	**2.681**	**10.559**	**10.514**	-	**53.549**	**20.000**	**27.522**	**202.457**

Demonstração do Resultado - Em milhares de Reais

	31.03.18	31.03.17
Receita Operacional Líquida	**363.237**	**405.725**
Custos dos produtos vendidos	(252.406)	(270.010)
Lucro Operacional Bruto	**110.831**	**135.715**
Receitas (despesas) operacionais		
Vendas	(16.313)	(17.116)
Administrativas e gerais	(26.891)	(26.844)
Outras receitas operacionais	(2.166)	2.695
Lucro antes das Financeiras	**65.461**	**94.450**
Receitas Financeiras	11.393	17.494
Despesas Financeiras	(5.065)	(4.728)
Financeiras Líquidas	**6.328**	**12.766**
Resultado antes do IR e CS	**71.789**	**107.216**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(22.869)	(35.749)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	1.544	2.316
Lucro Líquido do Período	**50.464**	**73.783**
Lucro Líquido p/ Ação - R$	**0,78**	**1,14**

Demonstrações de Resultados Abrangentes - Em milhares de Reais

	31.03.18	31.03.17
Lucro líquido do exercício	50.464	73.783
Resultado abrangente do exercício	**50.464**	**73.783**

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Em milhares de Reais

	31.03.18	31.03.17
Lucro líquido do exercício	50.464	73.783
Ajustes		
Depreciação e amortização	9.232	9.265
Imposto de renda e contribuição social	21.326	33.434
Provisões	-	2.259
Juros perc. de empréstimo e financiamentos	5.704	3.406
Variações nos ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes	50	156
Contas a receber - Cooperativa	(37.992)	(680)
Estoques	1.655	570
Adiantamento a fornecedores	(626)	(483)
Impostos a recuperar	3.277	(781)
Depósitos judiciais	(278)	108
Fornecedores de cana e diversos	(13.512)	(870)
Salários e cont. sociais a pagar	54	234
Impostos a recolher	(1.132)	4.626
Outras contas a pagar	4.458	(13)
Caixa gerados nas atividades operacionais	**42.680**	**125.014**
Juros pagos	(900)	(2.392)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(22.447)	(28.141)
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	**19.333**	**94.481**
Fluxo de Caixa de atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(16.085)	(5.726)
Aquisição de intangível	(17)	(13)
Investimentos	(1.376)	-
Caixa gerados nas atividades investimento	**(17.478)**	**(5.739)**
Atividades de financiamentos		
Variação de obrigações com a Cooperativa	16.067	(4.277)
Empréstimos e financiamentos tomados	50.612	2.138
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(5.041)	(4.423)
Pagamento de lucros e juros sobre o capital próprio	(72.702)	(27.400)
Caixa gerado nas atividades de financiamento	**(11.064)**	**(33.962)**
Aumento/Redução nas disponibilidades	**(9.209)**	**54.780**
Disponibilidades no início do exercício	**141.031**	**86.251**
Disponibilidades ao final do exercício	**131.882**	**141.032**

Diretoria: • **João Luiz Quagliato Neto** - Diretor Presidente • **Roque Quagliato** - Diretor Vice-Presidente • **Orlando Quagliato Neto** - Diretor de Manutenção Automotiva • **Francisco Ernedes Quagliato Filho** - Diretor Administrativo • **Maria Aparecida Quagliato Hessel** - Diretora Financeira • **João Carlos Rolim Vessoni** - Diretor Industrial • **Paulo Fernando Couto** - Contador - CRC 1SP-161.594/O-1

As demonstrações financeiras com as notas explicativas na íntegra encontram-se à disposição dos senhores acionistas na sede da sociedade.

A Ecrel Assessoria Empresarial Ltda sob CNPJ 01.484.199/0001-33, comunica a rescisão do Instrumento Particular de Prestação de Serviços Profissionais Contábeis da empresa Andrea Cerqueira Bowentura Reis sob o CNPJ 17.841.907/0001-09 a partir de Janeiro/2017 e nos isentamos de qualquer obrigação e responsabilidade perante esta empresa por abandono da prestação de serviço sem comunicação prévia e inadimplência.

A Ecrel Serviços de Contabilidade Ltda sob CNPJ 08.307.876/0001/97, comunica a rescisão do Instrumento Particular de Prestação de Serviços Profissionais Contábeis da empresa Lavanderia Chic sob o CNPJ 55.577.985/0001-04 a partir de Julho/2016 e nos isentamos de qualquer obrigação e responsabilidade perante esta empresa por abandono da prestação de serviço sem comunicação prévia e inadimplência.

Participações Moro Vermelho S.A. - CNPJ/MF 03.987.192/0001-60 - NIRE 35.300.179.862 - Extrato da Ata do Conselho de Administração - Realizada em 30 de Abril de 2018. Arquivada na JUCESP sob nº 276.084/18-4 em 08.06.2018. Os Senhores Conselheiros aprovaram as seguintes deliberações: (i) eleger, com mandato de um ano, como membros da Diretoria da Companhia: Francisco Carlos Fernandes Lopes, RG nº 10.194.854 SSP/SP, CPF/MF nº 015.628.758-76, Diretor, com endereço comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.909, 2º andar, São Paulo, Capital; e Juliana Espondola La Femina, RG nº 28.337.811-6-SSP/SP, CPF/MF nº 295.392.408-67, CAB-SP nº 230.463, Diretora, com escritório comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.909, 30º andar, São Paulo, Capital. Os Diretores ora eleitos tomam posse mediante assinatura do respectivo Termo de Posse a ser arquivado na sede da Companhia. Autorizar os Diretores, até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a realizar quaisquer atos previstos no Anexo I à presente ata, nas condições nele descritas e observados os termos e condições para a representação da Companhia pelos Diretores.

Participações Moro Vermelho S.A. - CNPJ/MF 03.987.192/0001-60 - NIRE 35.300.179.862. Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - Realizada em 30 de Abril de 2018. Arquivada na JUCESP sob nº 276.083/18-0 em 08.06.2018 - Os acionistas deliberaram: Em Assembleia Geral Ordinária: (i) Aprovar, sem restrições, os contas dos administradores, as demonstrações financeiras encerrado em 31 de dezembro de 2017, preparadas pela Diretoria da Companhia, conforme proposta arquivada na Companhia; (ii) Deliberar sobre a destinação do resultado de 2017, da seguinte forma: a) Apurado prejuízo do exercício no valor de R$ 1.514.366.338,73, relativo 2017, o qual será integralmente absorvido pela reserva de lucros da Companhia, de modo que não haverá lucro do exercício a distribuir; b) Apurado prejuízo acumulado no valor de R$ 1.089.902.656,28, relativo aos anos anteriores, o qual será absorvido pela reserva de lucros da Companhia; c) Referendar a distribuição de dividendos estabelecida nas Reuniões do Conselho de Administração realizadas no ano de 2017, no valor total de R$ 72.943.132,20, já integralmente quitados, o qual deverá ser abatido da reserva de lucros da companhia; (iii) Eleger, com mandato de um ano, o qual será encerrado na Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas relativas ao exercício social de 2018 como membros do Conselho de Administração: Carlos Daniel Fernandes, CPF/MF nº 268.394.368-00, Presidente, CPF/MF nº 214.359.868-81, RG nº 28.682.762-1-SSP-SP. Presidente do Conselho de Administração; (b) Luiza Maria de Camargo Nascimento, CPF/MF nº 311.297.098-50 e RG nº 35.274.745-6-SSP-SP; e (c) Maria Tereza Pires Oliveira Dias Carneiro, CPF/MF nº 269.997.268-17 e RG nº 28.636.242-9 SSP/SP, com escritório comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909, 28º e 29º andares, Torre Norte, São Paulo - Capital. Todos os cargos de suplentes do Conselho de Administração permanecerão vagos até que novo eleição seja deliberada pela Assembleia Geral da Companhia. (iv) Declarar, dos membros do Conselho de Administração ora eleitos encerrar-se-á na Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. (iv) Fixar a remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2018, conforme proposta arquivada na sede da Companhia. Em Assembleia Geral Extraordinária: (v) Ratificar o voto proferido pela Companhia na Assembleia Geral Ordinária da CCSA, realizada nesta data, com relação (i.a) à eleição dos membros indicados para compor o Conselho de Administração, (i.b) ao valor fixado para remuneração global dos administradores, e (i.c